

2012

ING Belgium SA / NV

Relatório Anual

1 Índice

1	ÍNDICE	2
2	VALORES CHAVE	4
2.1	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	4
2.2	BALANÇO.....	4
3	RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO ING BELGIUM SA/NV	5
3.1	COMENTÁRIOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	5
3.1.1	<i>Alterações do âmbito de consolidação.....</i>	<i>5</i>
3.1.2	<i>Demonstração de resultados consolidada.....</i>	<i>5</i>
3.1.3	<i>Balanço consolidado.....</i>	<i>7</i>
3.2	PERFIL: O ING NA BÉLGICA.....	8
3.3	EVOLUÇÃO DO EFETIVO.....	8
3.4	GESTÃO DO RISCO.....	8
3.5	EVENTOS PÓS-BALANÇO.....	9
3.6	INFORMAÇÃO SOBRE SUCURSAIS.....	9
3.7	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	9
3.8	INFORMAÇÃO RELATIVA AO USO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	9
3.9	PERSPETIVAS	9
3.10	DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À COMPOSIÇÃO DO COMITÉ DE AUDITORIA	9
4	O ING BELGIUM SA E AS REGRAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO.....	10
4.1	SITUAÇÃO ATUAL	10
4.2	A POSIÇÃO DO ING BELGIUM EM RELAÇÃO AO CÓDIGO DE GOVERNO SOCIETÁRIO DA BÉLGICA.....	10
4.3	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	10
4.4	COMISSÃO EXECUTIVA	12
4.5	COMISSÕES ESPECIAIS	13
5	ORGÃOS DE SUPERVISÃO, EXECUTIVOS E DE AUDITORIA EXTERNA DO ING BELGIUM	14
5.1	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	14
5.2	REVISOR OFICIAL DE CONTAS	15
5.3	COMISSÃO EXECUTIVA	15
6	INFORMAÇÃO SOBRE A SOCIEDADE.....	16
7	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	18
7.1	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (BALANÇO).....	18
7.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	19
7.3	MAPA DE VARIAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	20
7.4	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL	22
7.5	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS INTEGRAIS	24
7.6	INFORMAÇÃO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS.....	25
7.6.1	<i>Declaração de cumprimento das IFRS</i>	<i>25</i>
7.6.2	<i>Informação societária.....</i>	<i>25</i>
7.6.3	<i>Bases de apresentação.....</i>	<i>25</i>
7.6.4	<i>Políticas contabilísticas.....</i>	<i>30</i>
7.6.5	<i>Gestão do risco.....</i>	<i>41</i>
7.6.6	<i>Gestão do capital.....</i>	<i>58</i>

7.7	NOTAS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS.....	65
7.7.1	Notas à Demonstração da Posição Financeira consolidada.....	65
Nota 1:	Caixa e disponibilidades em bancos centrais.....	65
Nota 2:	Ativos financeiros detidos para negociação.....	65
Nota 3:	Ativos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor.....	65
Nota 4:	Ativos financeiros disponíveis para venda.....	65
Nota 5:	Empréstimos e devedores.....	67
Nota 6:	Derivados utilizados para cobertura.....	67
Nota 7:	Ativos fixos tangíveis.....	68
Nota 8:	Imóveis de investimento.....	69
Nota 9:	Goodwill e ativos intangíveis.....	69
Nota 10:	Ativos por impostos diferidos.....	70
Nota 11:	Investimentos em associadas, subsidiárias e joint ventures.....	72
Nota 12:	Ativos diversos.....	74
Nota 13:	Atividades detidas para venda.....	74
Nota 14:	Passivos financeiros detidos para negociação.....	75
Nota 15:	Passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor.....	75
Nota 16:	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.....	76
Nota 17:	Passivos financeiros associados a ativos transferidos.....	76
Nota 18:	Derivados utilizados para cobertura.....	77
Nota 19:	Provisões.....	78
Nota 20:	Passivos por impostos diferidos.....	81
Nota 21:	Passivos diversos.....	81
Nota 22:	Capital social reembolsável a pedido.....	81
Nota 23:	Capital próprio atribuível aos acionistas da sociedade.....	81
7.7.2	Notas à demonstração de resultados consolidada.....	82
Nota 24:	Juros credores líquidos.....	82
Nota 25:	Margem líquida de taxas e comissões.....	83
Nota 26:	Mais-valias/menos-valias realizadas em ativos e passivos financeiros não contabilizados levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor.....	83
Nota 27:	Mais-valias e menos-valias líquidas em ativos e passivos financeiros detidos para venda.....	83
Nota 28:	Mais-valias/menos-valias líquidas em ativos e passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor.....	84
Nota 29:	Ajustes de justo valor na contabilidade de cobertura.....	84
Nota 30:	Reavaliações das variações cambiais.....	84
Nota 31:	Mais-valias/menos-valias obtidas com o desreconhecimento de ativos, salvo os detidos para venda... ..	85
Nota 32:	Outros proveitos de exploração líquidos.....	85
Nota 33:	Custos de pessoal.....	85
Nota 34:	Custos gerais e administrativos.....	86
Nota 35:	Imparidades.....	86
Nota 36:	Encargos decorrentes dos impostos sobre lucros e perdas de resultados das operações existentes.....	87
7.7.3	Informações adicionais.....	88
7.7.4	Remuneração dos membros do Conselho de Administração e Comissão Executiva.....	99

**8 VERSLAG VAN DE COMMISSARIS AAN DE ALGEMENE VERGADERING DER AANDEELHOUDERS
VAN ING BELGIË NV OVER DE GECONSOLIDEERDE JAARREKENING OVER HET BOEKJAAR
AFGESLOTEN OP 31 DECEMBER 2012 101**

**9 RAPPORT DU COMMISSAIRE A L'ASSEMBLEE GENERALE DES ACTIONNAIRES DE LA SOCIETE
ING BELGIQUE SA SUR LES COMPTES CONSOLIDES POUR L'EXERCICE CLOTURE LE 31
DECEMBRE 2012 105**

**10 RELATÓRIO DO REVISOR DE CONTAS DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS DO ING
BELGIUM NV/SA SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO A 31
DE DEZEMBRO DE 2012 109**

2 Valores Chave

2.1 Conta de Resultados*

ING Belgium SA/NV - Demonstração de Resultados Consolidada IFRS			
Em milhões de euros	2012	2011	%
Proveitos totais	3.276	3.073	+7%
Total de despesas de exploração	-1.989	-1.852	+7%
Resultado antes dos custos de risco	1.286	1.222	+5%
Total de provisões para crédito incobráveis	-206	-150	+37%
Resultado após provisões de créditos incobráveis	1.080	1.072	+1%
Despesas gerais do grupo	-28	-26	+9%
Resultado antes de impostos	1.052	1.045	+1%
Tributação	-280	-181	+55%
Juro de terceiras partes	-0	0	
Resultado após impostos	772	864	-11%

2.2 Balanço*

ING Belgium SA/NV - Passivo & Capital			
Em milhões de euros	2012	2011	%
Devido a bancos	14.994	20.092	-25%
Devido a clientes	90.261	88.438	+2%
Passivos financeiros a justo valor	44.780	42.478	+5%
Passivos detidos para venda	-	-	
Passivos diversos	7.077	8.126	-13%
Capital próprio	11.078	10.015	+11%
Capital e reservas	10.108	8.962	+13%
Resultado do exercício	772	864	-11%
Dividendo	-	-	
Dívidas subordinadas	198	189	+5%
Total do Passivo & Capital	168.190	169.149	-1%

ING Belgium SA/NV - Capital & Passivo - Devido a clientes			
Em milhões de euros	2012	2011	%
Contas de poupança	38.101	35.830	+6%
Contas de clientes	36.377	34.824	+4%
Depósitos a prazo de empresas	9.796	11.051	-11%
Títulos de dívida	5.986	5.983	+0%
Acordos de recompra	-	749	
Total Devido a clientes	90.261	88.438	+2%

ING Belgium SA/NV - Ativos			
Em milhões de euros	2012	2011	%
Bancos	14.627	23.233	-37%
Empréstimos e adiantamentos	82.996	76.108	+9%
Títulos de investimento	20.408	20.874	-2%
Ativos financeiros a justo valor	41.762	37.590	+11%
Ativos diversos	8.398	11.343	-26%
Total de Ativos	168.190	169.149	-1%

ING Belgium SA/NV - Emprést. e Adiantam.			
Em milhões de euros	2012	2011	%
Créditos normais + de consolidação	42.127	39.151	+8%
Locação	3.124	2.972	+5%
Empréstimos hipotecários	30.206	28.310	+7%
Descobertos bancários	8.087	5.965	+36%
Obrigações	103	-	
Créditos diversos	97	344	-72%
- Provisão de créditos incobráveis	- 749	- 634	+18%
Total de Empréstimos e Adiantamentos	82.996	76.108	+9%

* Valores apresentados de acordo com a apresentação da Informação da Gestão.

3 Relatório do Conselho de Administração sobre as Contas Consolidadas do ING Belgium SA/NV

Bruxelas
23 Março 2013
Relatório Financeiro 2012

3.1 Comentários sobre as Demonstrações Financeiras

3.1.1 Alterações do âmbito de consolidação

Em 2012, a transferência das atividades de Mercados Financeiros para a filial belga do ING Bank NV (uma filial estrangeira do ING Bank NV na Bélgica) continuaram. Como consequência, estas atividades deixaram de estar situadas dentro do ING Belgium SA-NV (Nota 13 'Atividades detidas para venda').

A Tax Shelter Production deixou de estar consolidada em 2012, enquanto que ainda estava em 2011. A ING Technology Services entrou no âmbito de consolidação do ING Belgium SA-NV em 2012.

3.1.2 Demonstração de resultados consolidados

3.1.2.1 Globalmente

O ING Belgium SA-NV auferiu de um lucro antes da tributação de impostos de 1.052 milhões de euros e de um lucro após a tributação de impostos de 772 milhões de euros. Tal representa respetivamente um aumento de 1% e um decréscimo de 11% versus os resultados de 2011. Ao excluir as imparidades sobre as obrigações do Tesouro da Grécia dos resultados de 2011 (242 milhões de euros antes e 160 milhões de impostos após a tributação de impostos), o lucro diminui com 18% antes e 25% após a tributação de impostos.

O *Rendimento* aumentou para 203 milhões de euros; a imparidade sobre as obrigações do Tesouro da Grécia de 242 milhões de euros em 2011 explica a principal parte da variação. Apesar das condições de mercado difíceis, o ING Belgium SA-NV foi bem sucedido em manter o rendimento comercial num nível elevado.

A estratégia de excelência operacional permitiu um crescimento limitado das despesas. Quando as despesas aumentaram 7% para 1.989 milhões de euros, o crescimento fica limitado apenas para +2% ao excluir a provisão para futuras transferências das atividades de Mercados Financeiros para a Filial Belga do ING Bank NV. Este aumento deve-se à indexação dos salários e às taxas bancárias mais elevadas, o que é parcialmente compensado por um reembolso único ligado ao antigo Sistema de Garantia de Depósitos do governo (DGS).

As *provisões de créditos incobráveis* aumentaram 37% para 206 milhões de euros. Estas cresceram em comparação com 2011, mas dadas as fracas condições económicas, ainda se encontram sob controlo.

O aumento significativo das taxas deve-se parcialmente ao impacto da imparidade das obrigações do Tesouro da Grécia levando a taxas mais baixas em 2011 e por outro lado a aumentos nas taxas em 2012 (novas taxas sobre os ganhos de capital relativos às atividades de comercialização, diminuição da taxa de juro de referência).

ING Belgium SA/NV - Demonstração de Resultados Consolidada IFRS			
Em milhões de euros	2012	2011	%
Proveiros totais	3.276	3.073	+7%
Total de despesas de exploração	-1.989	-1.852	+7%
Resultado antes dos custos de risco	1.286	1.222	+5%
Total de provisões de créditos incobráveis	-206	-150	+37%
Resultado após provisões de créditos incobráveis	1.080	1.072	+1%
Despesas gerais do grupo	-28	-26	+9%
Resultado antes de impostos	1.052	1.045	+1%
Tributação	-280	-181	+55%
Juro de terceiras partes	-0	0	
Resultado após impostos	772	864	-11%

3.1.2.2 Análise por segmento

Observações:

- As análises por segmento versam as atividades do “ING Belgium consolidado”. Estas são as entidades pertencentes ao ING ativas na atividade bancária e de locação na Bélgica, Luxemburgo e Oeste da Europa Continental, que engloba as atividades de banca comercial do ING Belgium SA-NV em França, Espanha, Portugal e Suíça.

- Os valores referentes a 2011 foram reajustados às imparidades sobre as obrigações gregas em 2011, de modo a serem comparáveis no tempo. As percentagens constantes nos parágrafos que se seguem são calculadas utilizando os valores de 2011 que excluem o impacto das imparidades sobre as obrigações gregas.

- Os valores constam na Contabilidade Analítica e excluem os itens especiais.

Ralph Hamers, Presidente Executivo do ING Belgium: “O ING suporta a economia belga. Os nossos bons resultados provam que fazemos as escolhas certas. Continuamos neste caminho para manter a posição de liderança do ING Belgium como banco altamente centrado no cliente.”

Na região do BeLux, o sucesso do ING foi salientado por volumes mais elevados nos empréstimos e depósitos. O ING suportou a economia belga ao aumentar os empréstimos a clientes para 4,4 mil milhões de euros em 2012. Uma grande parte deste valor deveu-se ao aumento dos empréstimos a clientes empresariais médios, o qual atingiu os 10%, graças a uma presença mais significativa no setor institucional. Os empréstimos hipotecários no segmento do retalho aumentaram 6%. Os depósitos testemunharam um crescimento de 3,5 mil milhões de euros em comparação com 2011.

O ING Belgium mantém um forte rácio de solvabilidade (14,2%) e uma forte posição de liquidez.

Na **Banca de Retalho** (incluindo Médias Empresas & Instituições), o rendimento aumentou 7% no período homólogo. O crescimento líquido dos números referentes a clientes ativos ascendeu a 72.000, resultando num crescimento líquido de quase 440.000 novos clientes desde que o Programa de Transformação Nacional foi lançado em 2007. Os depósitos aumentaram para 3,3 mil milhões de euros, devido ao lançamento das contas de poupança Lion Premium do Ing e à bem sucedida campanha de poupanças do Record Bank. O ING Belgium continuou a facilitar a atividade bancária aos seus clientes de retalho e empresariais. O ING foi o primeiro banco da Bélgica a permitir que os clientes adquirissem produtos através da sua aplicação para telemóvel renovada, a qual foi descarregada 182.000 vezes desde o seu lançamento em Junho de 2011. O website para clientes empresariais foi renovado, permitindo uma navegação mais fácil, assim como uma gama de novos serviços online. A bem sucedida transformação da rede de filiais do ING continuou. Quase todas as Filiais Proxi foram concluídas. A transformação das primeiras grandes filiais foi um sucesso com uma sondagem de visitantes que demonstra uma taxa de aprovação de 95%. Até agora foram transformadas 20 grandes filiais. A conclusão por completo é esperada em 2016 com aproximadamente 230 grandes filiais daptadas.

No **ING Luxembourg** o número de novas contas Orange (uma conta corrente online gratuita) aumentou 75% em 2012.

Na **Banca Privada**, os ativos sob gestão aumentaram de 22,4 para 24,7 mil milhões de euros, suportados por entradas líquidas contínuas totalizando 0,8 mil milhões de euros em 2012. O ING Private Banking recebeu o título de “The Best Private Bank of Belgium” concedido pela Professional Wealth Management e pela revista The Banker.

O rendimento de **Médias Empresas & Instituições** (incluído na Banca de Retalho) mostrou uma diminuição moderada de 0,5%. Foi concedido ao ING o título de “European Structured Finance Bank 2012” pela revista Project Finance International por conta de uma transação empresarial na Bélgica.

Na **Banca Comercial**, o rendimento foi de 1% em comparação com 2011 na zona **Bélgica e Luxemburgo**. Tal deve-se principalmente aos bons resultados nos empréstimos, serviços comerciais e ganhos de capital na carteira de investimentos. O rendimento das filiais do Ing Belgium do **Oeste da Europa Continental Western Europe** estabilizou no período homólogo num nível muito elevado. O ING Belgium recebeu o título de melhor corretor do Benelux durante os Extel Awards concedido pela Thomson Reuters.

3.1.3 Balanço consolidado

ING Belgium SA/NV - Passivo & Capital

Em milhões de euros	2012	2011	%
Devido a bancos	14.994	20.092	-25%
Devido a clientes	90.261	88.438	+2%
Passivos financeiros a justo valor	44.780	42.478	+5%
Passivos detidos para venda	-	-	
Passivos diversos	7.077	8.126	-13%
Capital próprio	11.078	10.015	+11%
Capital e reservas	10.108	8.962	+13%
Resultado do exercício	772	864	-11%
Dividendo	-	-	
Dívidas subordinadas	198	189	+5%
Total do Passivo e Capital	168.190	169.149	-1%

O total do **passivo e capital** diminuiu 0,6% (EUR -1 mil milhão).

A descida em *devido a bancos* de EUR -5.1 mil milhões, ou -25%, deve-se totalmente a uma diminuição nas atividades de recompra com o ING Bank NV.

Os *outros passivos* diminuíram EUR -1 mil milhão ou -12.9%.

Os *passivos financeiros a justo valor* subiram EUR 2,3 mil milhões, ou +5%, principalmente devido à evolução do mercado no âmbito dos derivados comerciais (EUR +1,7 mil milhões) mas também devido às atividades de cobertura de fluxos de caixa (EUR +1,3 mil milhões). Estes aumentos foram moderados por uma diminuição nas notas estruturadas das filiais (principalmente no caso do ING Belgium International Finance com EUR -0,5 mil milhões).

O *capital próprio* aumentou EUR 1 mil milhão, ou +11%: o capital e as reservas aumentaram, especialmente devido à evolução das obrigações “*marked to market*” através da reserva de reavaliação.

ING Belgium SA/NV - Capital & Passivos - Devido a clientes

Em milhões de euros	2012	2011	%
Contas de poupança	38.101	35.830	+6%
Contas de clientes	36.377	34.824	+4%
Depósitos prazo empresas	9.796	11.051	-11%
Títulos de dívida	5.986	5.983	+0%
Acordos de recompra	-	749	
Total Devido a clientes	90.261	88.438	+2%

O aumento existente na rubrica devido a clientes (EUR +1,8 mil milhões ou +2%) é uma combinação dos seguintes fatores:

- continuação do aumento nas *contas de poupança* em 6% (EUR +2,3 mil milhões), graças ao bem sucedido lançamento do ING Lion Premium (EUR +1,5 mil milhões) e graças à carteira ING Orange (EUR +1,1 mil milhões);

- as *contas de clientes* aumentaram +4,5%, ou EUR +1,6 mil milhões, graças a um aumento na conta Flexi bonus para empresas de EUR +1,3 mil milhões;

- os *depósitos a prazo a empresas* pelo contrário diminuíram 11% ou EUR -1,3 mil milhões, dos quais EUR -0,5 mil milhões são depósitos a curto prazo e EUR -0,5 mil milhões são depósitos a longo prazo;

- não existem passivos relativos a *acordos de recompra*, em comparação com EUR 0,7 mil milhões em 2011;

- Os *títulos de dívida* permanecem estáveis.

ING Belgium SA/NV - Ativos

Em milhões de euros	2012	2011	%
Bancos	14.627	23.233	-37%
Empréstimos e adiantamentos	82.996	76.108	+9%
Títulos de investimento	20.408	20.874	-2%
Ativos financeiros a justo valor	41.762	37.590	+11%
Ativos diversos	8.398	11.343	-26%
Total do Ativo	168.190	169.149	-1%

Há um decréscimo de 0,6% no **total do ativo** (ou EUR -1 mil milhão).

A rubrica devido a bancos apresentava em 2012 -37% ou EUR -8,6 mil milhões menos que em 2011. EUR -5,5 mil milhões correspondem a uma diminuição nos depósitos a prazo de um mês a um ano, com o ING Bank. Os colaterais pagos ao ING Amsterdam foram pagos com obrigações em vez de numerário; tal explica o valor de EUR -3,4 mil milhões. Por outro lado, há um aumento nas obrigações graças a EUR +1 mil milhões em Green lions.

Os *ativos diversos* também diminuíram (-26% ou EUR -2,9 mil milhões); a diminuição situa-se principalmente na reserva monetária (EUR -1 mil milhão), nos ativos com imposto diferido (ativos / passivos de compensação EUR -0,7 mil milhões) e nos acréscimos para derivados comerciais (EUR -0,6 mil milhões).

Os *títulos de investimento* caíram EUR -0,5 mil milhões ou -2%.

Os *ativos financeiros a justo valor* aumentaram EUR +4,2 mil milhões ou +11%, em parte como consequência da evolução do mercado no âmbito dos derivados comerciais com EUR +1,6 mil milhões (evolução similar nos passivos) e das atividades de cobertura de fluxos de caixa (EUR +1,4 mil milhões). Existem também aumentos nas participações sociais (EUR +1,5 mil milhões).

ING Belgium SA/NV – Empréstimos e Adiantamentos			
Em milhões de euros	2012	2011	%
Empréstimos normais + de consolidação	42.127	39.151	+8%
Locação	3.124	2.972	+5%
Empréstimos hipotecários	30.206	28.310	+7%
Descobertos bancários	8.087	5.965	+36%
Obrigações	103	-	
Créditos diversos	97	344	-72%
- Provisão de créditos incobráveis	- 749	- 634	+18%
Total de Empréstimos e Adiantamentos	82.996	76.108	+9%

O total de empréstimos e adiantamentos subiu este ano 9%, ou EUR +6,9 mil milhões:

- o aumento dos *empréstimos normais* e *empréstimos de consolidação* de +8% (ou EUR +3 mil milhões) concentrou-se nos empréstimos a empresas a longo prazo;
- os *descobertos bancários* aumentaram consideravelmente (EUR +2,1 mil milhões ou quase +36%); principalmente no âmbito dos adiantamentos em contas correntes no setor institucional e atividades financeiras de importação e exportação com base em Genebra;
- os *empréstimos hipotecários* desenvolveram-se mais uma vez de forma muito positiva durante o ano (+7% ou EUR +1,9 mil milhões);

Este aumento existente nos empréstimos & adiantamentos está muito além para lá do crescimento do mercado e mostra a forte contribuição do ING Belgium SA/NV para a economia belga.

3.2 Perfil: o ING na Bélgica

O *ING Group* é uma instituição financeira global de origem holandesa que oferece atividades de banca, investimentos, seguros de vida e serviços relativos a reforma. Mais de 84.000 funcionários do ING servem mais de 61 milhões de clientes particulares, empresariais e institucionais em mais de 40 países na Europa, América do Norte, América Latina, Ásia e Austrália. O ING ocupa o 16º lugar no top 20 das instituições financeiras europeias (*Bloomberg*, 31 Dezembro 2012).

O *ING Belgium SA/NV* serve todos os clientes bancários com uma ampla gama de produtos financeiros e através do canal de distribuição da sua escolha (internet, telefone & pessoalmente).

3.3 Evolução do efetivo

Ao longo de 2012, o número total de efetivos (em equivalentes a tempo integral ou FTE) do ING Belgium SA/NV consolidado diminuiu 1% de 11.576 para 11.463 FTEs. No período 2008-2012, o ING Belgium contratou contudo 4.192 novos funcionários.

3.4 Gestão do risco

Consultar o capítulo específico na informação sobre as contas consolidadas (capítulo 7.6.5).

3.5 Eventos pós-balanço

Não ocorreu qualquer acontecimento, para além dos já comunicados pelo ING Group, capaz de causar um impacto na informação contida neste relatório entre o fecho do ano financeiro e a data de envio para impressão.

3.6 Informação sobre as sucursais

O ING Belgium possui sucursais na Holanda (Breda), França (Paris), Suíça (Genebra, com escritórios de representação em Zurique), Espanha (Madrid) e Portugal (Lisboa).

3.7 Investigação e desenvolvimento

Não aplicável.

3.8 Informação relativa ao uso de instrumentos financeiros

Consultar o capítulo específico na informação sobre as contas consolidadas (capítulo 7.6.4.8).

3.9 Perspetivas

O ING Belgium cumpriu com a posição adoptada desde 2004 pelo Conselho Executivo do ING Group: o Conselho decidiu não formular quaisquer outros prognósticos de resultados.

3.10 Disposições legais em relação à composição do Comité de Auditoria

Em cumprimento do disposto no artigo 526bis do Código das Sociedades, pelo menos um membro do Conselho Fiscal do ING Belgium deverá ser um administrador independente (segundo a definição que lhe é dada no artigo 526ter). Esta pessoa é Christian Jourquin O seu currículo e participação ativa no Conselho de Administração do ING Belgium demonstram as suas capacidades em termos contabilísticos e de auditoria.

4 O ING Belgium SA e as Regras de Governo Societário

4.1 Situação atual

Na Bélgica, o governo societário é em parte regulado pela lei de 22 de Março de 1993 e, em parte, pela Circular PPB-2007-6C PB-CPA. Esta Circular descreve as expectativas prudenciais do regulador, o Banco Nacional da Bélgica, no que respeita ao bom governo de uma instituição financeira. Além disso, o ING Belgium respeita o 'Código de Governo Societário da Bélgica', em vigor desde 1 de Janeiro de 2005. Em conformidade com a abordagem cumprir e explicar" a dotada pelo mundo que se exprime em língua inglesa, as recomendações do Código não têm força vinculativa, embora as sociedades sejam incentivadas a justificar o motivo por que se recusam a cumpri-lo. No caso dos bancos, foram acrescentadas medidas específicas com vista a afastar os principais acionistas dos processos decisórios.

4.2 A posição do ING Belgium em relação ao Código de Governo Societário da Bélgica

As ações que representam o capital social do ING Belgium deixaram de estar cotadas na Bolsa de Valores de Bruxelas a 1 de julho de 1998, sendo que a sua totalidade é detida pelo ING Group desde 2004.

Porém, o ING Belgium continua a realizar todas as atividades autorizadas a qualquer instituição financeira com base na Bélgica, incluindo emissões públicas. Além disso, o ING Belgium tem a responsabilidade de dirigir as suas subsidiárias belgas e estrangeiras.

Por estas razões, o banco continua a cumprir a maioria dos requisitos que se aplicam às sociedades cotadas em bolsa, em particular no que respeita à comunicação e governo societários.

Nestes termos, o banco deu seguimento à medida iniciada em 2005 que visava o cumprimento do Código de Governo Societário Belga. O Conselho de Administração aprovou o memorando de governo e as cartas do Conselho de Administração, Comissão Executiva, Comité de Auditoria e Comissão de Remunerações e Nomeações a 29 de julho de 2011. Uma versão final da 'Carta do Comité de Auditoria' foi aprovada na assembleia de Novembro de 2012.

Atualmente, o ING Belgium cumpre as principais recomendações do Código de Governo Societário Belga.

Relativamente a este Código, o banco tem divergências sobre os seguintes pontos:

1. A sua carta de governo interno baseia-se principalmente na Circular PPB-2007-6CPB-CPA da Comissão da Banca, Financeira e de Seguros (CBFA), papel assumido pelo NBB, relativamente às expectativas prudenciais do NBB no que diz respeito ao bom governo de uma instituição financeira.
2. O termo dos mandatos do Conselho de Administração mantém-se uniformemente fixado nos seis anos, incluindo os relativos aos administradores independentes. O banco considera ser fundamental ter uma figura-chave externa com a distância suficiente relativamente ao banco para ter uma visão global das suas atividades.
3. O banco acredita igualmente que deve ter de pessoalizar informações sobre a remuneração que paga aos seus principais gestores. O capítulo 7 apresenta uma análise da discriminação da remuneração paga aos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração, em conjunto com os valores globais para cada um dos elementos do orçamento.

4.3 Conselho de Administração

Composição

Ao abrigo do disposto no artigo 13.º dos Estatutos, o Conselho de Administração do ING Belgium deve ser composto por 12 membros. A 23 de Março de 2012, o Conselho tem 15 membros. Não existem pessoas coletivas no seu seio.

Responsabilidades

O Conselho de Administração tem como principal responsabilidade a definição da política geral do banco e supervisionar a Comissão Executiva. O Conselho de Administração nomeia e destitui o Presidente Executivo e os respetivos membros após consulta junto da referida Comissão Executiva e obtida aprovação do Banco Nacional da Bélgica. Delega a gestão diária à Comissão Executiva, garante o seu cumprimento e supervisiona o andamento geral da situação. O Conselho de Administração convoca as assembleias gerais e decide a sua ordem de trabalhos. Define igualmente a data de pagamento de dividendos. O Conselho poderá decidir a distribuição de dividendos intercalares para o exercício a decorrer, sob reserva das

condições previstas na lei. Paralelamente, define os montantes e as datas dos referidos pagamentos.

Disposições dos Estatutos sobre os mandatos

A Assembleia Geral de Acionistas nomeia os administradores com assento no Conselho e poderá destituí-los em qualquer momento. Em conformidade com o artigo 13.º dos Estatutos, o mandato dos administradores cessantes termina no final da Assembleia Geral Ordinária. Os administradores cessantes podem ser reeleitos. A ordem de rotação de mandatos é decidida pelo Conselho de Administração com vista a garantir que nenhum mandato ultrapasse seis anos e que, pelo menos, um membro do Conselho seja eleito ou reeleito todos os anos.

Nos termos previstos no artigo 15.º dos Estatutos, o Conselho de Administração designa um presidente entre os seus membros que não sejam membros da Comissão Executiva, após consulta ao Banco Nacional da Bélgica.

Limite de idade

O artigo 13.º dos Estatutos prevê que o mandato de um administrador termine no final da Assembleia Geral Ordinária realizada no ano a seguir ao ano em que o administrador em questão atinge os 70 anos de idade. Por proposta do Presidente do Conselho, o mandato de um administrador que atinja o limite de idade poderá ser prorrogado ou alargado por deliberação adotada por uma Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária. O mandato suplementar não poderá ser superior a dois anos. Ao abrigo do artigo 18.º dos Estatutos, o mandato de um administrador delegado expira no final do ano civil em que a pessoa atinge os 65 anos de idade¹.

Decisões do Conselho de Administração

Os poderes decisórios do Conselho de Administração estão definidos no artigo 16.º dos Estatutos.

Salvo nos casos fortuitos, resultantes de guerra, conflitos ou outros desastres que afetem a vida pública, o Conselho de Administração poderá deliberar e tomar decisões válidas apenas se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada, ficando entendido que nenhum administrador presente poderá exercer mais do que dois mandatos por delegação.

Todavia, no caso de alguma das suas sessões do Conselho de Administração não ter quórum, poderá deliberar devidamente numa segunda sessão, a realizar no espaço de duas semanas no máximo, sobre assuntos que constem na ordem de trabalhos da sessão anterior, independentemente do número de membros presentes ou representados.

As decisões do Conselho de Administração são adotadas por maioria simples dos votos expressos.

Nos casos em que as disposições dos artigos 523.º e 529.º do Código das Sociedades da Bélgica exigem que um ou mais membros se abstenham de votar, as decisões poderão ser validamente adotadas por maioria simples dos votos expressos de todos os membros elegíveis presentes ou representados.

No caso de empate, o membro que preside tem voto de qualidade.

Remuneração

Ao abrigo do artigo 14.º dos estatutos, a Assembleia Geral de Acionistas determina o montante da remuneração de cada um dos membros do Conselho de Administração até que uma nova deliberação seja tomada em idêntica reunião².

Comissões especiais

O Conselho de Administração constitui entre os seus membros um Comité de Auditoria e uma Comissão de Remunerações e Nomeações.

As atribuições do Comité de Auditoria estendem-se ao ING Belgium e às suas subsidiárias belgas e estrangeiras. Em 2012, reuniu-se quatro vezes, nas quais analisou as demonstrações financeiras do banco relativamente ao exercício de 2011 e os resultados intercalares de 2012. O Comité deliberou sobre a gestão do risco e as funções externas exercidas por administradores e gestores de topo do banco.

¹ Na prática, os contratos pessoais exigem que os Administrador e Delegados abandonem o Conselho de Administração aos 60 anos de idade. Porém, o seu mandato pode ser prorrogado.

² Para mais informações, consultar o capítulo sobre remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Paralelamente, o Comité procedeu à análise dos relatórios elaborados pelo Revisor Oficial de Contas do banco e pelo Responsável de Cumprimento Global. Analisou os créditos colocados sob supervisão especial, assim como os contenciosos jurídicos. O Comité de Auditoria responde ao Conselho de Administração na sessão deste que tem lugar a seguir a cada uma das suas próprias sessões.

A Comissão de Remunerações e Nomeações tem a responsabilidade de apresentar ao Conselho de Administração propostas relativas à nomeação de membros do Conselho de Administração, do Presidente da Comissão Executiva e dos seus membros, assim como dos membros do Conselho de Gestão. Tem igualmente a responsabilidade de apresentar recomendações ao Conselho de Administração sobre:

- os princípios que regem os termos e condições de nomeação dos membros da Comissão Executiva e dos membros do Conselho de Gestão, incluindo a respetiva remuneração;
- os objetivos e o desempenho dos membros da Comissão Executiva e dos membros do Conselho de Administração³;
- o plano de sucessão dos membros da Comissão de Executiva e dos membros do Conselho de Administração⁴;
- os princípios relacionados com as políticas de remuneração (incluindo o orçamento) aplicáveis no âmbito do ING Belgium e suas subsidiárias e a sua conformidade com as regras impostas pelas entidades reguladoras.

Anualmente, a Comissão de Remunerações e Nomeações reúne-se, pelo menos, duas vezes, uma vez a seguir à reunião em que o Conselho de Administração elabora as contas anuais e aprova a ordem de trabalhos da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

4.4 Comissão Executiva

Composição e responsabilidade

Atualmente composta por sete membros, a Comissão Executiva é responsável pela condução da gestão diária do banco em linha com a política geral definida pelo Conselho de Administração. Os seus membros são Administradores Delegados e é presidida pelo Presidente Executivo.

Atribuição de responsabilidades e tomada de decisões

Cada membro da Comissão Executiva é diretamente responsável por várias entidades do banco. Estas responsabilidades são descritas na secção Órgãos de Supervisão, Executivos e de Auditoria Externa do ING Belgium" no capítulo a seguir.

Todas as decisões da Comissão Executiva são tomadas coletivamente, sendo que todas as decisões obrigam todos os seus membros.

Por seu turno, a Comissão Executiva delega a gestão de áreas da atividade do banco a várias pessoas cuja posição, responsabilidades, autoridade e remuneração são fixadas pela mesma Comissão.

Tal como referido anteriormente, as atividades da Comissão Executiva passaram a ser regidas por uma carta a partir de 9 de março de 2006, sendo objeto de revisão posterior a 29 de julho de 2011. Aplica-se igualmente às principais comissões que respondem diretamente à Comissão Executiva e cujos poderes são especificados a seguir.

Remuneração

O artigo 18.º dos Estatutos do banco estipula que o Conselho de Administração determina, mediante parecer do Presidente Executivo, a remuneração dos membros da Comissão Executiva. O Conselho de Administração decide com base na recomendação apresentada pela Comissão de Remunerações⁵.

³ Este desempenho é avaliado uma vez por ano pela Comissão de Remunerações e Nomeações.

⁴ Os planos em questão incluem um cenário de crise. Por isso, devem ser revistos uma vez por ano.

⁵ Para mais informações, consultar o capítulo sobre remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Atividades

Em geral, a Comissão Executiva reúne-se uma vez por semana. São convocadas reuniões adicionais se houver um grande número de pontos a debater ou se houver um assunto urgente.

Além das decisões específicas relacionadas com a gestão diária do banco, a Comissão Executiva analisa uma conta anual detalhada do desempenho e perspectivas de cada uma das unidades centrais do banco (centros de lucros e serviços de suporte), assim como de todas as principais subsidiárias belgas e estrangeiras. A Comissão Executiva examina os resultados mensais do banco, discriminados por segmento⁶. Examina o relatório periódico elaborado pelo Revisor Oficial de Contas mês sim mês não. Nas datas de fecho de 30 de junho e 31 de dezembro, a Comissão Executiva e os gestores de topo do Departamento de Crédito analisam as linhas de crédito que exigem uma atenção especial. Paralelamente, a Comissão Executiva examina regularmente as questões que afetam a gestão do pessoal.

4.5 Comissões especiais

Há três comissões especiais que respondem diretamente à Comissão Executiva. São a Comissão de Gestão do Ativo e do Passivo (ALMAC), a Comissão dos Mercados Financeiros (FMC) e a Comissão de Risco Não Financeiro (NFRF). A Comissão Executiva mantém-se o órgão decisório exclusivo do banco.

⁶ Os resultados são objeto de escrutínio uma vez por cada trimestre.

5 Órgãos de supervisão, executivos e de auditoria externa do ING Belgium

5.1 Conselho de Administração

Composição⁷

Eric Boyer de la Giroday Presidente do Conselho de Administração	(2018)	Baron Luc Bertrand Presidente da Comissão Executiva, Ackermans & van Haaren	(2018)
Ralph Hamers Presidente Executivo	(2013)	Baron Philippe de Buck van Overstraeten Diretor-Geral, Negócios Europa	(2018)
Guy Beniada Administrador-Delegado	(2016)	Christian Jourquin Membro da Academia Real da Bélgica	(2018)
Michael Jonker Administrador-Delegado	(2016)	Count Diego du Monceau de Bergendal Administrador-Delegado, Rainyve	(2017)
Philippe Masset Administrador-Delegado	(2014)	Hans van der Noordaa ⁹ Presidente Executivo da Banca de Retalho Benelux ING Group	(2017)
Arnaud Laviolette Administrador-Delegado	(2017)	Philippe van de Vyvere Administrador-Delegado, Sea Invest Group	(2014)
Colette Dierick Administrador-Delegado	(2014)	Michèle Sioen Presidente Executivo, Sioen Industries NV	(2017)
Frank Stockx Administrador-Delegado	(2013)		

Comité de Auditoria

Presidente

Count Diego du Monceau de Bergendal

Vogais

Baron Philippe de Buck van Overstraeten

Christian Jourquin⁸

Comissão de Remunerações e Nomeações

Presidente

Eric Boyer de la Giroday

Vogais

Hans van der Noordaa

Michèle Sioen

⁷ Situação em Dezembro de 2012. As datas de termo normal são apresentadas à frente do nome de cada Administrador. Rik Vandenberghe substituiu Arnaud Laviolette a 01/03/2013. O seu mandato expira em 2017.

⁸ Membro do Conselho Fiscal independente do órgão legal de administração no âmbito do significado que lhe é atribuído pelo artigo 526ter do Código das Sociedades e independente da contabilidade e/ou auditoria.

⁹ Administrador não Executivo que representa o acionista único.

5.2 Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young

Revisores Oficiais de Contas da Sociedade SCCRL / BCVBA (B160)

Representados por

Jean-Francois Hubin, Sócio (até 31 de dezembro de 2014)

5.3 Comissão Executiva

Ralph Hamers

Presidente Executivo

Comunicação e Relações Empresariais
Serviços de Auditoria Empresarial
Recursos Humanos
Mercados Financeiros Bruxelas
Departamento de Transformação
Oeste da Europa Continental

Guy Beniada

Administrador-
Delegado

Finanças
Gestão de Instalações
Assuntos Fiscais
Desenvolvimento Empresarial

Michael Jonker

Administrador-
Delegado

Risco Operacional e de Cumprimento
Gestão do Risco do Mercado (ALM)
Gestão do Risco do Mercado (Negociação)
Gestão do Risco de Crédito
Departamento Jurídico

Philippe Masset

Administrador-
Delegado

Produtos e Operações
- Contas, Pagamentos, Poupanças
- Títulos e Investimentos
- Crédito e Seguros
- Finanças Titularizadas Estruturadas
- Locação e Finanças Comerciais

Arnaud Laviolette

Administrador-
Delegado até
31/12/2012

Banca Comercial Bélgica e Luxemburgo
- Médias Empresas e Institucionais
- Clientes Empresariais
- Financiamento de Eventos
- Finanças Empresariais
- Mercados acionistas
- Aquisições e Financiamento Alavancado
Análise Económica

Colette Dierick

Administrador-
Delegado

Vendas a Retalho
Banca Privada
Canais Diretos
Marketing
Record Group

Frank Stockx

Administrador-
Delegado

Operações e Tecnologia de Informação

Rik Vandenbergh

Administrador-Delegado
efetivo desde 01/03/2013

6 Informação sobre a Sociedade

Firma

Em francês, ING Belgique SA; em neerlandês, ING België NV; em inglês, ING Belgium SA/NV; em alemão, ING Belgien AG

Sede

Avenue Marnix/Marnixlaan 24
B-1000 Brussels

Matrícula da sociedade

Conservatória do Registo Comercial n.º 0403 200 393.

Forma de constituição, Estatutos e a sua publicação

O ING Belgium SA/NV foi constituído ao abrigo do Direito belga como sociedade anónima (société anonyme -naamloze vennootschap) por escritura notarial de 30 de janeiro de 1935, testemunhada por Pierre De Doncker, Notário de Bruxelas, e publicada nos anexos do Boletim Oficial belga de 17 de fevereiro de 1935, sob o n.º 1459.

Os Estatutos da sociedade sofreram alterações regulares, tendo a mais recente sido levada a cabo por escritura notarial de 27 de outubro de 2006, testemunhada por Sophie Maquet, Notária associada de Bruxelas, e publicada nos anexos do Boletim Oficial belga de 27 de novembro de 2006, sob os n.ºs 06176870 e 06176871.

O ING Belgium SA/NV é uma instituição de crédito no âmbito do significado que lhe é atribuído pelo artigo 1.º da Lei de 22 de março de 1993 relativa ao estatuto e controlo de instituições de crédito.

Duração

A sociedade foi constituída por tempo indeterminado.

Objeto da sociedade

Ao abrigo do artigo 3.º dos Estatutos, a sociedade tem como objeto a realização, em seu nome ou em nome de terceiros, na Bélgica ou no estrangeiro, de qualquer negócio associado a um serviço bancário, no sentido mais lato que o termo possa ter. Isto inclui, entre outros, todas as transações relacionadas com depósitos de numerário e títulos, transações de crédito de qualquer tipo, atividades financeiras, operações bolsistas, atividade cambial, emissão, intermediação e corretagem.

A sociedade está igualmente autorizada a levar a cabo quaisquer outras atividades comerciais que os bancos estão ou possam estar autorizados a realizar na Bélgica ou no estrangeiro, como, entre outras, as relacionadas com a comissão e corretagem de serviços de seguros, locação financeira e outros serviços de locação de qualquer forma de bens móveis ou imóveis, assim como serviços de ativos, bens, de consultoria e aconselhamento em nome de terceiros no contexto destas atividades.

A sociedade está autorizada a deter ações e participações noutras sociedades dentro dos limites estabelecidos por lei e pelas entidades reguladoras.

A sociedade poderá adquirir e ser proprietária de bens e direitos sobre imóveis para sua própria utilização ou no âmbito da prossecução do seu objeto social. Poderá ainda adquirir bens com vista a garantir o reembolso de empréstimos e adiantamentos.

A sociedade está ainda autorizada a participar em projetos ou atividades comerciais que envolvam ativos ou bens relacionados direta ou indiretamente com o seu objeto social ou que tenham em vista facilitar a prossecução do referido objeto.

Capital social emitido

O capital social emitido do ING Belgium SA/NV é de EUR 2,35 mil milhões, atualmente representado por 55 414 550 ações ordinárias sem valor nominal.

O banco não emitiu mais nenhuma categoria de ações.

As ações do banco deixaram de estar cotadas na Bolsa de Valores de Bruxelas a partir de 1 de julho de 1998.

A partir de 6 de agosto de 2004, as referidas ações passaram a ser detidas na totalidade pelo ING Group.

Emissões de ações reservadas aos colaboradores, sob condições preferenciais

Não está em vigor mais nenhum plano de investimento de ações para os colaboradores ou administradores do banco.

Ações da sociedade detidas por membros dos órgãos de administração e gestão do banco

Os membros do Conselho de Administração do ING Belgium SA/NV não detêm ações da sociedade.

Funções externas exercidas por administradores e gestores de topo do banco

O exercício de funções externas por parte de administradores e gestores de topo de instituições financeiras sedeadas na Bélgica está sujeito às regras definidas na Circular PPB-2006-13-CPB-CPA promulgada pela Comissão da Banca, Financeira e de Seguros da Bélgica a 13 de novembro de 2006.

Cada instituição é obrigada a publicar informações sobre os referidos mandatos pelos meios descritos no ponto I(4)(e) da Circular.

O ING Belgium SA/NV decidiu disponibilizar estas informações ao público no seu Web site.

7 Demonstrações Financeiras Consolidadas

7.1 Demonstração da Posição Financeira (Balanço)

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2012

ATIVO			
Em milhares de EUROS	Nota	2012	2011
Caixa e disponibilidades de caixa em bancos centrais	1	1,492,232	2,570,104
Ativos financeiros detidos para negociação	2	39,846,248	37,342,546
Ativos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	3	278,008	498,242
Ativos financeiros disponíveis para venda	4	20,704,980	21,221,861
Empréstimos e devedores (incluindo recompras inversas)	5	97,733,996	99,772,643
Derivados utilizados para cobertura	6	5,260,601	4,070,067
Variações do justo valor de elementos cobertos na cobertura da carteira de risco da taxa de juro		180,452	110,528
Ativos tangíveis		996,317	1,016,874
<i>dos quais ativos fixos tangíveis</i>	7	984,496	1,007,174
<i>dos quais bens de investimento</i>	8	11,821	9,700
Goodwill e ativos intangíveis	9	117,482	74,400
Ativos fiscais		363,689	1,059,550
<i>dos quais impostos atuais</i>		131,717	147,839
<i>dos quais impostos diferidos</i>	10	231,972	911,711
Investimentos em associadas, subsidiárias e empresas comuns contabilizados segundo o método de equivalência		1,571	1,431
Investimentos em associadas não consolidadas		58,566	52,304
Ativos diversos	12	1,156,149	1,358,542
Ativos detidos para venda	13	-	-
TOTAL DO ATIVO		168,190,291	169,149,092
PASSIVO			
Depósitos de bancos centrais		24,746	14,370
Passivos financeiros detidos para negociação	14	38,479,224	37,627,373
Passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	15	3,310,670	3,935,084
<i>dos quais passivos subordinados</i>		75,169	119,032
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	16	104,949,814	101,423,230
<i>dos quais passivos subordinados</i>		200,824	188,572
Passivos financeiros associados a ativos alienados (contratos de recompra)	17	896,513	7,663,217
Derivados utilizados para cobertura	18	6,289,293	5,041,801
Provisões	19	258,319	168,380
Passivos fiscais		476,042	735,361
<i>dos quais impostos atuais</i>		75,694	79,045
<i>dos quais impostos diferidos</i>	20	400,348	656,316
Passivos diversos	21	2,508,504	2,588,793
Passivos detidos para venda		-	-
Capital social reembolsável a pedido	22	116,415	124,229
TOTAL DO PASSIVO		157,309,540	159,321,838
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio atribuível aos acionistas da sociedade	23	10,860,035	9,806,543
Participações minoritárias		20,716	20,711
CAPITAL PRÓPRIO DO GRUPO		10,880,751	9,827,254
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		168,190,291	169,149,092

7.2 Demonstração de Resultados Consolidados

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2012

Demonstração de resultados consolidada			
Em milhares de EUROS	Nota	2012	2011
Proveitos e despesas financeiros e de exploração		3,288,157	3,327,256
Juros credores líquidos	24	2,608,794	2,527,807
Rendimento dos dividendos		20,878	5,639
Margem líquida de taxas e comissões	25	591,047	577,550
Mais-valias/menos-valias realizadas em ativos e passivos financeiros não contabilizados levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	26	76,112	110,419
Mais-valias e menos-valias líquidas em ativos e passivos financeiros detidos para venda	27	130,612	-398,708
Mais-valias/menos-valias líq. em ativos e passivos fin. levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	28	-265,789	159,611
Ajustes de justo valor na contabilidade para cobertura	29	20,270	226,459
Reavaliações das variações cambiais	30	88,985	66,381
Mais-valias/menos-valias obtidas com o desreconhecimento de ativos, salvo os detidos para venda	31	227	-4,924
Outros proveitos de exploração líquidos	32	17,021	57,022
Custos de administração		1,799,217	1,788,346
Custos de pessoal	33	1,175,479	1,174,594
Custos gerais e administrativos	34	623,738	613,752
Depreciação	7-9	95,490	79,149
Provisões	19	116,827	3,015
Imparidade	35	224,892	411,798
Perdas por imparidades em ativos financeiros não mensurados levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor		217,678	398,234
Imparidades diversas		7,214	13,564
Badwill registado imediatamente na demonstração de resultados		-	-
Quota parte do lucro e prejuízo atribuível a associadas e joint ventures contabilizadas segundo o método de equivalência patrimonial		124	96
Encargos decorrentes de impostos sobre lucros relativos aos result. das operações existentes	36	279,837	181,220
Lucro/(prejuízo) líquido		772,018	863,824
Atribuível a participações minoritárias		220	-117
Atribuível aos acionistas da sociedade-mãe		771,798	863,941

7.3 Mapa de Variação de Fluxos de Caixa

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2012

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Fluxo de caixa de atividades de exploração			
Em milhares de EUROS	Nota	2012	2011
Lucro ou perda atribuível aos acionistas da sociedade-mãe		771,798	863,941
Ajustes para reconciliação do resultado ao fluxo de caixa líquido proporcionado pelas atividades de exploração		1,814,660	-255,875
Participação minoritária incluída na demonstração de resultados do exercício		220	-117
(Proveitos fiscais atuais e diferidos, contabilizados na demonstração de resultados)		-283,883	-337,871
Despesas fiscais atuais e diferidas, contabilizadas na demonstração de resultados		563,720	519,091
Mais-valias líquidas não realizadas		878,214	-428,009
das quais:			
(mais-valias) menos-valias cambiais não realizadas		-	-
(mais-valias) menos-valias líquidas de justo valor não re alizadas através da demonstração de resultados		-261	-932
mais-valias líquidas não realizadas de coberturas de fluxos de caixa	23	99,145	-108,760
mais-valias líquidas não realizadas de investimentos disponíveis para alienação	23	779,328	-318,317
(Mais-valias) menos valias líquidas não realizadas sobre alienação de investimentos		-23,059	-8,437
Depreciação / amortização		95,490	79,149
Imparidades	35	7,214	13,564
Provisões líquidas (recuperações)		116,827	3,015
Outros ajustes*		459,919	-96,259
Fluxo de caixa de atividades de exploração antes de alterações do fundo de maneo		2,586,458	608,066
Variações dos ativos operacionais (salvo caixa e equivalentes de caixa)		9,202,207	17,753,291
Aumento líquido de disponibilidades em bancos centrais	1	-1,217,553	552,348
Aumento líquido em créditos e devedores	5	7,595,110	12,953,440
Aumento líquido em ativos financeiros disponíveis para alienação	4	-516,881	-1,224,235
Aumento líquido em ativos financeiros detidos para negociação	2	2,503,701	3,276,273
Aumento líquido em ativos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	3	-220,234	-303,606
Aumento líquido em derivados de ativos, utilizados para cobertura	6	1,190,534	1,264,694
Aumento líquido em proveitos acumulados para ativos financeiros		-	-
Aumento líquido em ativos vários	12	-132,470	1,234,378
Variações dos passivos operacionais (salvo caixa e equivalentes de caixa)		-1,799,361	13,727,738
Aumento líquido de créditos de bancos centrais	16	10,375	-9,286
Aumento líquido de depósitos de instituições de crédito	16	-4,898,528	1,589,349
Aumento líquido de depósitos, salvo de instituições de crédito	16	1,626,098	3,497,060
Aumento líquido de certificados de dívida	16	105,243	51,132
Aumento líquido em passivos financeiros detidos para negociação	14	851,851	6,680,497
Aumento líquido em passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	15	-580,551	-364,957
Aumento líquido em derivados de passivos utilizados para cobertura	18	1,247,493	1,669,474
Aumento líquido em despesas acumuladas em instrumentos financeiros		-	-
Aumento líquido de passivos financeiros vários		-63,021	-171,794
Aumento líquido em passivos diversos	21	-98,321	786,264
Aumento líquido do fundo de maneo		-11,001,568	-4,025,553
Fluxo de caixa de atividades de exploração		-8,415,110	-3,417,487
Imposto sobre o rendimento (pago) reembolsado		-259,115	-160,209
Fluxo de caixa líquido de atividades de exploração		-8,674,225	-3,577,696

* 'Outros ajustes' contém principalmente perdas por imparidades em ativos financeiros não mensurados levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor, impostos diferidos sobre fluxos de caixa e cobertura de justo valor e pagamentos em ações.

Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Em milhares de EUROS		2012	2011
Aquisição de ativos tangíveis	7-8	-109,082	-117,246
Alienação de ativos tangíveis	7-8	26,762	18,251
Aquisição de ativos intangíveis	9	-22,834	-6,681
Alienação de ativos intangíveis	9	-	-
Aquisição de empresas comuns, associadas, subsidiárias, sem liquidez adquirida	11	-3,913	-16,017
Alienação de empresas comuns, associadas, subsidiárias, sem liquidez alienada	11	2,053	9,650
Outros pagamentos a pronto relacionados com atividades de investimento *		-	-119,527
Outros recebimentos a pronto relacionados com atividades de investimento		22,833	13,361
Fluxo de caixa líquido de atividades de investimento		-84,181	-218,208

* Aquisição do Lease Belgium (100,3 milhões de EUROS) e do ING Lease Luxemburg (19,2 milhões de EUROS).

Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Em milhares de EUROS		2012	2011
Dividendos pagos		-595,152	-733,135
Produto em numerário da emissão de passivos subordinados		-	70
Reembolso de numerário de passivos subordinados		-43,557	-84,890
Produto em numerário da emissão de ações e outros instrumentos de capital		-	-
Pagamentos em numerário para pagamento de ações próprias		-	-
Produto em numerário da alienação de ações próprias		-	-
Outro produto em numerário relacionado com atividades de financiamento		-	-
Outros pagamentos em numerário relacionado com atividades de financiamento		-	-
Fluxo de caixa líquido de atividades de financiamento		-638,709	-817,955
Efeito das variações cambiais sobre caixa e seus equivalentes		-	-
Aumento (redução) líquido em caixa e seus equivalentes		-9,397,115	-4,613,859
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		14,358,538	18,972,397
Caixa e seus equivalentes no final do período		4,961,423	14,358,538

A caixa e seus equivalentes incluem os seguintes pontos			
Em milhares de EUROS		2012	2011
Disponibilidades	1	531,626	479,712
Saldo em bancos centrais	1	532,192	444,424
Empréstimos e devedores	5	3,897,605	13,434,402
Títulos de dívida pública		-	-
Descobertos bancários		-	-
Total		4,961,423	14,358,538

Divulgação suplementar de fluxo de caixa operacional			
Em milhares de EUROS		2012	2011
Juros credores recebidos	24	17,814,069	20,134,452
Juros pagos	24	15,205,275	17,606,645
Rendimento dos dividendos cobrados		20,878	5,639

7.4 Demonstração Consolidada das Alterações no Capital

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2012

2012								
Em milhares de EUROS	Capital social	Prémio de emissão	Reserva de reavaliação	Outras reservas	Resultados Transitados	Lucro líquido atual ano	Participações sem controlo	Total
Saldo inicial	2,350,000	451,511	-503,880		- 6,644,971	863,941	20,711	9,827,254
Aumento/redução do capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Compras/vendas de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos em ações	-	-	-	-	15,522	-	-	15,522
Resultado líquido transferido para reservas	-	-	-	-	863,941	- 863,941	-	-
Reclassificação entre reservas	-	-	-3,359	-	3,359	-	-	-
Outras alterações	-	-	-	-	-20	-	5	15
Dividendos 2011	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo intercalar 2012					-595,152	-	-	-595,152
Lucro ou perda líquido para o exercício	-	-	-	-	-	771,798	-	771,798
Outros proveitos integrais (sem efeitos fiscais relacionados)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de conversão cambial	-	-	1,022	-	-	-	-	1,022
Variação líquida da cobertura de investimentos líquidos em reserva de operações estrangeiras	-	-	-2,830	-	-	-	-	-2,830
Variação líquida da reserva de reavaliação de ativos tangíveis fixos	-	-	-15,142	-	-	-	-	-15,142
Variação líquida da reserva de reavaliação disponível para venda	-	-	779,328	-	-	-	-	779,328
Variação líquida das coberturas dos fluxos de caixa	-	-	99,145	-	-	-	-	99,145
Quota de outros proveitos integrais de associadas e empresas comuns contabilizadas para uso do método de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-179	-	-	-	-	-179
Saldo final	2,350,000	451,511	354,105		- 6,932,621	771,798	20,716	10,880,751

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2011

2011								
Em milhares de EUROS	Capital social	Prémio de emissão	Reserva de reavaliação	Outras reservas	Resultados Transitados	Lucro líquido atual ano	Participações sem controlo	Total
Saldo inicial	2,350,000	451,511	-72,974	-	-	1,308,895	17,429	10,105,132
Aumento/redução do capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Compras/vendas de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos em ações	-	-	-	-	17,787	-	-	17,787
Resultado líquido transferido para reservas	-	-	-	-	1,050,271	- 1,050,271	-	-
Reclassificação entre reservas	-	-	-1,153	-	1,153	-	-	-
Outras alterações	-	-	-	-	-1	-	3,282*	3,281
Dividendos 2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo intercalar 2011	-	-	-	-	-733,134	-	-	-733,134
Lucro ou perda líquido para o exercício	-	-	-	-	-	863,941	-	863,941
Outros proveitos integrais (sem efeitos fiscais relacionados)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de conversão cambial	-	-	14,460	-	-	-	-	14,460
Variação líquida da cobertura de investimentos líquidos em reserva de operações estrangeiras	-	-	-12,515	-	-	-	-	-12,515
Variação líquida da reserva de reavaliação de ativos tangíveis fixos	-	-	-4,601	-	-	-	-	-4,601
Variação líquida da reserva de reavaliação disponível para venda	-	-	-318,318	-	-	-	-	-318,318
Variação líquida das coberturas dos fluxos de caixa	-	-	-108,760	-	-	-	-	-108,760
Quota de outros proveitos integrais de associadas e empresas comuns contabilizadas para uso do método de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-19	-	-	-	-	-179
Saldo final	2,350,000	451,511	-503,880	-	6,644,971	863,941	20,711	9,827,254

7.5 Demonstração Consolidada dos Resultados Integrais

Demonstração consolidada dos resultados integrais			
Em milhares de EUROS	Note	2012	2011
Lucro ou perda líquido para o exercício	24-36	771,798	863,941
Outros elementos dos resultados integrais:	23		
Outros proveitos resultados (sem os efeitos fiscais relacionados)		-	-
Reserva de conversão cambial		1,022	14,460
Alteração líquida da cobertura de investimentos líquidos investimentos na reserva de unidades operacionais estrangeiras		-2,830	-12,515
Variação líquida da reserva de reavaliação de ativos tangíveis fixos	7	-18,681	-4,601
Variação líquida da reserva de reavaliação disponível para venda		779,328	-318,318
Variação líquida das coberturas de fluxos de caixa		99,145	-108,760
Quota dos proveitos integrais de associadas e joint ventures contabilizadas para o uso da equivalência patrimonial		-	-
Diversos		-	-19
Total dos proveitos integrais		1,629,782	434,188

O impacto fiscal de elementos noutros proveitos integrais pode ser consultado na Nota 10.

7.6 Informação sobre as Contas Consolidadas

7.6.1 Declaração de cumprimento das IFRS

O ING Belgium SA/NV elaborou as suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") aprovadas pela União Europeia (UE). No presente documento, utiliza-se o termo "IFRS" para indicar as Normas Internacionais de Informação Financeira adotadas pela UE, incluindo as decisões tomadas pelo ING Belgium com respeito às opções disponibilizadas ao abrigo das IFRS e divulgações suplementares exigidas pela legislação belga.

A elaboração das demonstrações de financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS exige a utilização de estimativas e pressupostos. Estas estimativas e pressupostos afetam os valores divulgados do ativo e passivo e os valores do passivo eventual à data do balanço, assim como os proveitos e despesas declarados para o exercício. O resultado real poderá diferir das referidas estimativas.

O processo de definição de pressupostos está sujeito a procedimentos de aprovações e controlo internos, levando em conta análises internas e externas, estatística do setor, fatores e tendências ambientais, assim como requisitos regulamentares.

7.6.2 Informação societária

O ING Belgium NV/SA é uma instituição financeira internacional ativa na banca, seguros e gestão de ativos, sendo uma subsidiária do ING Bank NV.

O ING Belgium organizou a sua rede comercial em duas linhas de negócio: Banca de Retalho e Privada e Banca Comercial. Em termos funcionais, ambas respondem às linhas de negócio homólogas no ING Group.

O ING Belgium é uma sociedade anónima que emprega 11.463 colaboradores. A morada da sua sede é a seguinte: Avenue Marnix 24, 1000 Brussels.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração a 22 de março de 2013.

Salvo se o contrário for indicado, os valores nas notas às demonstrações financeiras são em milhares de euros.

7.6.3 Base de apresentação

As bases principais de mensuração utilizadas nas presentes de monstrações financeiras são o justo valor e o custo amortizado.

O justo valor do ativo e passivo financeiro é determinado pela utilização das cotações bolsistas. As cotações bolsistas são obtidas junto de profissionais, corretores e intermediários independentes. Em geral, as posições são avaliadas tomando-se o preço de compra para uma posição longa e o preço de oferta para uma posição curta. Em certos casos em que as posições são marcadas a cotações intermédias, calcula-se um ajusto do justo valor.

Paralelamente, poderão ser necessários ajustes adicionais do justo valor para liquidez e dados desatualizados porque não ocorrem regularmente transações num instrumento financeiro específico.

Para certos ativos e passivos financeiros, incluindo instrumentos derivados do mercado de balcão (OTC), não estão disponíveis cotações bolsistas. No que respeita a estes ativos e passivos financeiros, o justo valor é calculado recorrendo a técnicas de avaliação. Estas técnicas de avaliação têm em conta, entre outros fatores, preços contratuais e bolsistas, correlações, valor temporal do dinheiro, diferencial de crédito, curva das taxas de rendimento, fatores de volatilidade e/ou taxas de pré-pagamento das posições subjacentes. Todas as técnicas de avaliação utilizadas são aprovadas pelas autoridades internas aplicáveis.

Além disso, os dados de mercado utilizados nestas técnicas de avaliação são diariamente validados.

Por natureza, os modelos são subjetivos pelo que há um elevado grau de julgamento envolvido no estabelecimento dos valores justos dos ativos e passivos financeiros. Os modelos envolvem vários pressupostos relativamente ao preço subjacente, curva das taxas de rendibilidade, correlações e muitos outros fatores.

O uso de diferentes técnicas de avaliação e pressupostos poderá dar origem a estimativas muitíssimo diferentes do justo valor.

Para avaliar se o processo de avaliação deu origem a um justo valor adequado da posição, assim como uma reflexão adequada destas avaliações na demonstração de resultados, é efetuado um teste aos preços. Este teste é realizado com vista a minimizar os eventuais riscos de perdas económicas devido a modelos com importantes incorreções ou mal utilizados. Isto aplica-se tanto às posições transacionadas em bolsa como às posições OTC.

A diferença entre o preço com base no modelo utilizado e os dados de mercado, o lucro do primeiro dia", é registada na demonstração de resultados do banco.

Contudo, quando o banco utiliza modelos desenvolvidos internamente e/ou dados resultantes de preços observáveis, realiza-se um ajuste da avaliação relativo ao risco do modelo. Este ajuste leva em conta os vários aspetos destes modelos/dados e o grau relacionado de incerteza.

No que respeita à regra geral de cálculo do ajuste do risco do modelo, o cálculo tem em conta:

- a classificação interna do modelo segundo a sua complexidade;
- a experiência na utilização do modelo; e
- o tempo remanescente da operação.

O cálculo é realizado numa base de transação a transação. Os dois primeiros pontos são sujeitos a uma análise regular da Gestão de Risco.

Realiza-se igualmente um ajuste específico para o risco de correlação. Este ajuste é calculado com base no indicador de sensibilidade para este fator de risco.

Realiza-se igualmente um ajuste da avaliação para o risco de crédito. Este ajuste é calculado pela MRM e tem em conta o risco do modelo. Tanto o Ajuste da Avaliação de Créditos (CVA) como o Ajuste da Avaliação de Débitos (DVA – o próprio risco de incumprimento do ING é tido em conta) são levados em conta para determinar o justo valor.

Devido a uma mudança das práticas dos mercados para cotação dos derivados, o ING Belgium aplica desde 2011 uma curva de desconto, que reflete o "Overnight Indexed Swap" (OIS), em vez do termo anteriormente utilizado taxa EURIBOR.

Além das estratégias contabilísticas de cobertura existentes, a partir de 2011, implementou-se uma contabilidade de cobertura do justo valor para hipotecas de taxa de juro variável recorrendo a nova versão da IAS 39 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração): Isto implica que a opção incorporada coberta (a capitalização incluída nas hipotecas remuneradas) seja mensurada ao justo valor na conta de resultados, o que é idêntico ao derivado utilizado para cobertura. Em 2012, o ING Belgium implementou também a macrocobertura de justo valor com taxa fixa para hipotecas de taxa fixa.

O custo amortizado de um ativo financeiro ou passivo financeiro é o valor ao qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, utilizando o método de juro efetivo de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor no vencimento, e menos qualquer redução (diretamente ou através do uso de uma conta reserva) para imparidade ou má cobrança.

Em 2013, o ING Belgium irá reportar a aplicação da metodologia 'dirty price'. Tal significa que os juros acrescidos serão registados no instrumento subjacente, e já não em separado. Os valores abaixo irão ser reclassificados dentro da sua categoria contabilística. Não existe impacto global nos valores.

Juros acrescidos - Ativo	
Em milhares de EUROS	2012
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-
Ativos financeiros detidos para negociação	2,749,465
Ativos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	5,483
Ativos financeiros disponíveis para venda	296,627
Empréstimos e devedores	291,410
Derivados – contabilidade de cobertura	859,207
Mudanças do justo valor dos elementos cobertos na cobertura da carteira do risco de taxa de juro	1,086
Ativos diversos	60,859
Total	4,264,137

Juros acrescidos - Passivo	
Em milhares de EUROS	2012
Depósitos de bancos centrais	-
Passivos financeiros detidos para negociação	2,637,081
Passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	6,200
Passivos financeiros a custo amortizado	411,222
Passivos financeiros com ativos transferidos	9
Derivados - contabilidade de cobertura	840,937
Passivos diversos	234,151
Total	4,129,600

As demonstrações financeiras são elaboradas de forma contínua.

7.6.3.1 Estimativa dos impactos das alterações das IFRS

Esta secção explica o impacto que as futuras modificações das IFRS vão ter nas demonstrações financeiras do ING Belgium.

Novas modificações das IFRS		
IFRS	Aplicável a exercícios com início a ou depois...	Aprovada pela UE
IFRS 13	01/01/2013	Yes
IAS 19 Revista	01/01/2013	Yes
IFRS 10	01/01/2014	Yes
IFRS 11	01/01/2014	Yes
IFRS 12	01/01/2014	Yes
IAS 27 Revista	01/01/2014	Yes
IAS 28 Revista	01/01/2014	Yes
IFRS 9	01/01/2015	No

A IFRS 13 apresenta orientações sobre o modo como mensurar o justo valor e as divulgações que são necessárias sobre as mensurações do justo valor. A norma exige várias divulgações quantitativas e qualitativas. Estas exigências são idênticas às da IFRS 7, embora se aplique a todos os ativos e passivos mensurados ao justo valor.

A norma IAS 19 revista implica alterações significativas ao reconhecimento e à mensuração de planos de benefícios definidos. A mudança mais significativa é a abolição do método do corredor. Este método diferia o reconhecimento de ganhos e perdas atuariais. Segundo a norma revista, estes ganhos e perdas atuariais são imediatamente reconhecidas no balanço através do capital próprio. Em 2012, o impacto da norma revista teria resultado num reconhecimento de um passivo de EUR 166,5 milhões, reduzindo o capital próprio.

Seguidamente, o retorno esperado dos ativos do plano baseia-se na taxa de obrigações de sociedades (e não o retorno esperado dos investimentos reais). A diferença entre o retorno esperado dos ativos do plano e o retorno real, com base na taxa devedora, será reconhecida através do capital próprio. Em 2012, o impacto sobre os lucros e perdas seria equivalente a – 5,9 milhões de EUROS. Os custos de serviços passados têm de ser reconhecidos no exercício em que ocorrem. Não existe impacto para o ING Belgium SA/NV, uma vez que não existem atualmente custos de serviços passados não reconhecidos. As divulgações são igualmente afetadas.

A IFRS 10 altera a definição de controlo. Com vista a ter controlo, uma entidade tem de reunir todos os seguintes pontos:

- ter poder sobre a investida;
- ter exposição ou direitos a retornos variáveis do seu envolvimento;
- ter capacidade de utilizar o seu poder para influenciar o valor dos retornos.

Estas alterações poderá implicar alterações de pequena monta no âmbito do controlo.

A IFRS 11 contém os requisitos de classificação de um acordo comum, quer uma empresa comum, quer uma operação comum. Uma operação comum ocorre quando as partes juntam ativos e operações para obter recompensas. Uma empresa comum é um acordo levado a cabo para proporcionar a cada empresa participante uma quota nos resultados líquidos do acordo. Uma operação comum reconhece os seus próprios ativos, passivos, receitas e despesas. Uma empresa comum deve ser contabilizada segundo o método de equivalência patrimonial.

A IFRS 12 integra e existe divulgações consistentes no que respeita a subsidiárias, acordos comuns, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. As principais novas divulgações destinam-se a identificar os julgamentos efetuados para determinação da existência do controlo.

A IAS 27 revista contém apenas regras contabilísticas para subsidiárias, empresas comuns e associadas em demonstrações financeiras autónomas do investidor. Os requisitos de demonstrações financeiras consolidadas fazem parte da IFRS 10.

A revisão da IAS 28 contém os requisitos de contabilização dos investimentos em associadas e empresas comuns. É obrigatório que ambas sejam contabilizadas segundo o método de equivalência patrimonial.

Além disso, em 2010, a 2010 IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" foi emitida, tendo entrado em vigor inicialmente em 2013. Todavia, em julho de 2011 o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade decidiu, a título provisório, adiar a aplicação obrigatória da IFRS 9 até 2015. Até à data, esta norma ainda não foi aprovada pela UE e, por isso, não faz parte das IFRS-UE. A implementação da IFRS 9 – se e quando for aprovada pela UE – poderá ter um impacto significativo no capital próprio e/ou resultado do ING Belgium NV/SA.

7.6.3.2 Princípios de consolidação

7.6.3.2.1 Subsidiárias

Todas as subsidiárias são entidades (incluindo as entidades para fins especiais) sobre as quais o ING Belgium tem o poder de dirigir as políticas financeiras e operacionais, tendo, em geral, uma participação superior a 50 % dos direitos de voto. A existência e efeito de potenciais direitos de voto que podem ser exercidos no presente ou convertíveis são considerados quando se avalia se o ING Belgium controla outra entidade. As subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data em que o controlo é exercido pelo ING Belgium. Essa consolidação cessa a partir do momento em que o referido controlo deixa de ser efetivo.

No que respeita a subsidiárias totalmente consolidadas, o banco garante que, dentro dos limites de percentagens de capital controlado e com exceção do risco potencial, as participações integralmente consolidadas conseguem cumprir os seus compromissos.

O método contabilístico da compra é utilizado para contabilizar a aquisição de subsidiárias por parte do ING Belgium. O custo de uma aquisição é mensurado ao justo valor dos ativos líquidos, instrumentos de capital próprio ou passivos incorridos ou assumidos à data da permuta, acrescentando-se os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos eventuais assumidos numa concentração de atividades empresariais são inicialmente mensurados ao seu justo valor à data de aquisição, independente do grau do interesse minoritário. O excedente do custo de aquisição relativamente ao justo valor da quota-parte do banco nos ativos líquidos identificáveis é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor da quota-parte do banco nos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é diretamente reconhecida na demonstração de resultados. O badwill é reconhecido apenas na demonstração de resultados depois de se reavaliar se todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados.

Os saldos e as mais-valias não realizadas sobre transações entre as sociedades do ING Belgium são eliminados. As menos-valias não realizadas são igualmente eliminadas, salvo se a transação apresentar vestígios de uma imparidade do ativo transferido.

Sempre que necessário, as políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas para garantir a consistência com as políticas adotadas pelo ING Belgium.

In EUR thousands

Nome da entidade	Sede	Atividade	Código da sociedade	Participação no capital acumulada (%)	Ativos	Passivos	Demonstração de resultados
CEL Data Services SA/NV	Bruxelas	TI	BE 0435.463.880	100.00%	6,578	1,929	-426
Immo Globe SA/NV	Bruxelas	Imobiliário	BE 0415.586.512	100.00%	15,563	914	426
ING Belgium International Finance Luxembourg SA	Luxemburgo	Finanças	-	100.00%	3,708,422	3,722,346	126,154
ING Contact Centre SA/NV	Bruxelas	Finanças	BE 0452.936.946	100.00%	10,445	5,855	1,570
ING Luxembourg	Luxemburgo	Finanças	-	99.99%	12,151,785	10,582,180	143,757
ING Lease Luxembourg	Luxemburgo	Locação	-	99.99%	194,696	175,280	1,591
European Marketing Group Luxembourg (EMG)	Luxemburgo	Locação	-	99.99%	9,692	3,443	927
Société Immobilière ING Luxembourg SARL	Luxemburgo	Imobiliário	-	99.99%	20,180	1,061	914
ING LUX Ré SA	Luxemburgo	Seguros	-	99.99%	4,876	1,196	-
Leudelange Office Park SA	Luxemburgo	Imobiliário	-	99.99%	7,652	5	-10,651
CherryMont SA	Luxemburgo	Imobiliário	-	99.99%	27	1	-3
ING Technology Services	Bruxelas	TI	BE 0846.738.437	99.50%	1,823	823	-
Lease Belgium	Bruxelas	Locação	BE 0402.918.402	100.00%	1,604,247	1,482,820	6,074
ING Equipment Lease Belgium	Bruxelas	Locação	BE 0427.980.034	100.00%	2,156,079	2,093,151	11,826
ING Asset Finance Belgium	Bruxelas	Locação	BE 0429.070.986	100.00%	601,135	576,759	2,754
ING Truck Lease Belgium	Bruxelas	Locação	BE 0440.360.895	100.00%	139,323	131,437	651
Commercial Finance	Bruxelas	Factoring	BE 0470.131.086	100.00%	470,733	461,893	1,609
D'leteren Vehicle Trading NV	Bruxelas	Locação	BE 0428.138.994	51.00%	82,788	74,031	1,270
New Immo-Schuman SA/NV	Bruxelas	Imobiliário	BE 0428.361.797	100.00%	11,728	1,677	352
Record Bank SA/NV	Bruxelas	Banca	BE 0403.263.642	100.00%	18,193,239	17,443,758	73,903
Fiducré SA/NV	Bruxelas	Finanças	BE 0403.173.372	100.00%	76,491	62,508	10,689
Logipar	Bruxelas	Imobiliário	BE 0439.526.103	100.00%	7,313	2,218	10
Record Credit Services SCRL/CVBA	Liege	Finanças	BE 0403.257.407	15.69%	1,624,226	1,582,652	149
Sogam SA/NV	Bruxelas	Finanças	BE 0402.688.075	100.00%	468	2	22
Soges-Fiducem SA/NV	Bruxelas	Finanças	BE 0403.238.304	100.00%	45,764	42,520	837
Belgian Overseas Agencies Ltd.	Montreal	Finanças	CA 0403.202.967	100.00%	26,374	26,159	8
Belgian Overseas Issuing Corp.	Nova Iorque	Finanças	CA 0403.203.066	100.00%	23,714	23,165	-1

7.6.3.2.2 Associadas

Todas as associadas são entidades sobre as quais o ING Belgium dispõe de uma influência significativa, embora não detenha o controle, acompanhando geralmente uma participação de 20-50 % dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados segundo o método de contabilização de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos ao custo. Incluem o goodwill (líquido de eventuais perdas acumuladas por imparidade) identificado na aquisição.

A quota-parte do banco nos lucros ou perdas de associadas registrados após a aquisição é registrada na demonstração de resultados. A sua quota-parte nos movimentos nas reservas a seguir à aquisição é reconhecida nas reservas. Os movimentos cumulativos após a aquisição são ajustados face ao montante escriturado do investimento.

Quando a quota-parte do ING Belgium nas perdas de uma associada for igual ou superior ao seu interesse nessa associada, incluindo outras dívidas a receber, o banco não reconhece mais perdas, salvo se tiver assumido obrigações ou efetuado pagamentos em nome da associada.

As mais-valias não realizadas sobre transações entre o ING Belgium e as suas associadas são eliminadas até atingir o nível da participação do banco nas associadas. As menos-valias não realizadas são igualmente eliminadas, salvo se a transação apresentar vestígios de uma imparidade do ativo transferido.

Sempre que necessário, as políticas contabilísticas das associadas foram alteradas para garantir a consistência com as políticas adotadas pelo ING Belgium.

Nome da entidade	Sede	Atividade	Código da sociedade	Participação no capital acumulada (%)	Ativos*	Passivos*	Demonstração de resultados
Eurocassee S.I.M. S.p.A. (Em liquidação)	Milão	Finanças	IT 01627420159	43.00%	9,148	27,273	-315
Finanziaria ICCRI-BBL S.p.A. (Em liquidação)	Milão	Finanças	-	50.00%	2,583	412	-74
Isabel SA/NV	Bruxelas	Finanças	BE 0455.530.509	25.33%	18,107	878	3,673
Synapsia	Luxemburgo	Finanças	-	34.84%	77	11	-37

* Os ativos não são iguais aos passivos porque não se inclui o capital próprio

7.6.4 Políticas contabilísticas

7.6.4.1 Conversão cambial

7.6.4.1.1 Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas contas de todas as entidades do ING Belgium são mensurados recorrendo à moeda do ambiente económico principal na qual a entidade opera ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em milhares de euros, que é a moeda de apresentação.

7.6.4.1.2 Conversões

As transações de moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da transação. As mais-valias e menos-valias cambiais resultantes da concretização das referidas transações, assim como as mais-valias e menos-valias resultantes da conversão a taxas cambiais do final do ano de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração de resultados, salvo se diferidas no capital próprio no âmbito de fluxo de caixa elegível e coberturas de investimentos líquidas.

As diferenças de conversão de elementos não monetários mensurados ao justo valor através da conta de resultados são reportadas como fazendo parte da mais-valia ou menos-valia do justo valor. Os elementos não monetários são reconvertidos na data da determinação do seu justo valor. As diferenças de conversão resultantes de elementos não monetários mensurados ao justo valor por via da reserva de reavaliação são incluídas na reserva de reavaliação no capital próprio.

7.6.4.1.3 Resultados e posição financeira das sociedades do grupo

Os resultados e a posição financeira das sociedades do ING Belgium, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos para a moeda de apresentação:

- Os ativos e passivos incluídos nos seus balanços são convertidos à taxa de fecho, na data do respetivo balanço;
- Os proveitos e despesas incluídas nas suas demonstrações de resultados são convertidos às taxas cambiais médias; porém, quando a média não é uma aproximação razoável do efeito acumulado das taxas em vigor nas datas das transações, os proveitos e despesas são convertidos nas datas das transações;
- As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas num componente separado do capital próprio.

Na consolidação, as diferenças cambiais resultantes da conversão de um elemento monetário que faz parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, e de empréstimos obtidos e outros instrumentos designados de coberturas dos referidos investimentos, são levadas ao capital próprio dos acionistas. Quando se vende uma unidade operacional estrangeira, as referidas diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração de resultados como mais-valias ou menos-valias da alienação.

O goodwill e os ajustes do justo valor resultantes da aquisição de uma unidade operacional estrangeira são tratados como ativos e passivos da operação estrangeira e convertidos à taxa de fecho.

7.6.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros

Todas as compras e alienações de ativos financeiros classificados como disponíveis para alienação e negociação que exigem entrega dentro do prazo estabelecido por regulamento ou convenção do mercado (compras e alienações "regulares") são classificadas à data da negociação, que se trata da data em que o ING Belgium se comprometeu a comprar ou alienar o ativo. Os empréstimos e depósitos são reconhecidos à data da liquidação.

Os ativos financeiros são desreconhecidos depois de extintos os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros ou quando o ING Belgium tiver transmitido todos os direitos e benefícios associados à titularidade do investimento. No caso de o ING Belgium não transmitir nem reter a totalidade dos riscos ou benefícios da titularidade de um ativo financeiro, desreconhece o ativo financeiro quando deixar de ter controlo sobre o mesmo. No caso de transmissões em que é mantido o controlo sobre o ativo, o ING Belgium continua a reconhecer o ativo até se manter o seu envolvimento continuado. A amplitude deste envolvimento continuado é determinada pelo grau a que o ING Belgium está exposto a alterações do valor do ativo.

7.6.4.3 Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o montante líquido é reportado no balanço quando o ING Belgium tiver um direito a cumprir de acordo com a lei para compensar os montantes reconhecidos e tiver planos para proceder à sua liquidação numa base líquida ou realizar em simultâneo o ativo e liquidar o passivo.

7.6.4.4 Transações de recompra e recompra inversa

Os títulos vendidos ao abrigo de contratos de recompra ("repos") são retidos nas demonstrações financeiras consolidadas. O passivo da contraparte é incluído nos passivos financeiros associados com os ativos transferidos.

Os títulos adquiridos ao abrigo de contratos de revenda ("repos inversos") são registados como colaterais recebidos. Paralelamente, uma conta a receber é reconhecida como "empréstimos e adiantamentos" ou "ativos financeiros para negociação". A diferença entre o preço de venda e de recompra é registada como juro e acumulada ao longo da vigência do contrato, utilizando o método de juro efetivo.

7.6.4.5 Ativos financeiros

7.6.4.5.1 Caixa e disponibilidades de caixa em bancos centrais

A caixa inclui o dinheiro detido pelo ING Belgium, assim como o dinheiro depositado noutras instituições financeiras que pode ser levantado sem pré-aviso.

Os equivalentes de caixa são definidos como investimentos de elevada liquidez e de curto prazo que são prontamente convertíveis para montantes conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de variações do valor. A classificação de um investimento de curto prazo como equivalente de caixa não exige que o investimento satisfaça a definição de um equivalente de caixa, dependendo também do fim para o qual o investimento é detido.

A caixa e seus equivalentes podem compreender saldos com um vencimento inferior a três meses a contar da data da aquisição, incluindo dinheiro em caixa, saldos com bancos centrais, empréstimos e adiantamentos de curto prazo, títulos de dívida pública de curto prazo, contratos de recompra inversa e saques a descoberto bancários.

7.6.4.5.2 Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos para negociação são ativos adquiridos principalmente com vista a gerar mais-valias de curto prazo ou uma margem do comerciante. Os ativos financeiros detidos para negociação são inicialmente reconhecidos ao custo. Subsequentemente, são mensurados ao justo valor, sem dedução dos custos de transação, à data de cada balanço até serem desreconhecidos.

As mais-valias e menos-valias resultantes das variações do justo valor são registadas na demonstração de resultados do exercício em que ocorrem. Incluem mais-valias e menos-valias realizadas em consequência da alienação de ativos financeiros e mais-valias e menos-valias não realizadas resultantes das variações do justo valor.

Os rendimentos e despesas de juros são registados separadamente na demonstração de resultados.

O ING Belgium designa valores mobiliários de capital próprio negociáveis e títulos de dívida, derivados e contratos de recompra inversa por ativos financeiros detidos para negociação.

7.6.4.5.3 A tivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor

A equipa de gestão designa os ativos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas quando uma das seguintes condições é satisfeita:

- Elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (por vezes designada por "não balanceamento contabilístico") que resultaria de mensurar ativos ou reconhecer mais-valias/menos-valias nos mesmos com bases diferentes;
- Um grupo de ativos financeiros é gerido e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de gestão de risco ou de investimento documentada, e as informações sobre o grupo de ativos em questão são prestadas internamente nessa base;
- Os ativos contêm um ou mais derivados incorporados, salvo se o derivado incorporado não alterar de forma significativa os fluxos de caixa ou se a separação do derivado incorporado for interdita.

As mais-valias e menos-valias resultantes das variações do justo valor dos referidos ativos são reconhecidas na demonstração de resultados do exercício em que ocorrem. Incluem mais-valias e menos-valias realizadas em consequência da alienação de ativos financeiros e mais-valias e menos-valias não realizadas resultantes das variações do justo valor dos ativos.

Os rendimentos e despesas de juros são registados separadamente na demonstração de resultados.

A designação é irrevogável: a avaliação "marked-to-market" desses ativos é mantida até ao desreconhecimento.

O ING Belgium designa títulos de capital próprio e de dívida negociáveis por ativos financeiros designados ao justo valor através de lucros e perdas.

7.6.4.5.4 Empréstimos e devedores

Os empréstimos e devedores são instrumentos não derivados com pagamentos fixos ou determináveis.

Estes são inicialmente reconhecidos pelo justo valor mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Subsequentemente, são escriturados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, menos as perdas por imparidade.

Os rendimentos de juros são reconhecidos numa base de acréscimos, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

7.6.4.5.5 A tivos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros que não estiverem classificados noutra categoria são registados como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor. As mais-valias e menos-valias não realizadas resultantes de variações do justo valor são reconhecidas no capital próprio. Quando os ativos são alienados, os ajustes do justo valor acumulado relacionado são registados na demonstração de resultados como mais-valias e menos-valias de investimentos.

O ING Belgium designa títulos de capital próprio e de dívida negociáveis por ativos financeiros designados por disponíveis para venda.

7.6.4.6 Imparidade dos ativos financeiros

Em cada data do balanço, o ING Belgium avalia se há provas objetivas de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está sujeito a imparidade. As provas objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos está sujeito a imparidade incluem, entre outras:

- O mutuário requereu a falência ou foi considerado falido ou colocado sob uma medida de proteção idêntica, facto que evita ou atrasa o reembolso do ativo financeiro;
- O mutuário não reembolsou o capital, juros ou comissões, e a falta de pagamento manteve-se durante um certo período de tempo;
- O mutuário apresentou provas de dificuldades financeiras significativas, que terão um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro;
- A obrigação de crédito foi reestruturada por razões não comerciais.

O ING Belgium efetuou concessões, por razões económicas ou jurídicas relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, cujo efeito é uma redução nos fluxos de caixa futuros esperados do ativo financeiro.

7.6.4.6.1 Imparidade de ativos financeiros designados como disponíveis para venda

No que respeita aos investimentos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do justo valor dos ativos abaixo do seu custo é considerada na determinação da existência de imparidade nos ativos. Se essas provas existirem, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos a perda por imparidade relativamente a esse ativo financeiro, anteriormente reconhecido na demonstração de resultados - é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração de resultados. As perdas por imparidade relativamente a instrumentos de capital próprio reconhecidas na demonstração de resultados só são invertidas por via da demonstração de resultados após o desreconhecimento dos elementos.

No que respeita aos títulos de dívida, aplica-se a mesma regra para registar a imparidade. Todavia, se num exercício subsequente o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado com um evento que ocorre a seguir à perda por imparidade tiver sido reconhecido na demonstração de resultados, a perda por imparidade é invertida através da demonstração de resultados.

7.6.4.6.2 Imparidade de empréstimos

Inicialmente, o ING Belgium avalia se existem provas objetivas de imparidade individualmente no que se refere aos empréstimos com importância individual, e individual ou coletivamente no que toca aos empréstimos que não têm importância individual. Os empréstimos que são individualmente avaliados em termos de imparidade e para os quais é reconhecida uma perda por imparidade, ou continua a ser reconhecida, não são incluídos numa avaliação coletiva da imparidade.

No que toca aos empréstimos sem importância individual, calcula-se uma provisão coletiva.

É calculada uma provisão coletiva quando o ING Belgium determina que não existe nenhuma prova objetiva da depreciação de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros; esta medida é igualmente denominada de "Incorrida Mas Não Reportada" (IBNR).

Um empréstimo tem imparidade quando há a probabilidade de o banco não ser capaz de cobrar todos os montantes devidos (capital e juros) segundo os termos contratados. A possibilidade de cobrança de empréstimos inclui o risco de crédito, quando há impossibilidade de reembolso de um empréstimo devido à incapacidade de reembolso por parte do mutuário. Incluiu igualmente o risco de transmissão quando o empréstimo não é reembolsado devido a fatores estranhos ao mutuário, como é o caso de restrições cambiais em consequência de uma crise económica no seu país de residência. A ênfase deve ser colocada na tempestividade dos fluxos de caixa contratuais relativamente aos pagamentos de juros e reembolsos do capital. Se o banco esperar cobrar a totalidade dos juros e do capital, embora esses fluxos de caixa possam vir a ser recebidos numa data posterior à acordada originalmente, dever ser realizada uma revisão à imparidade.

No caso de imparidade de um empréstimo, este é anulado face à conta de provisão respetiva. Isto acontece depois de terem sido realizados todos os procedimentos necessários e de se determinar a perda do empréstimo final. Os montantes recebidos acima dos fluxos de caixa esperados são reconhecidos na demonstração de resultados como reduções da provisão respetiva.

Se uma imparidade for reconhecida para um ativo financeiro avaliado ao custo amortizado, o montante da imparidade é determinado como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados (excluindo perdas de empréstimos futuras que ainda não ocorreram), com desconto utilizando a taxa de juro efetiva original do ativo⁹. O montante escriturado do ativo é reduzido com recurso a uma conta reserva e o montante da perda é reconhecido na demonstração de resultados. Se o empréstimo tiver uma taxa de juro variável, a taxa de desconto para mensurar uma perda por imparidade é a taxa de juro efetiva atual determinada ao abrigo do contrato.

Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade descer e essa descida puder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorra após o reconhecimento a imparidade (como uma melhoria da notação de crédito do devedor), a perda por imparidade anteriormente reconhecida é invertida por via do ajuste a conta reserva. O montante da inversão é reconhecido na demonstração de resultados.

O banco adota a política de que só devem ser efetuadas anulações num número limitado de casos, incluindo após conclusão de uma reestruturação, numa situação de falência e após desinvestimento de uma linha de crédito a desconto.

Tanto o empréstimo como a imparidade é refletida na contabilidade. Se for decidido anular (parcialmente) o empréstimo, tanto o empréstimo como a provisão relacionada são eliminados da contabilidade e apenas a diferença entre os dois é registada na demonstração de resultados.

⁹ Atualmente, os fluxos de caixa futuros são descontados utilizando-se a taxa contratual.

A identificação da imparidade e a determinação do montante recuperável são um processo inerentemente incerto que envolve vários pressupostos e fatores, incluindo o estado financeiro da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os preços de mercado observáveis e os preços de venda líquidos esperados. Desenvolvimentos posteriores à data do balanço poderão indicar que certas menos-valias não realizadas naquela data darão origem a uma imparidade em exercícios futuros, resultando num impacto negativo na demonstração de resultados de exercícios futuros.

Na determinação da amplitude das provisões de perdas de empréstimos, aplica-se um elevado grau de ponderação. Esta ponderação baseia-se na avaliação que a equipa de gestão faz do risco existente na carteira, condições económicas existentes, experiência de perdas em anos recentes e tendências de concentração de crédito e geográficas. As mudanças introduzidas nas referidas ponderações e análises poderão dar origem a alterações das provisões ao longo do tempo.

7.6.4.7 Passivos financeiros

7.6.4.7.1 Passivos financeiros detidos para negociação

Um passivo financeiro é detido para negociação se for adquirido ou assumido principalmente com vista a gerar um lucro a partir de variações de curto prazo do preço ou da margem do negociador. Os passivos financeiros detidos para negociação incluem posições "curtas" em títulos.

Os passivos financeiros detidos para negociação são inicialmente reconhecidos ao custo e, subsequentemente, remensurados ao justo valor (sem dedução dos custos de transação) à data de cada balanço até os elementos serem desreconhecidos.

As mais-valias e menos-valias resultantes das variações do justo valor são registadas na demonstração de resultados do exercício em que ocorrem. As mais-valias e menos-valias incluem as mais-valias e menos-valias realizadas em consequência da alienação de passivos financeiros e mais-valias e menos-valias não realizadas resultantes das variações do justo valor.

O juro é registado de forma separada na demonstração de resultados.

7.6.4.7.2 Passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor

A equipa de gestão designa os passivos financeiros ao justo valor através de lucros e perdas quando uma das seguintes condições é satisfeita:

- Elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (por vezes designada por "não balanceamento contabilístico") que resultaria de mensurar ativos ou reconhecer mais-valias/menos-valias nos mesmos com bases diferentes;
- Um grupo de passivos financeiros é gerido e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de gestão de risco ou de investimento documentada, e as informações sobre o grupo de passivos em questão são prestadas internamente nessa base;
- Os passivos contêm um ou mais derivados incorporados, salvo se o derivado incorporado não alterar de forma significativa os fluxos de caixa ou se a separação do derivado incorporado for interdita.

O ING Belgium designa títulos de capital próprio negociáveis, passivos subordinados e notas estruturadas por passivos financeiros designados ao justo valor através de lucros e perdas.

7.6.4.7.3 Passivos financeiros ao custo amortizado

O custo amortizado de um passivo financeiro é o montante a que o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial (o justo valor), menos os reembolsos do capital, mais ou menos a amortização acumulada, utilizando o método de juro efetivo de qualquer diferença entre o montante inicial e o montante no vencimento. Esta é a classificação de incumprimento.

7.6.4.8 Derivados e atividades de cobertura

Qualquer contrato de derivados é inicialmente reconhecido ao justo valor à data em que é celebrado, sendo subsequentemente remensurado ao seu justo valor. Todos os derivados são considerados ativos quando o seu justo valor é positivo e passivos quando o seu justo valor é negativo.

Os derivados incorporados são bifurcados face ao seu contrato de base, desde que se cumpram as seguintes condições:

- As suas características económicas e riscos não estão relacionados de perto com os do contrato de base;
- O contrato de base não é escriturado ao justo valor através de lucros e perdas;
- Um instrumento independente com os mesmos termos do derivado incorporado cumpriria a definição de um derivado.

Estes derivados incorporados são mensurados ao justo valor, sendo as variações do justo valor reconhecidas na demonstração de resultados.

O método de reconhecimento das mais-valias ou menos-valias do justo valor resultantes depende do facto de o derivado ser considerado um instrumento de cobertura e, nesse caso, da natureza do elemento a ser coberto.

A contabilização de cobertura é utilizada para derivados designados desta forma, desde que sejam cumpridos certos critérios.

No início da transação, o ING Belgium documenta a relação entre os instrumentos de cobertura e os elementos cobertos, assim com o seu objetivo e estratégia de gestão dos riscos para realizar várias transações de cobertura. O banco avalia, tanto no início da cobertura como de forma continuada, se os derivados utilizados em transações de cobertura são altamente eficazes a compensar as variações dos justos valores ou fluxos de caixa dos elementos cobertos, incluindo o método de avaliação da eficácia dos instrumentos de cobertura na compensação da exposição a variações do justo valor ou fluxos de caixa do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto.

O ING Belgium utiliza três tipos de contabilização de cobertura, que são descritos a seguir.

7.6.4.8.1 Cobertura de justo valor

As variações do justo valor de derivados que são designadas e consideradas coberturas do justo valor são reconhecidas na demonstração de resultados, em conjunto com os ajustes do justo valor ao elemento coberto atribuível ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixar de satisfazer os critérios de contabilização de cobertura, o ajuste cumulativo do elemento coberto é, no caso de instrumentos remunerados, amortizado na demonstração de resultados durante o prazo remanescente da cobertura original ou reconhecido diretamente quando o elemento coberto é desreconhecido. No que respeita aos instrumentos não remunerados, o ajuste cumulativo do elemento coberto é reconhecido na demonstração de resultados apenas quando o instrumento coberto é desreconhecido.

7.6.4.8.2 Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do justo valor de derivados que são designados e considerados coberturas de fluxos de caixa é reconhecida no capital próprio. As mais-valias ou menos-valias relacionadas com a parte não efetiva são imediatamente reconhecidas na demonstração de resultados. Os montantes acumulados no capital próprio são reciclados na demonstração de resultados nos exercícios em que o elemento coberto afetar a demonstração de resultados. Aquando do vencimento ou venda de um instrumento coberto, ou quando uma cobertura deixa de satisfazer os critérios de contabilização de cobertura, quaisquer mais-valias ou menos-valias cumulativas existentes no capital próprio nesse momento permanecem no capital próprio e são reconhecidas quando a transação prevista é, finalmente, reconhecida na demonstração de resultados. Quando não se espera que uma transação prevista venha a concretizar-se, as mais-valias ou menos-valias cumulativas reportadas no capital próprio são imediatamente transferidas para a demonstração de resultados.

7.6.4.8.3 Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira

As coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras são contabilizadas de forma idêntica para coberturas de fluxos de caixa. As mais-valias ou menos-valias obtidas do instrumento de cobertura relacionadas com a parte efetiva da cobertura são reconhecidas no capital próprio. As mais-valias ou menos-valias relacionadas com a parte não efetiva são imediatamente reconhecidas na demonstração de resultados. As mais-valias ou menos-valias acumuladas no capital próprio são incluídas na demonstração de resultados aquando da alienação da unidade operacional estrangeira.

7.6.4.9 Ativos tangíveis

7.6.4.9.1 Ativos fixos tangíveis

Terrenos e edifícios detidos para uso próprio são apresentados ao justo valor à data do balanço.

O custo de um elemento de ativos fixos tangíveis compreende o seu preço de compra, incluindo os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais e abatimentos. O justo valor de terrenos e edifícios é o seu valor de mercado.

O ING Belgium procede à remensuração dos ativos fixos tangíveis ao justo valor em cada data de relato e obtém uma avaliação de um avaliador habilitado profissionalmente e independente, de forma regular ou, pelo menos, a cada cinco anos.

Os aumentos do montante escriturado resultantes de uma reavaliação dos terrenos e edifícios detidos para uso próprio são creditados nas reservas de reavaliação no capital próprio dos acionistas. As reduções que compensam os aumentos anteriores do mesmo ativo são imputadas às reservas de reavaliação diretamente no capital próprio. Todas as outras reduções são imputadas à demonstração de resultados. Os aumentos que invertem uma redução de reavaliação sobre o mesmo ativo anteriormente reconhecido na demonstração de resultados são reconhecidos na demonstração de resultados.

A depreciação de edifícios é reconhecida, com base no justo valor e vida útil estimada do ativo (em geral, 33 anos). A depreciação é calculada "pro rata temporis" (ou proporcionalmente) numa base de linha reta. Os valores residuais e vidas úteis são revistos e ajustados, caso se aplique, à data de cada balanço.

Os gastos subsequentes são incluídos no montante escriturado do ativo quando for provável que futuros benefícios económicos associados ao elemento revertam para o ING Belgium e o seu custo puder ser mensurado de forma fiável. Todas as outras reparações e manutenção são imputadas à demonstração de resultados durante o exercício financeiro em que são realizadas.

Na alienação, a reserva de reavaliação relacionada é transferida para resultados retidos.

Não há depreciação de terrenos.

Os equipamentos são expressos ao custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade. O custo destes ativos é depreciado numa base de linha reta ao longo das suas vidas úteis estimadas.

Os gastos de manutenção e reparações são imputados à demonstração de resultados. Os gastos realizados em grandes melhoramentos são capitalizados e depreciados.

As locações contratadas pelo ING Belgium são locações operacionais. Os pagamentos totais efetuados ao abrigo das locações operacionais são imputados à demonstração de resultados pela base de linha reta ao longo do prazo de locação.

Quando uma locação operacional é dissolvida antes de terminado o respetivo prazo, os pagamentos devidos ao locador a título de multa são reconhecidos como despesa no exercício em que a dissolução ocorre.

Discriminação dos ativos fixos tangíveis e equipamentos por vidas úteis	
Em anos	2012
Terrenos e edifícios ocupados pelo dono	33
Equipamentos de TI	5
Equipamento de escritório	10
Outros equipamentos	7
Veículos	4

7.6.4.9.2 Imóveis de investimento

Os imóveis de investimento são expressos ao justo valor à data do balanço. As variações do montante escriturado resultantes de reavaliações são registadas na demonstração de resultados. Na alienação, a diferença entre o produto da venda e o valor contabilístico é reconhecida na demonstração de resultados.

O justo valor dos imóveis de investimento baseia-se em avaliações regulares efetuadas por avaliadores habilitados independentes.

Os imóveis de investimento não são depreciados.

7.6.4.10 Goodwill e ativos intangíveis

7.6.4.10.1 Goodwill

As aquisições do ING Belgium são contabilizadas ao abrigo do método contabilístico da compra, em que o custo das aquisições é alocado ao justo valor dos ativos, passivos e passivos eventuais adquiridos. O goodwill, que é a diferença entre o custo da aquisição (incluindo a dívida assumida) e interesse do banco no justo valor dos ativos, passivos e passivos eventuais adquiridos à data da aquisição, é capitalizado como ativo intangível. Os resultados das operações das sociedades adquiridas são incluídos na demonstração de resultados a partir da data da obtenção do controlo.

O goodwill só é capitalizado nas aquisições após a data da implementação das IFRS. A contabilização das aquisições antes dessa data não é reexpressa; o goodwill e os intangíveis gerados internamente sobre as referidas aquisições são imputados diretamente ao capital social dos acionistas. O goodwill é alocado a unidades geradoras de caixa para efeitos de teste de imparidade. Estas unidades geradoras de caixa são o grupo identificável menor de ativos que gera influxos de caixa que dependem em grande medida dos influxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

O teste de imparidade é realizado todos os anos ou com mais frequência se os houver indicadores de imparidade. Ao abrigo dos testes de imparidade, o valor escriturado da unidade geradora de caixa (incluindo o goodwill) é comparado com o seu montante recuperável, que é o maior do seu justo valor menos custos para vender e o seu valor de uso.

Os ajustes ao justo valor à data da aquisição dos ativos e passivos adquiridos que são identificados no prazo de um ano após a aquisição são registados com ajuste ao goodwill. Qualquer ajuste subsequente é reconhecido como proveito ou despesa. Todavia, o reconhecimento de ativos por impostos diferidos após a data de aquisição é registado como ajuste do goodwill, mesmo após o primeiro ano.

Na alienação de sociedades do grupo, a diferença entre o produto da venda e o valor contabilístico (incluindo o goodwill) e o montante registado na reserva de conversão cambial no capital próprio é incluída na demonstração de resultados.

O goodwill é atribuível à elevada lucratividade da empresa adquirida e as sinergias significativas que se espera venha a dar origem. O justo valor dos ativos e passivos adquiridos baseiam-se no modelo de fluxo de caixa descontado.

7.6.4.10.2 Software de computadores

O software de computadores que foi comprado ou gerado internamente para uso próprio é expresso ao custo, menos a depreciação e quaisquer perdas por imparidade. A depreciação calcula-se numa base de linha reta ao longo da vida útil do elemento. O período prolonga-se, no mínimo, durante cinco anos. A depreciação é incluída em despesas várias.

O software gerado internamente só deveria ser capitalizado se a totalidade dos seguintes requisitos for satisfeita:

- o ING Belgium dispõe da viabilidade de concluir o ativo intangível de modo a que possa ser utilizado ou vendido;
- o ING Belgium tem a intenção de concluir o ativo intangível e de utilizá-lo ou vendê-lo;
- o ING Belgium tem a capacidade de utilizar ou vender o ativo intangível;
- o ativo intangível vai gerar eventuais benefícios económicos futuros; entre outros, o banco tem de ser capaz de demonstrar a existência de um mercado para o resultado do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, se for utilizado internamente, a utilidade do ativo intangível;
- o ING Belgium dispõe dos recursos técnicos, financeiros e outros adequados disponíveis para concluir o desenvolvimento e utilizar ou vender o ativo intangível;
- o ING Belgium tem capacidade de mensurar de forma fiável o gasto atribuível ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

Os projetos relacionados com software gerado internamente para utilização própria são considerados para capitalização se atingirem ou ultrapassarem EUR 2,5 milhões em valor.

7.6.4.10.3 Outros ativos intangíveis

Os outros ativos intangíveis são capitalizados e amortizados ao longo das suas vidas económicas esperadas. Não há amortização para os ativos intangíveis com uma vida útil indefinida.

7.6.4.11 Provisões

Uma provisão envolve uma obrigação presente resultante de eventos passados, prevendo-se que a sua liquidação resulte numa saída de recursos da sociedade que incorporam benefícios económicos, apesar de a tempestividade ou montante ser incerto. Salvo se o contrário for expresso, as provisões são descontadas utilizando-se uma taxa de desconto antes de impostos. A determinação de provisões é um processo inerentemente incerto, que envolve estimativas de montantes e tempestividade de fluxos de caixa. As provisões de reorganização incluem benefícios de cessação de colaboradores, quando o for possível demonstrar que o ING Belgium está empenhado em cessar a relação laboral de colaboradores atuais de acordo com um plano formal detalhado sem possibilidade de inversão ou em disponibilizar benefícios de cessação em consequência de uma oferta efetuada para incentivar a redundância voluntária.

Como regra geral, só deverá ser libertada uma provisão ou parte desta quando:

- for recebido dinheiro, fazendo com que o valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados aumente em comparação com as estimativas anteriores (libertação parcial) ou exceda o montante escriturado (libertação total);
- os passivos são extintos não se esperando nenhuma reclamação, no caso de exposições eventuais.

7.6.4.12 Benefícios de colaboradores - obrigações de pensões

7.6.4.12.1 Esquemas de pensão

As entidades do ING Belgium operam vários esquemas de pensão. Estes esquemas são geralmente financiados por pagamentos efetuados a companhias de seguros ou fundos administrados por fiéis depositários, determinados por cálculos atuariais periódicos. O ING Belgium dispõe de planos de benefícios definidos e planos de contribuições definidas.

O plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante do benefício de pensão que o colaborador receberá à data da reforma, normalmente dependendo de um ou mais fatores, como a idade, a antiguidade e a remuneração.

O ativo (ou passivo) reconhecido no balanço relativamente aos planos de pensão de benefícios definidos é o valor atual da obrigação de benefícios definidos à data do balanço, menos o justo valor dos ativos do plano, ajustado relativamente às mais-valias ou menos -valias atuariais reconhecidas e custos dos serviços passados não reconhecidos.

O custo dos serviços passados é reconhecido como uma despesa numa base de linha reta ao longo do período médio até os benefícios se tornarem adquiridos. Se os benefícios se tornarem adquiridos imediatamente a seguir à introdução de um plano de pensão, ou às mudanças nele introduzidas, o custo dos serviços passados é imediatamente reconhecido.

A obrigação de benefícios definidos é calculada todos os anos por atuários internos e externos, utilizando o método da unidade de crédito projetada.

Inerentes aos modelos atuariais estão pressupostos, incluindo taxas de desconto, taxa de aumento no salário futuro e níveis de benefícios, taxas de mortalidade, tendências de custos dos cuidados de saúde, índice do preço no consumidor e retorno esperado dos ativos do plano.

Os pressupostos baseiam-se nos dados de mercado disponíveis e no desempenho histórico dos ativos do plano. São atualizadas todos os anos.

Os pressupostos atuariais poderão divergir de forma significativa dos resultados reais devido às variações das condições do mercado, tendências económicas e de mortalidade e a outros pressupostos. Quaisquer alterações destes pressupostos poderão ter um impacto significativo nos passivos do plano de benefícios definidos e nos futuros custos das pensões. Os efeitos das alterações dos pressupostos atuariais e ajustes da experiência não são reconhecidos na demonstração de resultados, salvo se as alterações em conjunto forem superiores a 10 % da obrigação de benefícios definidos maior e do justo valor dos ativos do plano, caso em que o excedente é amortizado ao longo das vidas de trabalho remanescentes médias esperadas dos colaboradores.

No que respeita aos planos de contribuições definidas, o ING Belgium paga contribuições para planos de

seguros de pensões de gestão pública ou privada, de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O ING Belgium não tem mais nenhuma obrigação de pagamento depois de pagas as contribuições. As contribuições são reconhecidas como uma despesa de benefícios dos colaboradores quando vencem. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo desde que fique disponível um reembolso de dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros.

7.6.4.12.2 Outras obrigações pós-reforma

O ING Belgium disponibiliza cuidados de saúde pós-reforma e outros benefícios aos seus reformados. Para que os colaboradores tenham direito a estes benefícios é normalmente necessário que permaneçam ao serviço do banco até à idade da reforma e mantenham um período mínimo de relação com a instituição. Os custos esperados destes benefícios crescem ao longo do período de emprego, utilizando uma metodologia contabilística idêntica à utilizada nos planos de pensão de benefícios definidos.

7.6.4.13 Despesas de impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento relativo ao exercício compreende o imposto corrente e o diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados, salvo quando está relacionado com elementos reconhecidos diretamente no capital próprio, caso em que é reconhecido no capital próprio.

O imposto sobre o rendimento diferido é apresentado na totalidade, utilizando o método de passivo, sobre as diferenças temporárias emergentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e os seus montantes escriturados nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto sobre o rendimento diferido é determinado utilizando-se taxas de tributação e leis que tenham sido promulgadas de forma substancial à data do balanço, sendo esperado que se apliquem quando o ativo do imposto sobre o rendimento diferido relacionado seja realizado ou o passivo do imposto sobre o rendimento diferido seja liquidado.

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos quando há probabilidade de ficar disponível um lucro tributável futuro, contra o qual as diferenças temporárias podem ser utilizadas.

Os passivos por impostos diferidos são apresentados sobre diferenças temporárias resultantes de investimentos em subsidiárias e associadas, salvo quando a tempestividade da inversão da diferença temporária puder ser controlada e é provável que a diferença não seja invertida no futuro previsível.

Os efeitos fiscais das menos-valias do imposto sobre o rendimento disponíveis para transporte são reconhecidos como ativo quando houver a probabilidade de disponibilização de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizadas estas menos-valias.

O imposto diferido relacionado com a remensuração do justo valor dos investimentos disponíveis para venda e coberturas de fluxos de caixa que são diretamente debitadas ou creditadas ao capital próprio dos acionistas é também diretamente creditado ou debitado ao capital próprio e subsequentemente reconhecido na demonstração de resultados, em conjunto com as mais-valias ou menos-valias diferidas.

7.6.4.14 Reconhecimento de proveitos

7.6.4.14.1 Juros credores líquidos

Os juros credores líquidos são reconhecidos na demonstração de resultados utilizando um método de juro efetivo. Este método serve para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou passivo financeiro e alocar juros credores ou juros devedores ao longo do exercício respetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de dinheiro futuros previstos ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, caso se aplique, um período mais curto ao montante escriturado líquido do ativo financeiro ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efetiva, o ING Belgium estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pagamento antecipado), embora não leve em conta menos-valias de créditos futuros. O cálculo inclui todas as taxas e pontos base pagos ou recebidos entre os signatários do contrato que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os outros prémios ou descontos. Os juros credores líquidos de posições negociais e derivados não negociais são classificados numa linha separada da demonstração de resultados. Os movimentos no justo valor são incluídos nos juros credores líquidos.

Quando um empréstimo sujeito a imparidade ou uma carteira de empréstimos sujeitos a imparidade tiver sido reduzido para o seu montante recuperável estimado, o juro credor é, por isso, reconhecido com base na taxa de juro que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para efeitos de mensurar o montante recuperável. O raciocínio subjacente é que, com o passar do tempo, o valor dos fluxos de caixa futuros esperados aumenta à medida que o tempo até à realização diminui; este efeito de desenrolar é

reconhecido como juros credores.

Os sistemas de fontes subjacentes poderão (i) dispensar os juros credores devidos de empréstimos sujeitos a imparidade ou (ii) continuar a reconhecê-los na íntegra. Em ambos os casos, é necessário ajustar os juros credores para reconhecer o montante correto dos juros: para cima sob (i) e para baixo sob (ii).

Os recebimentos reais de juros sobre empréstimos sujeitos a imparidade ("pagamentos atrasados") deverão ser aplicados contra acréscimos de juros/capital, dependendo da probabilidade de falência do mutuário. Os recebimentos de juros são aplicados primeiramente ao capital (se houver probabilidade de falência) ou primeiramente aos juros (se não houver probabilidade de falência).

7.6.4.14.2 Margem líquida de taxas e comissões

Geralmente, as taxas e comissão são reconhecidas quando um serviço foi prestado.

As taxas de compromisso de empréstimos relativamente a empréstimos com probabilidade de desembolso são diferidas (em conjunto com os custos diretos relacionados) e reconhecidas como um ajuste à taxa de juro efetiva do empréstimo.

As taxas e comissões decorrentes da negociação ou participação na negociação de uma transação em nome de terceiros - tal como o contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a compra ou venda de empresas - são reconhecidas na conclusão da transação subjacente.

As taxas de carteira e outras taxas de consultoria e serviço de gestão são reconhecidas com base nos contratos de serviço aplicáveis depois de prestado o respetivo serviço.

As taxas de gestão de ativos relacionadas com fundos de investimento e as taxas de contratos de investimento proporcionalmente no exercício em que o serviço é prestado. O mesmo princípio aplica-se aos serviços de planeamento e custódia que são fornecidos de forma contínua ao longo de um período de tempo prolongado.

7.6.4.14.3 Rendimento dos dividendos

As receitas são reconhecidas depois de estabelecido o direito de o ING Belgium de receber o pagamento.

7.6.4.15 Descrição da política de dividendos

O Conselho de Administração convoca as assembleias gerais e decide a sua ordem de trabalhos. Define igualmente a data de pagamento de dividendos. O Conselho poderá decidir a distribuição de dividendos intercalares para o exercício a decorrer, sob reserva das condições previstas na lei. Paralelamente, define o montante e a data do pagamento.

Em agosto de 2011, o ING Belgium pagou um dividendo intercalar de EUR 10,74 por ação num total de EUR 595 152 267,00. Este pagamento foi aprovado pela Assembleia Geral. O dividendo intercalar será igual ao dividendo final.

7.6.4.16 Atividades fiduciárias

Normalmente, o banco funciona como gestor de património ("trustee") e noutras capacidades fiduciárias que resultam na detenção ou colocação de ativos em nome de particulares, fundos ("trusts"), planos de benefícios de reforma e outras instituições. Estes ativos e proveitos daí resultantes não fazem parte das presentes demonstrações financeiras porque não são ativos do ING Belgium.

7.6.4.17 Transações de pagamentos baseadas em ações

Pelo ING Belgium, foram concedidos direitos de opções e planos de ações relacionados com as ações do ING Group a vários executivos e gestores de topo (transações liquidadas com capital próprio).

O objetivo dos esquemas de opções e ações, além de promover um crescimento duradouro do ING Belgium, é atrair, reter e motivar os executivos de topo.

O montante total a aplicar durante o período de aquisição de direitos é determinado por referência ao justo valor das opções concedidas, excluindo o impacto de eventuais condições de direito de subscrição não negociáveis (por exemplo, objetivos de crescimento dos lucros e das vendas). As condições de direito de subscrição não negociáveis são incluídas em pressupostos sobre o número de opções que se espera sejam exercíveis. À data de cada balanço, o ING Belgium revê as estimativas do número de opções que se esperam venham a ser exercíveis. Reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, na demonstração de resultados, e um ajuste correspondente do capital próprio durante o período de aquisição

direitos remanescente.

O produto recebido líquido de eventuais custos de transação diretamente atribuíveis é creditado no capital social (valor nominal) e no prémio de emissão quando as opções são exercidas.

7.6.4.18 Garantias financeiras

Os contratos de garantia financeira são contratos que exigem que o emitente realize pagamentos específicos para reembolsar o detentor por uma eventual perda devido ao facto de um devedor específico não proceder aos pagamentos previstos nos termos de um instrumento de dívida. As referidas garantias financeiras são prestadas a bancos, instituições financeiras e outros organismos em nome de clientes para garantir empréstimos, descobertos e outros serviços bancários.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras ao justo valor, sendo o prémio recebido, à data da prestação da garantia.

A seguir ao reconhecimento inicial, os passivos do banco ao abrigo das referidas garantias são mensuradas na mensuração inicial, menos amortização.

O prémio recebido é reconhecido na demonstração de resultados em taxas líquidas e proveitos de comissões numa base de linha reta durante a vigência das garantias bancárias.

Qualquer aumento do passivo relacionado com as garantias é registado na demonstração de resultados sob "Outros proveitos de exploração".

7.6.5 Gestão do risco

A função tradicional de um banco comercial é atrair depósitos que são depois utilizados para conceder empréstimos. Esta função implica transformação dupla: no valor e duração da transação.

Além deste negócio convencional, conhecido por atividades patrimoniais, os bancos comerciais introduziram um número cada vez maior de instrumentos extrapatrimoniais com o objetivo comum de gerir diferentes tipos de riscos: crédito, liquidez, taxas de juro, taxas cambiais e riscos de capital próprio. Estas transações são conhecidas por "instrumentos derivados" e, em geral, não trocados fundos na sua conclusão.

O risco da taxa de juro, o risco cambial e o risco do capital próprio são geralmente agrupados sob o termo genérico "risco de mercado".

A gestão do risco de crédito foi confiada ao Departamento de Gestão do Risco de Crédito do banco, que faz parte da política de crédito e linha de decisão. O Departamento de Gestão do Risco é responsável pela gestão do risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional. O Departamento Jurídico gere o risco relacionado com assuntos jurídicos.

7.6.5.1 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda resultante do incumprimento por parte de devedores e contrapartes. O risco de crédito tem origem nas atividades de concessão de empréstimos, preliminares à liquidação e de investimento, assim como nas atividades comerciais. A gestão do risco de crédito é suportada por sistemas de informação dedicados sobre o risco de crédito e metodologias internas de notação de devedores e contrapartes.

7.6.5.1.1 Política

A política de crédito do ING Belgium visa manter uma carteira diversificada de empréstimos e obrigações e, ao mesmo tempo, evitar grandes concentrações de risco.

A tarefa de definir a política de risco aplicável às transações de crédito e à carteira de investimentos do banco reside na Comissão de Política de Crédito que é presidida pelo Administrador-Delegado responsável pela gestão do risco. Esta política está em linha com a política geral do ING Group. Está definido em diversos manuais de políticas e procedimentos de crédito, disponíveis a todos os que têm responsabilidade por pedidos, decisões e monitorização de crédito.

7.6.5.1.2 Estruturas decisórias

Dependendo do tipo e dimensão dos empréstimos, o processo de concessão e monitorização está sujeito a um procedimento rigidamente supervisionado, com poderes delegados a várias autoridades de aprovação. Um procedimento idêntico aplica-se aos riscos operacionais relacionados com contratos de empréstimos e derivados, aceitação de colaterais e monitorização de descobertos, assim como o pré-contencioso e o contencioso. Tal como referido anteriormente, a avaliação do risco jurídico é da responsabilidade do Departamento Jurídico.

Os poderes decisórios no campo do crédito dividem-se atualmente em três estruturas independentes:

- Mandatos: A autoridade decisória que pode ser exercida é expressa em níveis de mandatos. Os mandatos decidem sobre as linhas de crédito máximas concedidas a um cliente no quadro da atividade comercial do banco.

Todas as decisões são tomadas por um máximo de dois mandatos:

- o Um mandato de nível de aconselhamento, e
- o Um mandato de nível de decisão.

Um nível de mandato consiste em grande parte de (princípio de "gémeos"):

- o Um "Signatário de Aprovação" do Front e
- o Um "Signatário de Aprovação" da Gestão do Risco.

As decisões que ultrapassam um certo nível de compromissos exigem o parecer de um analista de crédito.

- Comissões de títulos: Decidem sobre a estratégia de investimentos do banco relativamente às suas próprias carteiras de instrumentos financeiros. O departamento de Gestão do Crédito de Risco compila as análises e documentos da Comissão de Títulos Central.
- Empréstimos uniformizados: O banco desenvolveu um sistema automático para ajudar no processo decisório para a concessão de empréstimos uniformizados. O sistema baseia-se na notação do cliente, a sua capacidade de reembolso, informação interna e/ou externa sobre a notoriedade, montante total dos seus compromissos e algumas regras relacionadas com o tipo de devedor e produto.

Os ficheiros com problemas são objeto de monitorização apertada. Sempre que for adequado, mandatos específicos decidem a implementação rápida de medidas de prevenção. Os casos problemáticos são identificados, entre outros, por uma série de sinais de aviso automáticos.

7.6.5.1.3 Diversificação de riscos

De acordo com os princípios aplicados pelas autoridades reguladoras para cálculo dos riscos principais, nenhum mutuário (independentemente de ser pessoa coletiva, instituição financeira ou grupo) representa mais de 25% dos fundos próprios do banco.

O ING Group desenvolveu um conjunto de "Regras de Ouro", que determina ao nível de todo o grupo os limites de crédito por mutuário consolidado, expressos em montantes nocionais e fundos próprios.

O ING pretende igualmente que a sua carteira apresente uma boa diversificação nos diferentes setores económicos.

Carteira de crédito do ING Belgium: de discriminação por setor económico		
In %	2012	2011
Automóvel	1.38%	1.51%
Empresas de serviços públicos	2.55%	2.15%
Transportes e logística	4.45%	3.33%
Indústrias gerais	3.69%	3.80%
Alimentação, bebidas e cuidados pessoais	4.48%	4.05%
Bens imóveis	7.66%	7.23%
Recursos naturais	15.60%	13.10%
Serviços	6.83%	6.61%
Construtores e empreiteiros	5.14%	4.67%
Instituições financeiras não bancárias	4.46%	6.68%
Bancos comerciais	7.87%	12.88%
Governos centrais	19.73%	20.56%
Diversos	16.18%	13.43%
Total	100.00%	100.00%

7.6.5.1.4 Riscos de contrapartes relacionados com transações de derivados

As contrapartes do banco são principalmente instituições financeiras com uma abordagem profissional às referidas transações. Além disso, o banco celebra contratos-quadro com estas instituições, com base no modelo apresentado pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (ISDA). Na maioria dos países desenvolvidos, estes contratos, entre outros, permite a compensação de posições de débito e crédito de uma contraparte incumpridora, o que em muitos casos reduz de forma considerável o risco. Certos contratos exigem igualmente o depósito de uma cobertura (colateralização) se a posição líquida for superior a um montante predeterminado.

O banco aplica uma política rigorosa de monitorização do risco das contrapartes relacionados com as referidas transações:

- cada contrato de derivados é associado a um risco de crédito real (valor atual) e a um risco de crédito potencial (exposição futura potencial", ou PFE");
- a avaliação de pendentes por contraparte tem em conta os acordos de compensação e colateralização existentes;
- cada contraparte deve ter um limite de crédito adequado, concedido pelo nível decisório correto e gerido globalmente em tempo real para todas as salas de negociação.

Uma aplicação informatizada monitoriza em tempo real os riscos das contrapartes do banco e, constantemente, atualiza a posição consolidada da utilização dos limites de crédito em todas as salas de negociação. Esta aplicação é suportada por uma base de dados legal que permite o reconhecimento automático e em tempo real de novas transações que poderiam ser legalmente compensadas face a outras transações em mercados financeiros. Com este instrumento, o banco tem a possibilidade de calcular de forma eficiente a compensação do risco e, assim, fazer uma utilização mais produtiva dos limites de crédito.

7.6.5.1.5 Requisitos mínimos de fundos próprios – Basileia II

Foram elaborados diferentes modelos de riscos de crédito [Probabilidade de Incumprimento (PD), Perda Dado o Incumprimento (LGD), Posição em Situação de Incumprimento (EAD)], assim como de mercado e operacionais em conformidade com Basileia II. São utilizados em todo o ING Group.

Foi desenvolvido um processo de reconciliação para se ter uma certeza sobre a integralidade e exatidão dos valores relatados. Além disso, o Processo de Avaliação de Fundos Próprios Interna (ICAAP), exigido pelo NBB (Banco Nacional da Bélgica) foi elaborado em colaboração estreita com o ING Group.

7.6.5.1.6 Exposição de crédito

A exposição de crédito do ING Belgium está principalmente relacionada com a concessão tradicional de empréstimos a particulares e a empresas. Os empréstimos a particulares são principalmente créditos hipotecários garantidos pelo imóvel. Os empréstimos às empresas são frequentemente colateralizadas, embora possam não ter garantias com base numa análise interna da solvabilidade dos mutuários. A exposição de crédito antes da liquidação resulta igualmente de atividades de negociação, por exemplo, em derivados, transações de recompra e concessão/contracção de empréstimos de títulos. O banco utiliza várias técnicas de apreçamento e mensuração de mercado para determinar o risco de crédito das atividades antes da liquidação. Estas técnicas calculam em especial a exposição futura potencial do ING Belgium relativamente a particulares e carteiras de transações. Frequentemente, são celebrados contratos base e contratos de colaterais com vista a reduzir estes riscos de crédito.

Exposição de crédito		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Capital próprio	1,828,048	136,713
Instrumentos de dívida	24,907,357	25,726,512
Empréstimos e adiantamentos	94,513,368	96,401,510
Derivados	37,314,459	36,570,557
Diversos	-	-
Total	158,563,232	158,835,292

Os tipos de riscos são definidos com base na qualidade creditícia do cliente, variando de categoria de investimento a categoria problemática expressos em equivalentes da Moody's e S&P.

Carteira de crédito do ING Belgium: discriminação por categorias de risco ¹⁰		
In %	2012	2011
AAA	2.65%	3.23%
AA	23.89%	17.47%
A	16.18%	20.49%
BBB	24.70%	27.60%
Subtotal da categoria de investimento	67.42%	68.79%
BB	21.04%	21.09%
B	7.67%	7.07%
Vigilância/categoria problemática	3.87%	3.05%
Total	100.00%	100.00%

A carteira de crédito do ING Belgium está sob constante análise. Os ficheiros acima de um certo montante são revistos, no mínimo, uma vez por ano. Além disso, são organizadas trimestralmente comissões de carteiras por negócio com a participação da gestão do risco e do "front office".

Trimestralmente, é realizada uma análise formal para se determinar as provisões para eventuais dívidas incobráveis, utilizando uma abordagem ascendente. As conclusões são debatidas pela Comissão de Aprovisionamento do ING, que aconselha a Comissão Executiva sobre níveis de aprovisionamento específicos. O ING Belgium identifica como empréstimos sujeitos a imparidade os empréstimos que apresentem a probabilidade de, com base nas informações e eventos atuais, o capital e os juros devidos ao abrigo do respetivo contrato não serem cobrados, de acordo com os termos contratuais dos contratos dos empréstimos.

As exposições extrapatrimoniais do ING Belgium incluem garantias prestadas, cartas de crédito e linhas de crédito. As garantias referem-se a garantias substitutas de crédito e não crédito. As garantias substitutas de crédito são garantias prestadas pelo ING Belgium relativamente ao crédito concedido a clientes por terceiros. Espera-se que muitas delas vençam sem serem utilizadas e, por isso, não representam necessariamente saídas de caixa futuras. Em geral, estas garantias têm uma natureza de curto prazo.

As cartas de crédito irrevogáveis garantem principalmente pagamentos a terceiros relativamente a transações comerciais internacionais e nacionais de um cliente com vista financiar a remessa de bens. O risco de crédito do banco nestas transações é limitado porque estas transações são colateralizadas pela mercadoria remetida e têm curta duração.

As facilidades irrevogáveis constituem principalmente linhas de crédito irrevogáveis concedidas a clientes empresariais. Muitas destas facilidades têm um prazo fixo e são remuneradas a taxa variável. As facilidades irrevogáveis incluem igualmente compromissos assumidos de compra de títulos a emitir por emitentes públicos e privados.

7.6.5.1.7 Risco de país

O risco de país é o risco que é atribuível especificamente a eventos num dado país ou grupo de países. O risco de país é identificado em atividades de concessão de empréstimos (empresas e contrapartes), de negociação e investimento. Todas as transações e posições negociais geradas pelo ING Belgium incluem risco de país. O risco de país é ainda dividido em risco económico e de transferência. O risco económico é o risco que resulta de qualquer evento ocorrido no país que possa afetar transações e outra exposição nesse país, independentemente da moeda. O risco de transferência é o risco de os devedores num país serem incapazes de garantir pagamentos atempados do serviço de dívida em moeda estrangeira devido a restrições impostas à transferência de moeda, ou a uma falta generalizada de liquidez cambial.

Nos países em que o banco está ativo, o perfil de risco do país respetivo é regularmente avaliado, resultando numa notação de país. Os limites do país são baseados nesta notação. As exposições resultantes das atividades de concessão de empréstimos e investimento são mensuradas e relatadas face a estes limites de país diariamente.

¹⁰ Com base em atividades de concessão de empréstimos (Banca Comercial e Retalho), mercados financeiros e de investimento.

Carteira de crédito do ING Belgium: discriminação por país ¹¹

Em mil milhões de EUROS	2012	2011
Bélgica	87.80	85.22
França	8.50	10.82
Suíça	6.19	6.10
Grão-Ducado do Luxemburgo	5.18	4.28
Espanha	4.74	5.29
Estados Unidos da América	4.46	4.54
Países Baixos	3.95	3.93
Alemanha	2.62	3.83
Reino Unido	2.53	3.13
Portugal	1.63	1.57

7.6.5.1.8 Políticas de colaterais

À semelhança de todas as instituições financeiras e bancos em particular, o ING Belgium está no negócio de assumir riscos de crédito. Desta forma, a solvabilidade dos seus clientes, parceiros comerciais e investimentos é avaliada de forma contínua no que respeita à sua capacidade de cumprir as suas obrigações financeiras face ao ING Belgium. Durante o processo de avaliação de criação de novos empréstimos, limites de negociação ou investimentos, assim como de análise de empréstimos, posições negociais e investimentos existentes, o ING Belgium determina o montante e o tipo de cobertura, se houver, que um cliente necessita de apresentar para garantir a sua posição. Em geral, quanto menor for a solvabilidade percebida de um mutuário ou contraparte financeira, mais cobertura o cliente ou contraparte terá de apresentar. As coberturas recebidas no âmbito da atividade de concessão de empréstimos do ING Belgium consistem principalmente em hipotecas, dinheiro e garantias.

No âmbito das atividades de negociação de contrapartes, o ING Belgium celebra ativamente vários acordos jurídicos através dos quais as contrapartes(ou o ING Belgium) poderão de ter apresentar colateral mutuamente com vista a cobrir as flutuações do mercado das suas posições relativas. As leis de diversas jurisdições poderão igualmente afetar o tipo e o montante do colateral que o ING Belgium pode receber ou dar como garantia. Paralelamente, por vezes, o banco participará em swaps de incumprimento de crédito ou outros instrumentos idênticos para reduzir o risco de crédito percebido de um dado mutuário ou carteira.

Coberturas para empréstimos produtivos - 2012 ¹²

Pendentes				Montante da cobertura com base em métodos de avaliação interna do ING						Pendentes sem cobertura	
Hipotecas				Caixa		Garantias		Diversos			
Em milhares de EUROS											
Empréstimos hipotecários	28,833,435	22,923,046	79.5%	44	0.0%	314	0.0%	4,656	0.0%	141,134	0.5%
Retalho diverso	9,124,369	2,415,023	26.5%	34,517	0.4%	540,458	5.9%	1,438,294	15.8%	2,024,332	22.2%
Empresas	46,766,719	4,081,477	8.7%	1,702,952	3.6%	3,331,773	7.1%	15,041,558	32.2%	10,278,474	22.0%
Instituições	6,217,575	7,007	0.1%	9,127	0.1%	1,154,572	18.6%	394,649	6.3%	3,803,107	61.2%
Governos centrais e bancos centrais	2,471,492	13,828	0.0%	1,053	0.0%	92,723	3.8%	85,116	3.4%	2,282,196	92.3%
Total	93,413,590	29,440,381	31.5%	1,747,693	1.9%	5,119,840	5.5%	16,964,273	18.2%	18,529,243	19.8%

¹¹ Carteira de crédito: Negócios e Consumidor + Base Organização. Jurídico - Consolidado. Países selecionados: 10 maiores READ.

¹² A cobertura tipo "Hipotecas" não inclui mandatos de hipotecas. Os mandatos de hipotecas fazem parte da categoria "Diversos". Os montantes da cobertura baseiam-se nos métodos de avaliação interna do ING Belgium, isto é, utilizando perdões de modelo interno do ING por tipo de cobertura. O montante da cobertura de uma cobertura específica não é limitado ao montante pendente do empréstimo, isto é, os montantes de cobertura em excesso para um empréstimo específico são igualmente incluídos no montante da cobertura apresentado. No caso de serem recebidas coberturas múltiplas para um empréstimo específico, a soma dos diferentes montantes de cobertura é apresentada (esta soma pode ser superior ao montante do empréstimo).

Coberturas para empréstimos não produtivos - 2012¹³

Pendentes				Montante da cobertura com base em métodos de avaliação interna do ING						Pendentes sem cobertura	
Hipotecas				Caixa		Garantias		Diversos			
Em milhares de EUROS											
Empréstimos hipotecários	667,254	596,284	89.4%	-	-	24	0.0%	-	-	4,845	0.7%
Retalho diverso	419,285	214,071	51.1%	866	0.2%	30,433	7.3%	27,014	6.4%	-	-
Empresas	1,356,638	555,101	40.9%	4,776	0.4%	91,795	6.8%	276,530	20.4%	200,701	22.0%
Instituições	11,406	-	-	-	-	-	-	-	-	9,071	79.5%
Governos centrais e bancos centrais	154	-	-	-	-	-	-	-	-	143	92.5%
Total	2,454,737	1,365,456	55.6%	5,642	0.2%	122,252	5.0%	303,545	12.4%	214,760	8.7%

7.6.5.1.9 Dotações para políticas de crédito

Movimentos de dotações para perdas de crédito

Em milhares de EUROS	Dotações específicas para ativos financeiros de avaliação individual e coletiva		Dotações para perdas realizadas mas não relatadas sobre ativos financeiros	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	886,998	584,781	88,190	90,452
Alterações no grupo	-	4,461	-	-
Amortizações feitas face à dotação	-54,990	-67,929	-	-
Montantes de reserva para perdas de empréstimos	274,968	457,007	26,282	13,622
Montantes invertidos para perdas de empréstimos	-97,820	-85,815	-21,286	-18,870
Variações cambiais	533	-848	-	-
Participações inversas	-249	-3,412	2,606	2,208
Outros ajustes*	-259,848	-1,247	-418	778
Transferências entre rubricas	-	-	-	-
Saldo final	749,592	886,998	95,374	88,190
Recuperações reconhecidas diretamente na demonstração de resultados	23,738	20,340	-	-
Cancelamentos contabilísticos reconhecidos diretamente na demonstração de resultados	60,190	59,192	-	-

* Dos quais a venda das obrigações do tesouro da Grécia (EUR 242,4 milhões).

7.6.5.1.10 Obrigações vencidas

O ING Belgium mensura de forma contínua a sua carteira em termos de pagamentos em atraso. Em particular, as carteiras de retalho são monitorizadas de perto todos os meses para se determinar se há eventuais alterações significativas no nível de pagamentos em atraso.

Em geral, considera-se que uma obrigação "venceu" se um pagamento de juro ou capital está atrasado mais de um dia. Na prática, os primeiros 5 a 7 dias são considerados um risco operacional.

¹³ A cobertura tipo "Hipotecas" não inclui mandatos de hipotecas. Os mandatos de hipotecas fazem parte da categoria "Diversos". Os montantes da cobertura baseiam-se nos métodos de avaliação interna do ING Belgium, isto é, utilizando perdões de modelo interno do ING por tipo de cobertura. O montante da cobertura de uma cobertura específica não é limitado ao montante pendente do empréstimo, isto é, os montantes de cobertura em excesso para um empréstimo específico são igualmente incluídos no montante da cobertura apresentado. No caso de serem recebidas coberturas múltiplas para um empréstimo específico, a soma dos diferentes montantes de cobertura é apresentada (esta soma pode ser superior ao montante do empréstimo).

Após este período, serão enviadas cartas ao devedor para chamar a atenção para as suas obrigações de pagamento (vencidas). Se o pagamento não tiver sido efetuado no prazo de 90 dias, geralmente, considera-se que a obrigação está sujeita a imparidade e é transferida para uma das unidades de "empréstimos problemáticos". Para reduzir o número de pagamentos em atraso, a maioria das unidades do ING Belgium incentiva os devedores a constituir débitos automáticos a partir das suas contas de modo a garantir pagamentos atempados. Em geral, todos os empréstimos com obrigações financeiras vencidas há mais de 90 dias são automaticamente reclassificados como obrigações com imparidade. Todavia, pode haver também outras razões para se declarar que um empréstimo tem imparidade antes de o seu pagamento ter vencido há 90 dias. Estas razões incluem, entre outras, a avaliação que o ING Belgium faz da incapacidade percebida de o cliente cumprir as suas obrigações financeiras ou o facto de o cliente declarar falência ou requerer proteção contra os seus credores. Em certos casos, uma violação importante dos acordos financeiros faz igualmente espoletar uma nova classificação do empréstimo para uma categoria com imparidade.

Os seguintes quadros apresentam informações no final do exercício sobre ativos financeiros que venceram mas que não têm imparidade.

2012					
	Até 30 dias	Mais de 30 dias e até 90 dias	Mais de 90 dias e até 180 dias	Mais de 180 dias até 1 ano	Mais de 1 ano
Em milhares de EUROS					
Instrumentos de dívida	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	1,281,255	415,392	339	1,480	3,755
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-
Total	1,281,255	415,392	339	1480	3,755

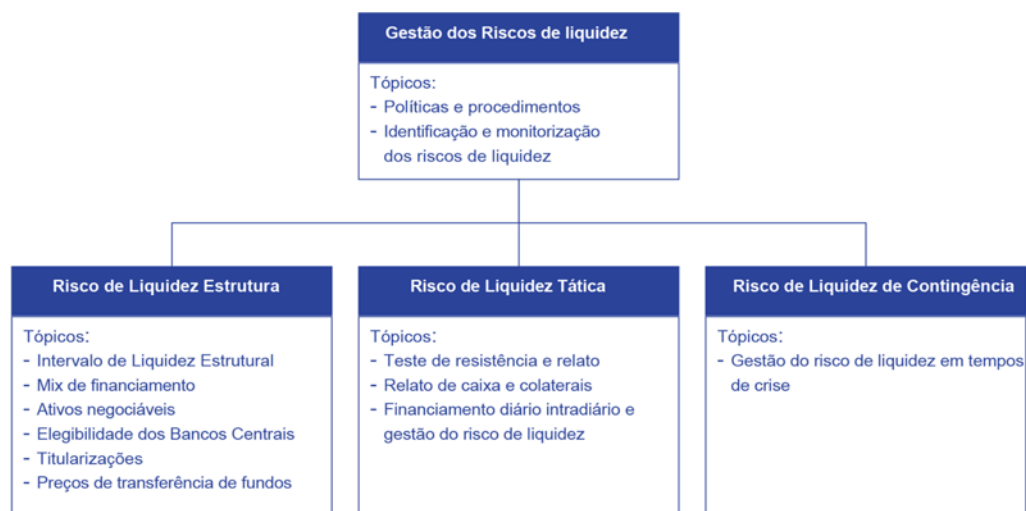
2011					
	Até 30 dias	Mais de 30 dias e até 90 dias	Mais de 90 dias e até 180 dias	Mais de 180 dias até 1 ano	Mais de 1 ano
Em milhares de EUROS					
Instrumentos de dívida	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	1,192,267	355,984	47,278	1,826	3,006
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-
Total	1,192,267	355,984	47,278	1,826	3,006

7.6.5.2 Risco de liquidez

7.6.5.2.1 Definição

O risco de liquidez é o risco de o ING Belgium ou uma das suas subsidiárias não conseguir cumprir as suas responsabilidades financeiras à data do seu vencimento, a custos razoáveis e de uma forma atempada. O risco de liquidez pode materializar-se através de posições negociais e não negociais. No âmbito do ING Belgium, a Comissão de Gestão do Ativo e do Passivo (ALMC) assume a responsabilidade global pelo risco de liquidez. O principal objetivo do quadro do risco de liquidez do ING Belgium é manter uma liquidez suficiente para garantir operações seguras e em boas condições. Para o efeito, considera-se que o risco de liquidez a partir de três perspetivas diferentes: de um ponto de vista estrutural, tático e de contingências.

7.6.5.2.2 Quadro do risco de liquidez



7.6.5.2.3 Risco de Liquidez Estrutural

O risco de liquidez estrutural é o risco de o balanço estrutural a longo prazo não poder ser atempadamente financiado ou a um custo razoável. À luz deste risco de liquidez, as posições totais patrimoniais e extrapatrimoniais são consideradas a partir de uma perspetiva de gestão estrutural de ativos e passivos. O principal objetivo é manter um perfil de liquidez saudável através do seguinte:

- manutenção de um mix bem diversificado de fontes de financiamento em termos de tipos de instrumentos, financiadores, mercados geográficos e moedas;
- detenção de uma carteira alargada de ativos altamente negociáveis que podem ser utilizados para obter financiamento garantido;
- manutenção de um limite de liquidez estrutural adequado, tendo em conta o mix de ativos e as possibilidades de financiamento com ou sem garantia do ING Belgium;
- manutenção de uma metodologia de apreçamento de transferência de fundos na qual o custo da liquidez é refletido de forma adequada numa perspetiva permanente e de contingências.

7.6.5.2.4 Risco de Liquidez Tática

O risco de liquidez tática significa ter em conta o risco de liquidez numa perspetiva de curto prazo, isto é, tendo em conta as posições de caixa e colaterais de curto prazo. A gestão diária da liquidez foi delegada aos Mercados Financeiros, que é responsável pela gestão da posição do risco de liquidez global do ING Belgium.

No âmbito dos Mercados Financeiros, o enfoque é principalmente nas posições diárias e intradiárias de caixa e colaterais e em requisitos de financiamento diários suficientemente espaçados. Para o efeito, a Tesouraria monitoriza todos os fluxos de caixa em conjunto com as alterações esperadas nos requisitos de financiamento do negócio estratégico.

A função de gestão do risco de liquidez é delegada à Gestão de Risco de Mercado (MRM), que tem a responsabilidade pelo teste de resistência ao risco de liquidez e identificação, mensuração e monitorização da posição de risco de liquidez, para mensuração e monitorização da posição real de liquidez, o enfoque recai na posição diária de caixa e colaterais. Para efeitos de teste de resistência, as posições de risco de liquidez são calculadas em linha com os requisitos de relato regulamentares no âmbito do risco de liquidez do Banco Nacional da Bélgica. Paralelamente, o quadro é implementado no seio do ING Belgium, que define limites sobre as posições globais de risco de liquidez semanais e mensais para garantir almofadas adequadas de liquidez.

O quadro seguinte apresenta uma análise de vencimentos dos ativos e passivos financeiros e demonstra os vencimentos contratuais remanescentes.

Análise de vencimentos de ativos e passivos financeiros - 2012

ATIVOS								
Em milhares de euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	Total menos de 12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Desconhecida	Total
Caixa e saldo com bancos centrais, empréstimos e adiantamentos	1,492,232	-	-	1,492,232	-	-	-	1,492,232
Ativos financeiros detidos para negociação	5,753,356	1,265,707	3,580,325	10,599,388	16,503,151	12,743,709	-	39,846,248
Ativos financeiros ao justo valor levados a perdas ou lucros	-	5,483	-	5,483	272,525	-	-	278,008
Ativos financeiros disponíveis para venda	439,949	424,421	1,889,744	2,754,114	9,069,150	8,805,797	75,919	20,704,980
Empréstimos e devedores	21,428,981	4,834,665	4,834,665	32,554,670	28,316,823	36,854,728	7,775	97,733,996
- dos quais empréstimos e adiantamentos a bancos	3,674,728	222,877	1,640,943	5,538,548	5,142,062	295,477	-	10,976,087
- dos quais empréstimos e adiantamentos a clientes	17,754,253	4,611,788	4,650,081	27,016,122	23,174,761	23,174,761	7,775	86,757,909
Derivados utilizados para cobertura	218,109	232,402	427,366	877,877	2,404,210	1,978,514	-	5,260,601
Mudanças do justo valor dos elementos cobertos na cobertura da carteira do risco de taxa de juro	82,236	29,022	25,042	136,300	-	44,152	-	180,452
Ações de investimentos, ativos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	1,173,936	1,173,936
Ativos diversos	423,014	533,996	178,241	178,241	68	242,472	142,047	1,519,838
Total	29,837,877	7,325,696	12,391,742	49,555,315	56,565,927	60,669,372	1,399,677	168,190,291
PASSIVOS								
Em milhares de euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	Total menos de 12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Desconhecida	Total
Depósitos de bancos centrais	24,746	-	-	24,746	-	-	-	24,746
Passivos financeiros detidos para negociação	2,410,359	3,800,390	15,358,768	21,569,517	15,373,586	1,782,785	-246,664	38,479,224
Passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	51,052	51,542	326,338	428,932	2,448,100	431,038	2,600	3,310,670
- dos quais passivos subordinados	1,648	8,182	23,209	33,039	42,130	-	-	75,169
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado*	89,326,803	4,726,212	3,366,852	97,419,867	5,816,870	2,641,781	-32,191	105,846,327
- dos quais fundos confiados por bancos	14,471,911	96,117	205,531	14,773,559	33,606	371,829	-	15,178,994
- dos quais fundos confiados	74,805,125	4,565,658	2,631,358	82,002,141	1,748,727	748,565	-	84,499,433
- dos quais passivos subordinados	3	132	714	849	201,115	-	-1,140	200,824
- dos quais títulos de dívida em emissão	46,403	64,305	529,249	639,957	3,833,422	1,521,387	-31,051	-31,051
- dos quais passivos financeiros diversos	3,361	-	-	3,361	-	-	-	3,361
Derivados utilizados para cobertura	324,973	415,073	1,335,287	2,075,333	3,748,427	1,134,880	-669,347	6,289,293
Passivos diversos	1,614,539	88,060	494,774	2,197,373	860,215	171,447	13,830	3,242,865
Capital social reembolsável a pedido	-	-	-	-	-	-	116,415	116,415
Total	93,752,472	9,081,277	20,882,019	123,715,768	28,247,198	6,161,931	-815,357	157,309,540

* Incluindo passivos financeiros associados com ativos transferidos

ATIVOS								
Em milhares de euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	Total menos de 12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Desconhecida	Total
Caixa e saldo com bancos centrais, empréstimos e adiantamentos	2,570,104	-	-	2,570,104	-	-	-	2,570,104
Ativos financeiros detidos para negociação	142,985	2,530,969	3,339,698	6,013,652	11,688,467	19,640,427	-	37,342,546
Ativos financeiros ao justo valor levados a perdas ou lucros	113	-	186,007	186,120	312,122	-	-	498,242
Ativos financeiros disponíveis para venda	401,913	225,901	2,584,676	3,212,490	8,165,248	9,775,704	68,419	21,221,861
Empréstimos e devedores	28,219,674	5,317,287	8,745,996	42,282,957	24,158,831	33,312,281	18,574	99,772,643
- dos quais empréstimos e adiantamentos a bancos	12,478,992	955,410	3,660,192	17,094,594	3,094,498	570,956	-	20,760,048
- dos quais empréstimos e adiantamentos a clientes	15,740,682	4,361,877	5,085,804	25,188,363	21,064,333	32,741,325	18,574	8,574
Derivados utilizados para cobertura	572,836	64,418	330,782	968,036	2,160,145	941,886	-	-
Mudanças do justo valor dos elementos cobertos na cobertura da carteira do risco de taxa de juro	43,548	17,303	49,677	110,528	-	-	-	110,528
Ações de investimentos, ativos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	1,145,009	1,145,009
Ativos diversos	321,450	837,854	149,697	1,309,001	-	915,663	193,428	2,418,092
Total	32,272,623	8,993,732	15,386,533	56,652,888	46,484,813	64,585,961	1,425,430	169,149,092

PASSIVOS								
Em milhares de euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	Total menos de 12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Desconhecida	Total
Depósitos de bancos centrais	14,370	-	-	14,370	-	-	-	14,370
Passivos financeiros detidos para negociação	1,144,713	4,229,674	8,322,991	13,697,378	16,086,228	4,319,717	3,524,050	37,627,373
Passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	16,838	60,775	502,515	580,128	2,485,222	864,714	5,020	3,935,084
- dos quais passivos subordinados	4,973	8,791	30,200	43,964	75,068	-	-	119,032
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado*	90,633,503	5,474,052	5,398,231	101,505,786	5,237,581	2,349,180	-6,100	109,086,447
- dos quais fundos confiados por bancos	16,788,103	2,580,100	445,895	19,814,098	56,553	246,082	2,737	20,119,470
- dos quais fundos confiados	73,660,495	2,716,432	3,799,566	80,176,493	1,903,917	757,242	15,898	82,853,550
- dos quais passivos subordinados	-	-	-	-	84,118	105,900	-1,446	188,572
- dos quais títulos de dívida em emissão	118,523	177,520	1,152,770	1,448,813	3,192,993	1,239,956	-23,289	5,858,473
- dos quais passivos financeiros diversos	66,382	-	-	66,382	-	-	-	66,382
Derivados utilizados para cobertura	2,250,645	1,202,583	1,483,084	4,936,312	-	105,489	-	5,041,801
Passivos diversos	938,846	143,289	1,316,876	2,399,011	953,289	125,440	14,794	3,492,534
Capital social reembolsável a pedido	-	-	-	-	-	-	124,229	124,229
Total	94,998,915	11,110,373	17,023,697	123,132,985	24,762,320	7,764,540	3,661,993	

* Incluindo passivos financeiros associados com ativos transferidos

A análise do vencimento de Passivos baseia-se em fluxos de caixa contratuais nos termos exigidos pelas alterações de março de 2009 introduzidas à IFRS 7. A diferença entre os fluxos de caixa contratuais e o montante escriturado do balanço foi relatado na coluna "desconhecido".

7.6.5.2.5 Risco de liquidez de contingência

A gestão da liquidez de contingência está relacionada com a organização e planeamento da gestão de

liquidez em momentos de tensão. O ING Belgium do seu próprio Plano de Financiamento de Contingências (CFP), que foi aprovado pela Comissão de Gestão de Ativos e Passivos (ALMAC) do ING Belgium. O CFP está igualmente alinhado com o do ING Group através das linhas funcionais que existem entre os tesoureiros mundiais e os tesoureiros locais, e entre a gestão do risco mundial e os gestores de risco locais.

O principal objetivo do CFP do ING Belgium é permitir que a administração atue de forma eficaz e eficiente em tempos de crise. O CFP foi criado para responder a problemas de liquidez temporários e de longo prazo provocados por um evento geral no mercado ou por um evento específico do ING. Garante que todas as funções e responsabilidades sejam claramente definidas e todas as informações de gestão necessárias estejam em vigor.

Uma equipa de crise de liquidez específica é responsável pela gestão da liquidez em tempos de crise. A equipa de crise do ING Belgium é constituída pelo, entre outros, CRO, CFO, membros do Conselho de Administração responsáveis pela Banca Comercial e de Retalho, chefe do MRM ALM, Diretor-Geral dos Mercados Financeiros e Diretor da Tesouraria dos Mercados Financeiros.

7.6.5.3 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perdas devido a variações dos fatores de risco do mercado, que inclui preços de ações, taxas de juro, taxas de câmbio e preços de mercadorias e imóveis.

O risco de mercado resulta das atividades negociais e não negociais. Os riscos de mercado de negociação resultam no seio da Banca Comercial do ING Belgium principalmente da criação de mercado, facilitação de clientes e negociação por conta própria em mercados de rendimento fixo, acionistas e cambiais, assim como nos mercados de derivados diretamente relacionados. O risco de mercado sem negociação está relacionado com transações acima de 1 ano em euros e transferidas para a contabilidade da gestão de ativos e passivos (ALM). São posições de variação de taxas de juro estruturais que resultam das atividades da banca comercial.

7.6.5.3.1 Estruturas decisórias e órgãos de monitorização

Duas vezes por mês, a Comissão Executiva reúne-se na Comissão de Gestão de Ativos e Passivos (ALMAC) para analisar os principais elementos de variações repentinas principais relacionados com os ativos e passivos (patrimoniais e extrapatrimoniais). São utilizados modelos de replicação para definir vencimentos teóricos no que se reporta a ativos e passivos relativamente aos quais não se conhece contratualmente os vencimentos. O Grupo de Missão de Gestão da Liquidez e Juro Estratégico (SLIM) reúne-se todas as semanas. Aconselha a ALMAC relativamente a taxas de juro, financiamento e questões de gestão do balanço. A responsabilidade pela e a aprovação da gestão do juro e dos riscos de liquidez e a gestão do balanço permanecem com a ALMAC.

As atividades de Mercados Financeiros e os seus departamentos de apoio são analisadas por uma Comissão de Mercados Financeiros semanal, presidida pelo membro da Comissão Executiva responsável pelas operações dos mercados financeiros.

O Departamento de Gestão do Risco de Mercado coordena a monitorização diária dos riscos de mercado de forma consolidada. Paralelamente, compila as análises e a documentação necessária para uma operação sem sobressaltos da ALMAC e da Comissão de Mercados Financeiros.

7.6.5.3.2 Valor em risco

Os riscos potenciais relacionados com as variações das taxas cambiais, taxas de juro e preços das ações têm de estar sob controlo.

As transações por sala de negociação são registadas, por categoria estratégica, em livros de intermediários, que, por seu turno, são agrupados em livros de mercados de acordo com o tipo de atividade. São aplicadas regras contabilísticas ao nível dos livros de mercados. Estes são classificados de livros da banca ou de negociação, de acordo com a Diretiva 2006/49/CE relativa à adequação dos fundos próprios das empresas de investimento e das instituições de crédito.

As posições do livro de mercado são diariamente monitorizadas pelo Departamento de Gestão do Risco de Mercado. São aplicados diferentes limites:

- 1) Fixa-se um limite de risco de posição aberta com base no Valor em Risco (VaR). O VaR para o risco de mercado quantifica, com um nível de confiança unilateral de 99 %, a perda máxima dia a dia que poderia ocorrer devido a variações nos fatores de risco (por exemplo, taxas de juro, taxas

cambiais, preços das ações, margens de crédito, volatilidades implícitas) se as posições se mantivessem inalteradas no intervalo de um dia;

- 2) As sensibilidades dos parâmetros importantes do risco de mercado são limitados por livro de mercado na Negociação. Uma sensibilidade descreve o impacto de uma alteração num parâmetro do risco de mercado nos lucros e perdas.
- 3) Aplicam-se limites de "stop loss" e margem de variação (expressos em termos de VaR) ao resultado global por livro de mercado desde o início do ano. No que se refere ao limite de margem de variação, esta leva à análise e monitorização a posteriori da posição. Quando se atinge o limite "stop loss", em princípio, a posição deve ser liquidada.

Foram estabelecidos requisitos precisos no que respeita ao relato à Comissão de Mercados Financeiros. A este respeito, o banco aplica as melhores práticas do mercado ao calcular diariamente o seu VaR consolidado.

O banco recorre a uma abordagem consistente a todos os riscos. Paralelamente, os operadores nas salas de negociação recebem informações de gestão de riscos relativamente às suas posições específicas.

Além disso, o banco estima regularmente as eventuais repercussões de tendências extraordinárias dos mercados sobre o VaR e resultados ("teste de resistência"). Estas estimativas suplementam os cálculos diários de VaR e verificações a posteriori.

O impacto de movimentos de mercado históricos sobre a carteira atual é estimado com base em movimentos de mercado observados e com igual ponderação dos anteriores 260 dias úteis.

O Banco Nacional da Bélgica (NBB) aprovou a utilização do Valor em Risco Histórico (HVaR) a 13 de dezembro de 2011. O documento com os termos e condições formais ainda não foi comunicado pelos reguladores (NBB e DNB). A aprovação do NBB no que respeita à utilização do Valor em Risco em Situação de Crise (SVaR) e da Taxa de Risco Incremental (IRC) foi concedida a 20 de dezembro de 2011.

O cálculo do VaR através da simulação histórica é feito gerando cenários com base numa amostra das rendibilidades históricas que estão associadas a cada fator de risco individual. Estas rendibilidades históricas são aplicadas ao nível atual do fator de risco de modo a gerar cenários estimulados. A avaliação da carteira sob estes variados cenários fornece uma distribuição dos possíveis valores da carteira. O VaR é o valor da perda num percentil predefinido. Na monitorização diária dos livros de negociação, o ING usa um VaR para um horizonte do tempo de 1 dia com um nível de confiança de 99%.

O VaR extremo é calculado com as mesmas definições exatas que as do dia 10 com 99% HVaR, exceto no que diz respeito ao período de dados de mercado histórico utilizado. O período 1 de novembro 2007 – 31 de outubro 2008 foi escolhido para este período de 1 ano uma vez que este período foi um período extremo para a actividade de Negociação do banco.

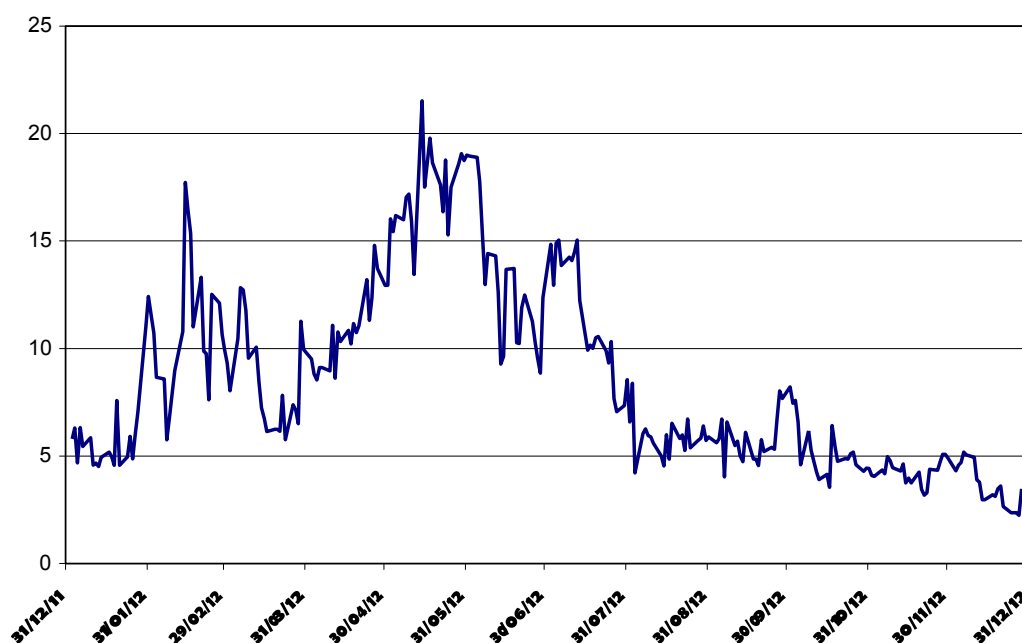
A Taxa de Risco Incremental (IRC) define-se como uma estimativa do risco de incumprimento e migração de produtos de crédito não titularizados dos livros de negociação com um horizonte de capital de um ano a um nível de confiança de 99%. O risco de incumprimento define-se como o impacto nos lucros e perdas devido a um incumprimento do emitente. O risco de migração define-se como o impacto nos lucros e perdas devido a uma migração na classificação de crédito de um emitente.

De acordo com as recomendações do Comité de Basileia, o cálculo do consumo dos fundos dos acionistas (CAD), o qual foi calculado pela primeira vez na data de situação de 31 de dezembro de 2011, baseia-se no máximo no último dia do VaR de 10 dias ou na média do VaR de 10 dias ao longo de 60 dias multiplicado através do fator de multiplicação do capital concedido pelo regulador (atualmente determinado como sendo 3).

Além disso, deve-se ter em conta uma taxa adicional em relação ao VaR extremo para um intervalo de tempo de 10 dias multiplicado pelo fator de ponderação atribuído pelo regulador, o SVaR durante um intervalo de tempo de 10 dias multiplicado pelo fator de multiplicação do capital atribuído pelo regulador (atualmente determinado como sendo 3) e a Taxa de Risco Incremental (que vai substituir a taxa de risco de mercado específica).

O quadro seguinte apresenta o desenvolvimento do VaR dia a dia da carteira de negociação do banco que foi gerida pela gestão do risco de negociação em 2012.

Hvar de Negociação Consolidado
1d 2012 (em milhões de euros)



VaR de negociação consolidado		
Em milhões de euros	2012	2011
VaR a 31 Dezembro 2012		
VaR mais alto	21.5	14.1
VaR mais baixo	2.2	5.0
VaR médio	8.6	8.5

Embora os modelos de VaR estimem os resultados futuros potenciais, as estimativas baseiam-se em dados de mercado histórico, sendo que o banco monitoriza de forma contínua a plausibilidade e efetividade do modelo VaR utilizado. Para o efeito, a técnica é geralmente conhecida por verificação a posteriori, na qual o resultado diário real é comparado com o VaR diário de acordo com o cálculo feito pelo modelo. Além de utilizar resultados reais para a verificação a posteriori, o banco utiliza igualmente resultados hipotéticos, que mensuram os resultados, excluindo o efeito da negociação intradiária, taxas e comissões. Quando uma perda real ou hipotética excede o VaR, teve lugar uma "ocorrência". Com base no nível de confiança unilateral do ING Belgium de 99 %, espera-se, em média, uma ocorrência a cada 100 dias úteis.

Uma vez que o VaR, em geral, não realiza uma estimativa das perdas potenciais que podem ocorrer em consequência de movimentos extremos de mercado, o banco utiliza o teste de resistência estruturado para monitorizar o risco de mercado nestas condições extremas. Os cenários de resistência baseiam-se em eventos extremos históricos e hipotéticos. O resultado do teste de resistência é um número de riscos eventuais, sendo uma estimativa do efeito da demonstração de resultados provocado por um evento potencial e o seu impacto mundial em termos da Banca Comercial do ING Belgium. A política de riscos eventuais (a sua implementação técnica) é específica para o ING Belgium, uma vez que não existe nenhum método de cálculo de riscos eventuais geralmente aceite por outros bancos e reguladores (ao contrário do modelo Valor em Risco). Basicamente, a política de riscos eventuais do banco consistem em parâmetros de resistência definidos por país e por mercado (mercados de rendimento fixo, de ações, cambiais e derivados afins). As alterações baseiam-se nas alterações relativas (%) do capital próprio e dos mercados cambiais estrangeiros. Relativamente às taxas de juro e mercados de spread de crédito, são usadas variações absolutas. São assumidos diferentes períodos inversos por região/mercado. Dependendo da liquidez do mercado, é usado um período inverso de duas, três ou quatro semanas para estimar a maior variação historicamente vista no mercado. A base para o estabelecimento de parâmetros é de dez anos de história, tendo efetivamente em conta todos os eventos que ocorreram nos últimos dez anos. Os cenários e os parâmetros de resistência são verificados a posteriori face a movimentos de mercados extremos que ocorrem realmente nos mercados.

7.6.5.3.3 Risco de taxa de juro fora da carteira de negociação

O risco de taxa de juro (ou desfasamento) resulta de diferenças entre os ativos e passivos vencidos (vencimentos finais ou vencimentos de análise de taxas) como elementos patrimoniais e extrapatrimoniais. Dependendo da sua natureza e a tendência das taxas, poderão ter um impacto positivo ou negativo na margem dos juros: se o banco recorrer regular e diariamente a crédito em ocasiões de descida das taxas, este facto beneficiará a margem de juros; no caso de as taxas subirem antes de o banco inverter a sua posição, acontecerá o oposto.

Como não é possível prever corretamente a tendência das taxas sempre, o risco de taxa de juro deve ser gerido por via de montantes absolutos autorizados de diferenças para períodos predefinidos no futuro. A este nível, há uma ligação direta entre o volume e a duração remanescente das posições. O ING Belgium utiliza vários métodos para controlar o risco de taxa de juro. Os mais importantes são Valor em Risco (VaR), valor de pontos base (BPV) e Rendimento em Risco (EaR). O banco monitoriza de forma permanente os seus perfis de vencimentos, sensibilidade das taxas de juro e VaR por livro de intermediário.

7.6.5.3.4 Risco cambial

O banco assume exposições às variações cambiais na sua posição financeira e fluxos de caixa. As exposições cambiais em livros não relacionados com negociação são em grande medida transferidas por via de transações internas para a Tesouraria de Mercados Financeiros, que realiza a gestão diária de todas as posições em moedas.

7.6.5.4 Risco operacional

O Departamento de Risco Operacional e de Cumprimento do ING Belgium constitui-se como a segunda linha de defesa no seio do ING Belgium para a gestão dos riscos não financeiros (riscos Operacionais e de Cumprimento).

7.6.5.4.1 Âmbito dos riscos operacionais

O risco operacional é o risco de perda direta ou indireta resultante de processos internos desadequados ou falhados, de pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui o risco de perda de reputação, que é um efeito indireto ou de segunda ordem do risco operacional. O risco operacional é em geral uma categoria abrangente de vários riscos secundários resultados do Acordo Basileia II:

- Risco de controlo
- Risco de atividade não autorizada
- Risco de processamento
- Risco de Prática de Emprego
- Risco de Segurança Pessoal e Física
- Risco de Tecnologia da Informação
- Risco de continuidade
- Risco de cumprimento
- Risco de fraude interna
- Risco de fraude externa

De referir que o Risco de Cumprimento faz parte da definição do Acordo Basileia II relativa ao risco operacional. No entanto, no seio da organização do ING, os riscos de cumprimentos são referidos de forma independente porque existem linhas de relato funcionais diferentes para a Gestão do Risco de Cumprimento e Gestão do Risco Operacional.

7.6.5.4.2 Linhas de defesa

Com vista a gerir os riscos, a Comissão Executiva do ING selecionou o modelo de governo de três linhas de defesa dos riscos.



7.6.5.4.2.1 Primeira linha de defesa

Os gestores das atividades do ING têm a principal responsabilidade e imputabilidade pelo controlo efetivo dos riscos que afetam a sua atividade (a "primeira linha de defesa"). A primeira linha de defesa é responsável pela implementação e execução das políticas de risco do ING, assim como das normas mínimas e enquadramento definidos pela segunda linha de defesa. A seguir, apresenta-se algumas atividades da primeira linha de defesa:

- Realizar Avaliações de Risco Integradas e avaliar respostas relacionadas para garantir que apenas os riscos aceitáveis da atividade permanecem;
- Implementar e manter os controlos obrigatórios aplicáveis das políticas CORM* e de Cumprimento, normas mínimas, leis e regulamentos locais;
- Garantir a eficácia operacional dos controlos fundamentais.

A Gestão de Riscos Operacionais Societários (CORM) faz parte do grupo Risco Societário e reporta ao diretor de Riscos que é membro da Comissão Executiva. A CORM está especificamente mandatada para:

- Aconselhar a Comissão Executiva sobre a implementação da organização, processos e sistemas ORM;
- Desenvolver as estratégias e as políticas de risco operacional, e estabelecer os objetivos e os padrões mínimos para a gestão dos riscos operacionais. O Director geral do CORM aprova as políticas e os padrões mínimos;
- Disponibilizar liderança funcional no que respeita à função ORM, enquadramento e processos, assim como tomar decisões funcionais se e quando isso for necessário;
- Supervisionar a função ORM definir os seus objetivos;
- Determinar os requisitos de fundos próprios face aos riscos regulamentares e operacionais económicos;
- Monitorizar os riscos chave do ING Group e assegurar que as políticas de risco e padrões mínimos do ING são completamente implementadas.

7.6.5.4.2.2 Segunda linha de defesa

As funções de gestão de riscos (a "segunda linha de defesa") aliam-se e apoiam as atividades de gestão dos riscos da primeira linha de defesa. As funções de gestão dos riscos são "independentes" da gestão e pessoal que originam as exposições aos riscos. A seguir, apresenta-se algumas atividades da segunda linha de defesa:

- Supervisionar e, objetivamente, desafiar a execução das atividades de gestão dos riscos;
- Monitorizar os riscos fundamentais do negócio;
- Exercer a autoridade para passar as questões de gestão dos riscos para o nível seguinte superior e/ou vetar qualquer atividade comercial de alto risco;
- Atribuir imputabilidade específica para respostas aos riscos;
- Ajudar a primeira linha de defesa a garantir o cumprimento das políticas de riscos e normas mínimas do ING.

7.6.5.4.2.3 Terceira linha de defesa

Os Serviços de Auditoria Empresarial (CAS) gerem a terceira linha de defesa". A missão dos CAS é disponibilizar uma avaliação independente da conceção e eficácia dos controlos internos sobre os riscos ao desempenho comercial do ING. Na realização deste trabalho, os CAS apresentam recomendações específicas para melhoria do governo e enquadramento de riscos e controlos.

7.6.5.4.3 Organização hierárquica

O Departamento de Riscos Operacionais e de Cumprimento do ING Belgium está organizado em quatro divisões principais:

- MLRO (Diretor de Relato de Branqueamento de Capitais);
- Aconselhamento e Monitorização do Cumprimento;
- Aconselhamento ORM;
- Gestão de Riscos de Informação.

A divisão 'MLRO' consiste no director de Crime Económico Financeiro (FEC) e na equipa de Monitorização do Cliente e Transações. Estes são geridos por um Líder que reporta diretamente ao Responsável do Departamento de Riscos Operacionais e de Cumprimento do ING Belgium.

A divisão 'Aconselhamento e Monitorização do Cumprimento' consiste nas seguintes atividades centralizadas operacionais: a monitorização de algumas regras de Cumprimento, o relato central, atividades de 'filtragem de clientes da segunda linha de defesa'. O Líder reporta diretamente ao Líder do Departamento de Riscos Operacionais e de Cumprimento do ING Belgium.

A divisão 'Aconselhamento ORM' consiste em algumas atividades especializadas : Capital e Governo, Gestão de Dados NFR (Risco não Financeiro), Suporte e Mgt Funcionais de Ativos NFR, Aconselhamento/Desafios e Teste, Gestão de Continuidade de Negócios, Diretor Antifraude, Teste Sox, Segurança Física (linha de relato funcional). O Líder reporta diretamente ao Líder do Departamento de Riscos Operacionais e de Cumprimento do ING Belgium. A equipa Investigações Especiais é um centro especializado cujo chefe de equipa reporta também diretamente ao Líder do Departamento de Riscos Operacionais e de Cumprimento do ING Belgium.

A divisão de 'Gestão de Riscos de Informação' assegura que os dados do ING estejam protegidos contra o 'crime cibernautico' e que existe uma gestão correta. O Líder reporta diretamente ao Líder do Departamento de Riscos Operacionais e de Cumprimento do ING Belgium.

7.6.5.4.4 Organização funcional

O Departamento de Riscos Operacionais e de Cumprimento do ING Belgium dispõe de várias linhas de reporte funcional.

O Diretor de Relato de Branqueamento de Capitais (MLRO) tem uma linha de reporte funcional ao MLRO do grupo (Banco).

O líder de Cumprimento tem uma linha de reporte funcional ao Diretor de Cumprimento do grupo (banco).

O Líder de ORM tem uma linha de reporte funcional ao Diretor ORM do grupo (banco) e é também diretor ORM regional de todas as unidades de negócio do ING BeLux.

O líder da Gestão de Continuidade de Negócios (BCM) tem uma linha de reporte funcional aos Diretores de Segurança do grupo (banco).

O líder da equipa 'Investigações Especiais' tem uma linha de reporte funcional à divisão 'Segurança Empresarial' dentro do departamento de ORM empresarial (grupo).

O Diretor Antifraude tem uma linha de reporte funcional à divisão Segurança Empresarial no seio do departamento ORM Empresarial.

O Líder da Gestão de Riscos de Informação (IRM) tem uma linha de reporte funcional ao Diretor de Segurança da Informação do grupo (grupo).

7.6.6 Gestão do capital

7.6.6.1 Objetivos

O departamento Gestão de Capital do ING Group, a empresa-mãe do ING Belgium SA, é responsável para capitalização suficiente das entidades do ING Group a todo o momento com vista a gerir o risco associado às atividades comerciais do ING. Isto envolve a gestão, o planeamento e a dotação de capital no seio do ING Group. A Tesouraria Empresarial do ING faz parte da Gestão do Capital. Executa as transações nos mercados de capitais necessárias, financiamento a prazo e transações de gestão dos riscos. A Gestão do Capital monitoriza e planeia a adequação do capital de forma consolidada a três níveis: ING Group, ING Insurance e ING Bank. A Gestão do Capital leva em conta a métrica e os requisitos dos reguladores (rácios de Solvência I, Nível 1 e BIS, assim como limites de capital híbrido da Diretiva relativa aos grupos de seguros [IGD]), agências de notação de crédito (rácios de alavancagem, Capital Próprio Ajustado) e modelos de gestão de riscos internos, como a abordagem do capital económico e balanço do valor de mercado para partes do ING Insurance, incluindo Recursos Financeiros Disponíveis (AFR).

O ING aplica as seguintes definições principais de capital:

- Capital Próprio Ajustado (ING Group) - Este conceito de agência de notação é definido como o capital próprio dos acionistas acrescido de títulos do Nível 1, capital híbrido e filtros prudenciais. Ver as divulgações "Base de Capital" nesta secção. Esta definição de capital aplica-se ao comparar o capital disponível com a dívida de base (alavancagem) do ING Group.
- O capital de base de nível 1 capital, o capital de nível 1 e o capital BIS total (ING Bank) - O capital de nível 1 define-se como o capital próprio dos acionistas, incluindo títulos de nível 1 mais capital híbrido e menos certos filtros prudenciais e elementos dedutíveis. O capital de nível 1 e o BIS divididos pelos ativos ponderados pelo risco são iguais ao rácio de nível 1 e BIS respetivamente. O capital de base de nível 1 é igual ao capital de nível 1, sem capital híbrido.

Em 2012 o principal enfoque da Gestão do Capital continuou a ser o reforço da posição do capital do ING Group, ING Bank e ING Insurance. A posição em termos de capital do ING está bem colocada para lidar com a incerteza da conjuntura financeira, aumento das exigências regulamentares e a ambição de recomprar títulos de base do nível 1.

7.6.6.2 Políticas

As atividades da Gestão do Capital são executadas com base em políticas, orientações e procedimentos estabelecidos. Os principais documentos que servem de orientações para o planeamento do capital são a Carta do Capital (que compreende objetivos e limites de capital aprovados), a Política de Planeamento do Capital, a Política de Dividendos e a Política de Pedido de Capital. No que toca à Tesouraria Empresarial, há muitas políticas e limites que orientam a gestão dos balanços e a execução de

transações nos mercados de capitais.

As definições e políticas de capital referidas anteriormente foram aprovadas pelo Conselho Executivo do ING Group ou autoridades delegadas.

7.6.6.3 Processos de gestão do capital

Além de mensurar a adequação do capital, a Gestão do Capital garante igualmente a disponibilização de capital suficiente por via da definição de objetivos e limites que são relevantes no que respeita às métricas anteriores para o ING Bank, ING Insurance e ING Group e da garantia de cumprimento dos limites e objetivos definidos através do planeamento e execução de transações de gestão do capital. Este processo é suplementado por testes de resistência e análises de cenários. A avaliação e monitorização permanentes da adequação do capital estão incorporadas no processo de planeamento de capital da Gestão do Capital e dão origem a um ponto de situação trimestral, que é apresentado à Comissão de Finanças e Riscos e ao Conselho Executivo do ING Group. O principal objetivo da avaliação é garantir que o ING Group como um todo dispõe de capital suficiente relativamente ao seu perfil de risco tanto a curto como a médio prazo.

Uma das prioridades fundamentais da Gestão do Capital é certificar-se de que são criadas empresas autónomas fortes para a atividade da banca e seguros em preparação da separação. É necessário que todas as entidades operacionais se mantenham adequadamente capitalizadas com base em requisitos regulamentares locais e de agências de notação, devendo-se reduzir ao mínimo as interdependências. Por outro lado, as entidades devem ser capazes de avaliar de forma independente os mercados de capitais.

7.6.6.4 Avaliação da adequação do capital

Em 2012, a capitalização do ING Group, ING Bank e ING Insurance foi adequada face ao seu perfil de risco e objetivos estratégicos.

7.6.6.5 Requisitos de adequação do capital

Para suportar os riscos de crédito, mercado e operacional é necessário capital. O risco de mercado resulta de todas as posições cambiais e todas as posições detidas para negociação em instrumentos de taxas de juro e ações, incluindo riscos sobre ações específicas e obrigações de dívida negociadas como obrigações. O ING Belgium calcula este risco utilizando o modelo de Valor em Risco (VaR) aprovado pelo NBB, do qual deriva o requisito de capital do risco de mercado.

A adequação do capital do ING Belgium é monitorizado utilizando, entre outras medidas, as regras e os rácios estabelecidos pelo Comité de Basileia sobre a Supervisão Bancária (regras/rácios BIS"). Os rácios BIS comparam o montante do capital elegível (no total e no Nível 1) com os ativos ponderados em função dos riscos (RWA).

A adequação do capital e a utilização de capital exigido de acordo com os regulamentos baseiam-se nas orientações desenvolvidas pelo Comité de Basileia sobre Supervisão Bancária (o Comité de Basileia) e as Diretivas da Comunidade Europeia implementadas pelo NBB. O rácio de nível 1 mínimo é de 4 % e o rácio de capital total mínimo (designado por "rácio BIS") é de 8 % de todos os ativos ponderados em função dos riscos, incluindo elementos extrapatrimoniais e o risco de mercado associado às carteiras de negociação. A Autoridade Bancária Europeia (EBA) definiu um requisito temporário de Nível 1 de base de 9 % de RWA para os bancos europeus; este requisito é cumprido pelo ING Bank. (De momento, este requisito aplica-se apenas nível de grupo).

Rácios de solvabilidade		
Em milhões de euros	2012 Basil. II	2011 Basil. II
Fundos próprios originais (Nível 1)	10,632.1	10,358.5
Fundos próprios adicionais (Nível 2)	356.6	398.5
(Elementos a deduzir do Nível 1 e Nível 2)	-315.5	-316.3
Total do Capital Elegível (Nível 1 e Nível 2)	10,673.2	10,470.7
Ativos Ponderados em Função dos Riscos:		
Risco de crédito	38,745.0	43,844.0
Risco de liquidação	-	-
Risco de mercado	1,982.5	5,211.3
Risco operacional	5,728.2	5,595.0
Total de Riscos Ponderados em Função dos Riscos	46,455.7	54,650.3
Requisitos de Capital:		
Risco de crédito	3,099.6	3,507.5
Risco de liquidação	-	-
Risco de mercado	158.6	416.9
Risco operacional	458.3	447.6
Total de Requisitos de Capital	3,716.5	4,372.0
Solvency Ratios:		
Nível 1 Basileia II	22.55%	18.66%
Total do Capital Basileia II	22.98%	19.10%
Nível 1 Basileia II com impacto na bolsa	14.23%	14.00%
Total de Capital Basileia II com impacto na bolsa	14.69%	14.53%

Rácios de solvabilidade		
Em milhões de euros	2012	2011
Total do Capital Elegível	10,673.2	10,440.7
Total de Requisitos de Capital	3,716.5	4,372.0
Excedente (+) / Défice (-) de fundos próprios	6,956.7	6,068.7
Total do Capital Elegível	10,673.2	10,440.7
Rácios de Solvabilidade	22.98%	19.10%

7.7.6.6 Basileia II (Pilar 3 Divulgação)

Em janeiro de 2008, o ING Belgium SA/NV passou a calcular os seus rácios de capital ao abrigo do Acordo de Basileia II. Uma vez que o ING Belgium é uma importante subsidiária do ING Group, é necessária uma divulgação limitada de acordo com o Pilar 3 (Disciplina de Mercado) pela entidade reguladora local, enquanto o Pilar 3 está a ser integralmente implementado ao nível do grupo.

O Pilar 3 é um complemento do Pilar 1 (Requisitos relativos a Capitais) e Pilar 2 (Processo de Revisão Supervisionada), permitindo aos operadores do mercado que avaliem a adequação do capital de um banco utilizando peças-chave de informação.

7.6.6.6.1 Estrutura de capital

Requisitos de capital – componentes de fundos próprios		
Em milhões de euros	2012	2011
Fundos Próprios Originais (Nível 1)	10,632.1	10,358.5
Capital social	2,917.9	2,925.7
Reservas e lucros não distribuídos	7,829.1	7,504.6
(-)Outras deduções dos Fundos Próprios Originais (ativos intangíveis)	-114.9	-71.8
Fundos Próprios Adicionais (Nível 2)	356.6	398.5
(-)Deduções dos Fundos Próprios originais e suplementos	-315.5	-316.3
Total de Fundos Próprios originais para efeitos de solvabilidade geral	10,673.2	10,440.7

7.6.6.6.2 Adequação de capital

7.6.6.6.2.1 Risco de crédito e de transferência

O Capital Económico para o risco de crédito é o montante de capital que o ING considera que é necessário ter para suportar perdas inesperadas inerentes às carteiras de crédito relacionadas com variações (inesperadas) da solvabilidade subjacentes dos devedores ou com o valor de recuperação do colateral subjacente (se houver). O capital do risco de crédito é calculado relativamente a todas as carteiras que contenham risco de crédito ou contraparte, incluindo carteiras de investimentos.

O Capital Económico para o risco de crédito é calculado utilizando modelos internamente desenvolvidos com um nível de confiança de 99,95 % e um horizonte temporal de um ano, que representa a notação de crédito pretendida do ING.

O ING utiliza uma série de modelos de risco de crédito que podem ser agrupados em três categorias principais: modelos de Probabilidade de Incumprimento (PD), que mede a solvabilidade dos devedores; modelos de Valor da Posição em Risco (EAD), que estima a grandeza da obrigação financeira no momento do incumprimento no futuro; e modelos de Perda em Caso de Incumprimento (ÇGD), que estima o valor de recuperação do colateral subjacente ou das garantias recebidas (se houver) e da parte não garantida. Os vários modelos podem ser agrupados em três categorias: estatística, especializada e híbrida. Cada modelo é individualmente revisto e validado todos os anos pelo departamento de Validação de Modelos (MV) com vista a determinar a viabilidade permanente ou a necessidade de ajustar cada modelo individual.

Os modelos subjacentes que são utilizados para determinar o Capital Económico para risco de crédito são os mesmos utilizados para determinar o nível de capital regulamentar exigido ao abrigo do Acordo de Basileia II (Pilar 1). Apesar de serem utilizados os mesmos modelos subjacentes, o Capital Económico (interno) e o capital regulamentar não são os mesmos devido a várias regras específicas impostas pelo Acordo de Basileia II. No que respeita ao Capital Económico, são efetuadas as seguintes alterações ao enquadramento do Acordo de Basileia II:

- Com sujeição a aprovação do DNB, os limites mínimos ("floors") conservadores à PD por parte do regulador para os fundos próprios serão aplicados nas exposições de empréstimos com classificação ou pior.
- Não são utilizados limites mínimos ("floors") conservadores ou LGD em baixa.
- O nível de confiança é estabelecido em 99.95% (servindo o rating alvo de AA do ING) em vez de 99.9%.
- No que respeita aos empréstimos produtivos, o fator de escala de 1,06 é retirado da equação do Acordo de Basileia II.
- No que respeita às transações com vencimentos inferiores a um ano, utiliza-se a PD efetiva (PD ajustada a 12 meses para o vencimento remanescente).
- São utilizados suplementos internos do ING para Produtos de Mercados Financeiros.
- As titularizações são tratadas com recurso à abordagem PD/LGD.
- As carteiras padronizadas são tratadas com a abordagem AIRB.

Resumidamente, o capital económico (interno do ING) é o montante de capital que o ING considera ser necessário ter. O capital regulamentar (Basileia II) é o montante de capital que uma instituição necessita de ter de acordo com o seu regulador. O enquadramento do Acordo de Basileia II através do Pilar 2

determina que o capital mínimo exigido de uma instituição é o que for superior entre o capital regulamentar e o capital económico.

O risco de transferência é o risco de os devedores num país serem incapazes de garantir pagamentos atempados do serviço de dívida em moeda estrangeira devido a restrições impostas à transferência e/ou restrições à conversibilidade ou a uma falta generalizada de liquidez cambial. O capital de risco de transferência é calculado de forma explícita como um risco adicional em conjunto com o capital de risco de crédito.

Em 2011, os níveis de Capital Económico para o risco de crédito e transferência foram calculados semanalmente para a maioria das carteiras da Banca Comercial e para as carteiras de PME no âmbito das operações da Banca de Retalho. No que respeita aos empréstimos aos consumidores e empréstimos hipotecários, os cálculos são realizados mensalmente. Todos os meses, o Capital Económico para os valores do risco de crédito e risco de transferência é consolidado com os componentes do Capital Económico correspondentes de outras disciplinas.

Governo do Capital Económico para o Risco de Crédito e de Transferência:

Todos os modelos PD, EAD e LGD são aprovados pela Comissão de Risco de Crédito (CRC) após análise exaustiva da documentação por parte da Comissão Diretiva de Desenvolvimento de Modelos (MDSG) e do departamento Validação de Modelos (MV). Paralelamente, cada modelo é validado anualmente pelo MV. Cada modelo tem um risco de crédito e um patrocinador "front office". Tanto a MDSG como a CRC contam com a participação de diretores do risco de crédito e do "front office" para garantir a aceitação máxima por parte da organização.

7.6.6.6.2.2 Risco de mercado

Geral:

O Capital Económico para o risco de mercado é o capital económico necessário para suportar movimentos de valor inesperados devido a mudanças das variáveis do mercado, como taxas de juro, preços das ações, taxas cambiais, preços do imobiliário e volatilidade destas taxas e preços. O Capital Económico para o risco de mercado é calculado para exposições em carteiras de negociação e carteiras sem negociação.

Mensuração:

O Capital Económico para o risco de mercado é calculado utilizando metodologias internamente desenvolvidas com um intervalo de confiança de 99,95 % e um horizonte de um ano, que representa eventos extremos e a notação de crédito pretendida do ING. O Capital Económico para o risco de mercado para carteiras sem negociação é calculado para cada tipo de risco, enquanto para as carteiras com negociação é calculado ao nível das carteiras. Os cálculos para o Capital Económico para o risco de mercado incluem o risco de taxas cambiais, risco dos preços das ações, risco das taxas de juro e risco do imobiliário.

Para os riscos de mercado diretos, o VaR real (mensurado num intervalo de confiança de 99 % e num período de detenção de um dia) das carteiras com negociação e sem negociação é tido como um ponto de início dos cálculos do Capital Económico em termos de risco de mercado. Para se obter o Capital Económico para o risco de mercado, utiliza-se um modelo baseado em simulações que inclui o escalamento para o intervalo de confiança e o período de detenção pretendidos. Na determinação deste fator de escala, são levados em conta vários outros fatores como a ocorrência de grandes movimentos de mercado (eventos) e intervenções de gestão.

O Capital Económico para o risco de mercado para as carteiras sem negociação de grandes dimensões é calculado para o risco de opções incorporadas (por exemplo, pagamento de pagamento antecipado nas hipotecas).

O risco de modelo é calculado dando ênfase aos pressupostos subjacentes nos modelos para ativos e passivos comportamentais. Por exemplo, para o modelo aplicado às carteiras hipotecárias, a qualidade da cobertura depende de pressupostos relacionados com o comportamento em termos de pagamento antecipado. Se estes pressupostos estiverem incorretos, o financiamento poderá ser demasiado longo ou demasiado curto no tempo. Paralelamente, o Capital Económico para o risco de modelo baseia-se no erro de modelo de pagamento antecipado de confiança de 99 % e mudança da taxa de juro adversa de confiança de 99 %. O risco do modelo de pagamento antecipado para empréstimos hipotecários e o modelo de risco para depósitos de clientes à ordem são incluídos na categoria Risco de Negócio.

Os edifícios da propriedade do ING que não são geridos pela ING Real Estate são indicados em "Propriedade em Uso Próprio". O Capital Económico para Propriedade em Uso Próprio é incluído no Capital Económico para o risco de mercado.

Ao agregar-se os diferentes valores de risco de mercado do Capital Económico para as diversas carteiras, levam-se em conta os benefícios de diversificação porque não se espera que todos os movimentos de mercado extremos apareçam ao mesmo tempo.

A natureza do Capital Económico para o risco de mercado, que avalia o impacto de resistência extrema com um nível de confiança de 99,95 %, pode por vezes ser difícil de pôr em evidência de uma forma estatisticamente correta com os dados históricos disponíveis. Os valores do Capital Económico divulgados pelo ING Belgium são a melhor estimativa possível com base nos dados disponíveis e pareceres de especialistas.

7.6.6.2.3 Risco operacional

O risco operacional é o risco de perda direta ou indireta resultante de processos internos desadequados ou falhados, de pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui o risco de perda de reputação e risco jurídico, enquanto os riscos estratégicos não são incluídos. Embora o risco operacional possa ser limitado por via de controlos de gestão e seguros, continua a haver muitos incidentes com um impacto substancial na conta de resultados das instituições financeiras. O modelo de capital, um modelo atuarial, consiste numa combinação de três técnicas:

1. Abordagem de Distribuição de Perdas (LDA), que aplica análises estatísticas a dados de perdas históricos;
2. Abordagem ficha de avaliação, que foca a qualidade das medidas de controlo dos riscos no âmbito de uma unidade de negócio específica;
3. Abordagem "bonus/malus", que foca os incidentes operacionais reais de uma unidade de negócio específica.

1. Abordagem de Distribuição de Perdas (LDA):

O principal objeto da LDA é obter um montante de capital objetivo com base na dimensão e apetite pelo risco de uma instituição e suas unidades de negócio. Esta abordagem estima a provável distribuição das perdas de riscos operacionais num certo horizonte futuro para cada combinação de linha de negócio e tipo de evento de perda. A principal característica da LDA é a derivação explícita de uma distribuição de perdas, que se baseia em distribuições independentes em termos de frequência de eventos (Poisson) e gravidade (Inverse Gaussian). O modelo usa dados de perdas externos e internos acima de EUR 1 milhão.

O cálculo do capital de risco operacional para as unidades segue cinco princípios básicos:

- Princípio 1: Se os riscos aumentarem a nível mundial, as unidades de negócio carecem de mais Capital Económico;
- Princípio 2: Se a dimensão de uma unidade de negócio aumentar, o seu capital aumenta também;
- Princípio 3: Se o negócio de uma unidade de negócio se tornar mais complexo, carece de mais capital;
- Princípio 4: Se o nível de controlo de uma unidade de negócio for superior, carece de menos capital;
- Princípio 5: Se as perdas de uma unidade de negócio causadas por incidentes internos ultrapassarem o nível de perdas esperadas levadas em conta nos primeiros quatro princípios, carece de mais capital.

O capital calculado de acordo com os três primeiros é "genérico": se duas unidades de negócio operarem nos mesmos mercados e tiverem a mesma dimensão, o capital resultante será igual. Os ajustes de capital específicos referidos a seguir ajustam o capital genérico de uma instituição específica ao seu capital de risco operacional específico.

2. Abordagem ficha de avaliação (princípio 4):

O ajuste da ficha de avaliação reflete o nível de qualidade de controlo numa instituição específica. As fichas de avaliação visam mensurar a qualidade dos processos de gestão de riscos operacionais fundamentais. O procedimento de fichas de avaliação está relacionado com questões que exigem dados quantitativos, julgamentos qualitativos ou questões simples de sim/não (por exemplo, indicando o cumprimento de certas políticas do grupo). As fichas de avaliação são preenchidas por todas as unidades de negócio utilizando autoavaliação e revistas por um painel de especialistas que determinam o resultado final. Consequentemente, o conjunto de fichas de avaliação dá origem a um aumento ou redução do capital da instituição específica.

3. Abordagem "bonus/malus" (princípio 5):

Às unidades é atribuído capital suplementar se as perdas causadas por incidentes internos ultrapassarem o nível de perdas esperadas que foram previstas na LDA. Se as perdas reais forem inferiores ao esperado, o capital será reduzido. São utilizados apenas incidentes internos acima de EUR 1 milhão dos últimos cinco anos. Os ajustes "bonus/malus" são limitados a +20 % e -10% para impedir grandes variações de capital no capital total do ING.

Total de requisitos de capital para crédito, crédito de contraparte e risco de diluição e entregas livres		
Em milhões de EUROS	2012	2011
Abordagem normalizada (SA)	73.6	115.4
Classes de exposição SA excluindo posições de titularização	73.6	115.4
Instituições	18.3	13.8
Empresas	41.6	79.7
Retalho	13.7	21.9
Abordagens baseadas em notações internas quando são utilizadas estimativas próprias de Perda em Caso de Incumprimento e Fatores de Conversão	2,738.8	2,920.6
Governos centrais e bancos centrais	26.4	39.3
Instituições	347.9	536.3
Empresas	1,687.4	1,750.3
Retalho	677.1	594.7
Baseado em notação interna do capital próprio	20.1	18.0
Posições de titularização baseadas em notação interna	26.0	59.5
Outros ativos não relacionados com créditos-obrigações	241.1	394.0
Total de capital para:		
Risco de crédito	3,099.6	3,507.5
Risco de liquidação/entrega	-	-
Riscos de posição, cambiais e de mercadorias	158.6	416.9
Risco operacional	458.3	447.6
Total de requisitos de capital	3,716.5	4,372.0

7.6.6.7 Impacto esperado do Acordo de Basileia III

As regras do novo Acordo de Basileia III destinam-se ao reforço da estrutura de capital e introduz uma norma de liquidez global. Isto é levado a cabo principalmente através do aumento da qualidade da base de capital, com a introdução do rácio de alavancagem e novas normas de liquidez.

1. Capital Elegível

As alterações do capital elegível focam-se no reforço da qualidade do capital através do uso do Capital Próprio de Nível 1 (CET1).

O nível do capital mínimo é também aumentado para registar o:

- buffer de conservação do capital (+2.5% do capital), que requer que os bancos acumulem capital fora dos períodos de tensão, o qual pode ser retirado quando são incorridas perdas;
- buffer anticíclico (+0% a 2,5%) que tem em conta o ambiente macrofinanceiro no qual o ING Belgium opera.

Os níveis de capital atuais do ING Belgium são suficientes para resistir aos níveis aumentados de requisitos de capital.

2. Risco de Crédito

O Acordo de Basileia III não altera os principais princípios do Basileia III em termos de cálculo dos RW A. Consequentemente, para a maioria dos ativos o cálculo do risco de crédito não será afetado.

No entanto, há várias alterações que vão afetar o cálculo do risco de crédito das contrapartes:

- O aumento do fator de correlação para exposições à maioria das instituições financeiras irá resultar num aumento do encargo de capital;
- Em paralelo com a introdução do encargo de capital de Ajuste da Avaliação de Crédito (CVA), o banco está a desenvolver um modelo interno (IMM) para mensurar o risco de crédito das contrapartes. Este modelo terá como base uma mensuração muito mais avançada da exposição futura e incluirá os novos requisitos do Acordo de Basileia III, relativamente ao risco de grandes conjuntos de compensação, colaterais ilíquidos, calibração extrema e de direção errada. Este processo fará com que a mensuração da exposição seja mais sensível aos riscos e influencie o cálculo do capital. O impacto exato será diferente de contraparte para contraparte;
- A ponderação de riscos para exposições às contrapartes centrais será definida a 2 %. Todavia, as contrapartes centrais serão acessíveis apenas a um número limitado de contrapartes. Consequentemente, o impacto esperado dessa medida é limitado.

O requisito de mais capital por unidade de risco ao abrigo do Acordo de Basileia III, assim como outras

alterações na área da liquidez ou alavancagem, não terão um impacto direto no risco de crédito, podendo, no entanto, resultar em alterações no balanço do banco o que, por seu turno, poderá ter impacto nos RWA totais.

3. Risco de Mercado

As alterações do RWA foram mais evidentes durante a implementação do Basileia 2.5 (CRD III) em dezembro de 2011. Os detalhes relativos às alterações no ING Belgium são os seguintes:

- incluem todos os fatores de preços relevantes no modelo VaR model;
- movem as titularizações do modelo interno para o modelo standard (banca);
- incluem o VaR extremo;
- incluem o risco de incumprimento e migração (Encargo de Risco Incremental – IRC).

O ING Belgium completou a implementação destas alterações nos valores apresentados neste relatório anual.

4. Rácio de Alavancagem

O rácio de alavancagem fornece uma mensuração sem risco da adequação do capital do ING Belgium, com base nas definições de capital revistas que se mencionam acima. Este concentra-se em dois principais objetivos:

- limitar a acumulação da alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar os processos de desalavancagem destabilizantes, os quais podem prejudicar o sistema financeiro alargado e a economia;
- reforçar os requisitos com base no risco com uma mensuração “backstop” sem risco.

O relato do rácio de alavancagem irá ter também início em 2013 e irá tornar-se obrigatório em 2018, permitindo assim que os bancos e os reguladores monitorizem o impacto do requisito mínimo de 3% [Capital / (Ativos + fora do balanço)] atualmente imposto.

5. Relato do Risco de Liquidez

A moldura de relato da liquidez revista tem como objetivo assegurar que os bancos implementem princípios sólidos de gestão do risco de liquidez de modo a reduzir a probabilidade da intervenção dos bancos centrais no caso de condições de mercado severamente extremas como as experimentadas na recente crise. Foca-se em 2 normas mínimas para financiamento da liquidez:

- Rácio de Cobertura da Liquidez (LCR)

O LCR tem como objetivo promover a resistência a curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco assegurando que este possui ativos líquidos de suficiente elevada qualidade para sobreviver a um cenário de tensão significativa que dure um mês. Tal como no caso das normas de relato de liquidez atuais às quais o ING Belgium está sujeito, o LCR:

- reforça os critérios de elegibilidade de ativos como “ativos com liquidez de elevada qualidade”;
- tem em conta o aspeto de envolvimento nos *run-off* de empréstimos a clientes, ou seja o ING Belgium irá continuar a estender os empréstimos a clientes não financeiros, a uma taxa de 50%;
- reflete a estabilidade dos depósitos de clientes através de uma vasta gama de pressupostos *run-off* (5% a 100%), com influência do tipo de cliente (retalho, SME, empresas, etc) e a existência de esquemas de proteção dos depósitos.

Como o LCR standard será obrigatório a partir de janeiro de 2015, (com um período de observação em 2013) o relato está já a ser preparado pelo ING Belgium com o objetivo de integrar os conceitos na moldura de gestão do Risco de Liquidez externa.

- Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR)

Este rácio tem como objetivo promover a resistência ao longo de um horizonte temporal através da criação de incentivos adicionais junto dos bancos para financiamento das suas atividades com fontes de financiamento mais estáveis numa base contínua. O Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR) possui um horizonte temporal de um ano e foi desenvolvido para fornecer uma estrutura de maturidade sustentável de ativos e passivos.

O NSFR irá tornar-se obrigatório a partir de janeiro de 2008, com um período de observação com início em janeiro de 2015. Até essa altura, o impacto do rácio encontra-se a ser monitorizado internamente pelo ING Belgium.

7.7 Notas das Contas Consolidadas

7.7.1 Notas da Demonstração da Posição Financeira consolidada

7.7.1.1 Ativos

Nota 1: Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Caixa e disponibilidades em bancos centrais		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Caixa e seus equivalentes em bancos centrais, salvo depósitos de reserva obrigatórios	1,063,818	924,136
Depósitos de reserva obrigatórios em bancos centrais	428,414	1,645,968
Total	1,492,232	2,570,104

Nota 2: Ativos financeiros detidos para negociação

Ativos financeiros detidos para negociação		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Instrumentos derivados	34,571,998	33,237,467
Títulos representativos de capitais próprio	1,750,282	66,276
Títulos de dívida	436,420	697,391
Empréstimos e adiantamentos	338,083	8,323
Acréscimos de proveitos	2,749,465	3,333,089
Total	39,846,248	37,342,546

Nota 3: Ativos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor

Investimentos e ativos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Títulos representativos de capitais próprios	1,847	2,018
Títulos de dívida	204,730	451,156
Empréstimos e adiantamentos	71,431	45,068
Total	278,008	498,242

Nota 4: Ativos financeiros disponíveis para venda

Descriminação dos ativos financeiros disponíveis para venda		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Títulos representativos de capitais próprios	75,918	68,419
Títulos de dívida	20,629,062	21,153,442
Total	20,704,980	21,221,861

Movimentos em ativos financeiros disponíveis para alienação

Em milhares de EUROS	Títulos de capitais próprios		Títulos de dívida		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	68,419	85,234	21,153,442	22,360,862	21,221,861	22,446,096
Incorporações	2,105	3,719	4,306,544	8,107,294	4,308,649	8,111,013
Alterações na composição do grupo	-	-	-	-	-	-
Transferências de ativos/passivos	218	-1,008	-	-577,198	218	-578,206
Mais-valias (menos-valias) não realizadas de mudanças do justo valor	13,104	-13,105	1,435,231	-166,106	1,448,335	-179,211
Provisão para imparidade	-2,703	-3,804	-8,799	-244,457	-11,502	-248,261
Alienações - preço de venda	-5,600	-4,589	-6,276,171	-8,394,189	-6,281,771	-8,398,778
Lucro (prejuízo) realizado	367	1,975	16,331	54,530	16,698	56,505
Variações cambiais	-	-3	2,313	12,585	2,313	12,582
Outras alterações	8	-	171	121	179	121
Saldo final	75,918	68,419	20,629,062	21,153,442	20,704,980	21,221,861

Exposição da dívida soberana - 2012

Em milhares de EUROS	Valor do balanço	Reserva de reavaliação antes de impostos	Imparidade
Grécia			
Dívida pública - disponível para venda	-	-	-
Dívida pública - a custo amortizado	-	-	-
Itália			
Dívida pública - disponível para venda	382,604	-81,683	-
Dívida pública - a custo amortizado	-	-	-
Irlanda			
Dívida pública - disponível para venda	-	-	-
Dívida pública - a custo amortizado	-	-	-
Portugal			
Dívida pública - disponível para venda	317,959	-8,349	-
Dívida pública - a custo amortizado	-	-	-
Espanha			
Dívida pública - disponível para venda	278,756	-103,802	-
Dívida pública - a custo amortizado	-	-	-
Total	979,319	-193,834	

Dívida pública hierárquica de justo valor		
Em milhares de EUROS		2012
Grécia		
Disponível para venda	Total	-
	Nível 1	-
	Nível 2	-
	Nível 3	-
Itália		
Disponível para venda	Total	382,604
	Nível 1	136,604
	Nível 2	246,000
	Nível 3	-
Irlanda		
Disponível para venda	Total	-
	Nível 1	-
	Nível 2	-
	Nível 3	-
Portugal		
Disponível para venda	Total	317,959
	Nível 1	317,959
	Nível 2	-
	Nível 3	-
Espanha		
Disponível para venda	Total	278,756
	Nível 1	278,756
	Nível 2	-
	Nível 3	-

Nota 5: Empréstimos e devedores

Empréstimos e devedores		
Em milhares de EUROS		
	2012	2011
Governos centrais	27,928	327,474
Instituições de crédito *	10,921,856	23,227,474
Instituições não de crédito	10,831,345	4,845,133
Empresas	40,106,857	37,612,963
Retalho	35,554,600	33,328,886
Acréscimos	291,410	430,713
Total	97,733,996	99,772,643

* Das quais EUR 3,9 bio < 3 meses que são considerados como equivalentes de caixa.

Note 6: Derivados utilizados para cobertura

Derivados utilizados para cobertura		
Em milhares de EUROS		
	2012	2011
Cobertura de justo valor		
IRS	7,918	-
Swaps em moedas diferentes	-	-
Diversos	-	-
Acréscimos	5,728	9,302
Cobertura de fluxos de caixa		
IRS	4,393,476	2,979,600
Swaps em moedas diferentes	-	-
Diversos	-	-
Acréscimos	853,479	1,081,165
Total	5,260,601	4,070,067

Nota 7: Ativos fixos tangíveis

Movimentos em 2012

Em milhares de euros	Terrenos e edifícios ocupados pelo dono	Equipamento IT	Equip. escritório	Outros equipamentos (incluindo veículos)	Total
Saldo inicial	808,211	71,944	28,127	98,892	1,007,174
Incorporações	49,213	45,573	7,176	7,120	109,082
Alienações	-23,420	-1,056	-641	-1,646	-26,763
Aquisições via combinações de negócios	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade diretamente reconhecidas ou invertidas no capital próprio	-21,715	-	-	-	-21,715
Depreciação	-30,161	-27,663	-7,722	-13,818	-79,364
Perdas por imparidade reconhecidas imediatamente na demonstração de resultados	-4,785*	-	-	-	-4,785
Perdas por imparidade invertidas na demonstração de resultados	776	-	-	-	776
Efeitos da conversão cambial	-	11	1	10	22
Transferências de (para) bens de investimento	-	-	-	-	-
Outras alterações	-	70	4	-5	69
Saldo final	778,119	88,879	26,945	90,553	984,496
Depreciação acumulada	-726,106	-165,344	-123,251	-118,965	-1,133,666
Montante escriturado sob o modelo de custo	428,896	-	-	-	428,896

* Imparidade (EUR 4,4 milhões) sobre edifício em Evere (Record Bank) principalmente devido a preços de Mercado mais baixos.

Movimentos em 2011

Em milhares de euros	Terrenos e edifícios ocupados pelo dono	Equipamento IT	Equip. escritório	Outros equipamentos (incluindo veículos)	Total
Saldo inicial	795,101	60,044	28,393	97,718	981,257
Incorporações	59,300	35,328	6,235	16,383	117,246
Alienações	-7,863	-4,272	-61	-1,931	-14,127
Aquisições via combinações de negócios	4,610	119	208	134	5,071
Perdas por imparidade diretamente reconhecidas ou invertidas no capital próprio	-5,920	-	-	-	-5,920
Depreciação	-31,669	-19,425	-6,548	-13,441	-71,083
Perdas por imparidade reconhecidas imediatamente na demonstração de resultados	-7,145	-	-	-	-7,145
Perdas por imparidade invertidas na demonstração de resultados	1,587	-	-	-	1,587
Efeitos da conversão cambial	-	19	-23	39	35
Transferências de (para) bens de investimento	-	-	-	-	-
Outras alterações	210	131	-77	-10	254
Saldo final	808,211	71,944	28,127	98,892	1,007,174
Depreciação acumulada	-705,900	-160,035	-116,093	-109,682	-1,091,710
Montante escriturado sob o modelo de custo	590,528	-	-	-	590,528

Montante escriturado sob o modelo de custo

Em milhares de EUROS	2012	2011
Saldo inicial	179,981	185,754
Alterações na reserva de reavaliação durante o ano	-18,681	-5,773
Saldo final	161,300	179,981

Discriminação dos ativos fixos tangíveis e equipamentos por vidas úteis

Em anos	2012
Terrenos e edifícios ocupados pelo dono	33
Equipamentos de TI	5
Equipamento de escritório	10
Outros equipamentos	7
Veículos	4

	< 1 ano	> 1 ano ≤ 5 anos	> 5 anos	Total
Pagamentos de locações futuras mínimos	2,900	7,485	-	10,385
Valor atual líquido de pagamentos mínimos de locações futuras	2,619	7,015	-	9,634

Valor residual	8,081
----------------	-------

O ING Belgium possui locações financeiras de equipamentos e acessórios. Estes contratos de locação não preveem opções de compra, embora prevejam uma opção de troca. De facto, o ING Belgium tem a possibilidade de solicitar a substituição dos equipamentos sob locação por novos mediante um montante predefinido e numa data predeterminada. O ING Belgium não procede à sublocação de nenhum dos ativos sob locação.

Nota 8: Imóveis de investimento

Imóveis de investimento

Em milhares de EUROS	2012	2011
Saldo inicial	9,700	11,151
Aquisições	3,913	1
Aquisições via combinações de negócios	-	1,738
Gastos subsequentes	-	-
Alienações	-2,053	-4,124
Mais-valias (menos-valias) de ajustes do justo valor	261	932
Efeitos da conversão cambial	-	-
Outras alterações	-	2
Saldo final	11,821	9,700

Nota 9: Goodwill e ativos intangíveis

Movimentos durante 2012

Em milhares de euros	Goodwill	Software desenvolvido internamente	Software adquirido	Diversos ativos intangíveis	Total
Saldo inicial	2,559	59,591	12,250	-	74,400
Adições de desenvolvimento interno	-	39,063	-	-	39,063
Adições de aquisições separadas	-	-	22,834	-	22,834
Ajustes de combinações de negócios	-	-	-	-	-
Retiradas e alienações	-	-	-	-	-
Ajustes resultantes do reconhecimento subsequente de ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-
Amortização reconhecida	-	-10,683	-5,442	-	-16,125
Imparidade reconhecida na demonstração de resultados	-	-2,287*	-	-	-2,287
Imparidade invertida na demonstração de resultados	-	-	-	-	-
Movimentos diversos	-	-433	30	-	-403
Saldo final	2,559	85,251	29,672	-	117,482
Depreciação acumulada	-	-100,746	-35,511	-	-136,257
Imparidade acumulada	-44,534	-	-3,432	-	-47,966
Montante líquido escriturado	47,093	189,429	65,179	-	301,701

* Imparidade de 1,1 milhões de euros sobre a aplicação 'Empréstimo ao Consumidor on-line' devido a um uso inferior ao previsto e uma imparidade de 1,1 milhões de euros devido à descontinuação do projeto K2-metrics.

Movimentos durante 2011

Em milhares de euros	Goodwill	Software desenvolvido internamente	Software adquirido	Diversos ativos intangíveis	Total
Saldo inicial	1,300	35,860	8,763	-	45,923
Adições de desenvolvimento interno	-	30,021	-	-	30,021
Adições de aquisições separadas	-	-	6,681	-	6,681
Ajustes de combinações de negócios	1,259	-	3	-	1,262
Retiradas e alienações	-	-	-	-	--
Ajustes resultantes do reconhecimento subsequente de ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-
Amortização reconhecida	-	-4,845	-3,220	-	-8,065
Imparidade reconhecida na demonstração de resultados	-	-1,445	-	-	-1,445
Imparidade invertida na demonstração de resultados	-	-	-	-	-
Efeitos da conversão cambial	-	-	9	-	9
Movimentos diversos	-	-	14	-	14
Saldo final	2,559	59,591	12,250	-	74,400
Depreciação acumulada	-	-94,257	-30,705	-	-124,962
Imparidade acumulada	-44,534	-	-1,445	-	-45,979
Montante líquido escriturado	47,093	155,293	42,950	-	245,336

Nota 10: Ativos por impostos diferidos

Discriminação de ativos por impostos diferidos por origem

Em milhares de EUROS	2012	2011
Investimentos	55,296	232,213
Ativos e passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	25,958	178,281
Depreciação	1,619	1,732
Outras provisões	47,320	65,766
Menos-valias fiscais não utilizadas transportadas	1,377	1,668
Coberturas de fluxos de caixa	-	187,492
Ativos tangíveis	16,229	35,166
Diversos	84,173	209,393
Total	231,972	911,711

Ativos por impostos diferidos líquidos (passivo)

Em milhares de EUROS	Inicial 31/12/2011	Diferenças cambiais	Lucros/perdas impostos diferidos	Capital por impostos diferidos	Compensação impostos diferidos	Fecho 31/12/2012
Ativos por impostos diferidos brutos	911,711	-	142,839	-207,405	-615,173	231,972
Amortizações - ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-656,316	-	-128,088	-231,117	615,173	-400,348
Ativos por impostos diferidos líquidos (passivos)	252,395	-	14,751	-438,522	-	-168,376

Imposto sobre o Rendimento: discriminação de menos-valias fiscais transportadas/créditos fiscais não usados por vencimento – 2012

Em milhares de EUROS	Total	Até 5 anos	5 a 10 anos	10 a 20 anos	Sem vencimento
Total de menos-valias fiscais não usadas transportadas das quais:	68,279	-	-	-	68,279
Menos-valias fiscais não usadas transportadas não reconhecidas como ativo por impostos diferidos	64,227	-	-	-	64,227
Menos-valias fiscais não usadas transportadas reconhecidas como ativo por impostos diferidos	4,052	-	-	-	4,052
Taxa de imposto aplicável	33.99%				
Ativo por impostos diferidos reconhecido em menos valias	1,377				

Imposto sobre o Rendimento: discriminação de menos-valias fiscais transportadas/créditos fiscais não usados por vencimento – 2011

Em milhares de EUROS	Total	Até 5 anos	5 a 10 anos	10 a 20 anos	Sem vencimento
Total de menos-valias fiscais não usadas transportadas	69,834	-	29,540	-	40,294
das quais:					
<i>Menos-valias fiscais não usadas transportadas não reconhecidas como ativo por impostos diferidos</i>	64,925	-	29,540	-	35,385
<i>Menos-valias fiscais não usadas transportadas reconhecidas como ativo por impostos diferidos</i>	4,909	-	-	-	4,909
Taxa de imposto aplicável	33.99%				
Ativo por impostos diferidos reconhecido em menos valias	1,668				

Imposto sobre o rendimento relacionado com componentes de outros proveitos integrais - 2012

Em milhares de EUROS	Ativos fiscais	Passivos fiscais	Total
Reserva de conversão cambial	-	-	-
Cobertura de investimentos líquidos em reserva de operações no estrangeiro	-	-	-
Reserva de reavaliação de ativos fixos tangíveis	-	-80,792	-80,792
Reserva de reavaliação disponível para venda	1,206	-229,061	-227,855
Coberturas de fluxos de caixa	-	136,441	136,441
Quota de outros proveitos integrais de associadas e empresas comuns contabilizadas para uso do método de equivalência patrimonial	-	-	-
Diversos	-	-	-
Total	1,206	-173,412	-172,206

Nota 11: Investimentos em associadas, subsidiárias e joint ventures

Associadas não consolidadas - 2012

Em milhares de EUROS

Nome	Sede	Atividade	Cód. sociedade	Juro do capital próprio acumulado (%)	Ativos	Passivos	Rendimento líquido
A.E.D. RENT	Willebroek	Serviços	BE 0451.899.343	23.69%	40,215	24,670	1,140
BIENCA (Biotechnological Enzymatic Catalyse) sa	Seneffe	Farmácia	BE 0446.755.472	20.80%	947	754	-339
BNL Food Investments	Luxemburgo	Indústria	-	27.26%	18,689	18,528	-2,626
Brand & Licence Company	Bruxelas	Serviços	BE 0884.499.250	20.00%	2,644	115	-157
CMOSIS	Antuérpia	Tecnologia	BE 0893.557.169	23.26%	7,117	3,810	288
Elysées GNI Finance	Landon(Fr)	Finanças	50501533900029	46.55%	9,984	11,007	-2,322
Europay Belgium	Bruxelas	Finanças	BE 0434.197.536	20.36%	2,787	1,599	275
INAXI	Willebroek	Serviços	BE 0894.141.743	38.81%	11,820	4,427	1,527
GDW Holding	Waregem	Automóvel	BE 0824.392.409	36.61%	36,462	13,069	937
M-Brussels Village	Bruxelas	Imobiliário	BE 0473.370.886	24.59%	400	263	3
SAS Marnix Invest	Paris	Finanças	-	36.13%	41,580	23,742	1,876
SAS SODIR-Deux	Paris	Finanças	-	40.69%	41,282	23,719	1,999
Sherpa Invest	Bruxelas	Finanças	BE 0878.752.692	20.00%	1,308	657	-47
Sherpa Invest II	Bruxelas	Finanças	BE 0835.148.719	26.67%	1,137	24	-88
Unibioscreen SA	Bruxelas	Farmácia	BE 0466.013.437	24.46%	369	594	-117
Vesalius Biocapital I SA SICAR	Luxemburgo	Finanças	LU 0894.571.018	29.50%	36,224	144	-459
Vesalius Biocapital Partners SARL	Luxemburgo	Finanças	LU 0894.571.315	20.00%	3,395	3,156	75
Vesalius Biocapital II SA SICAR	Luxemburgo	Finanças		2.50%	12,471	34	-1,575
Vesalius Biocapital II Partners SARL	Luxemburgo	Finanças		20.00%	854	795	39
Euresys (Walltech SA)	Angleur	Tecnologia	BE 0465.945.339	22.81%	4,744	1,059	-761
Ark Angels Activator Fund	Hasselt	Finanças	BE 0843 728 962	33.37%	-	-	-
AXISQL	Willebroek	Serviços	BE 0848.687.939	45.00%	-	-	-

* Os ativos não são iguais aos passivos porque não se inclui o capital próprio.

Subsidiárias não totalmente consolidadas 2012

Em milhares de EUROS

Nom	Sede	Atividade	Cód. sociedade	Juro do capital próprio acumulado (%)	Ativos*	Passivos*	Rendimento líquido
Aigle Aviation	Luxemburgo	Locação	-	75.00%	69,698	66,883	17
Immomanda SA	Bruxelas	Serviços	BE 0417.331.315	100.00%	737	611	383
ING Activator Fund	Bruxelas	Finanças	BE 0878.533.255	52.28%	3,542	123	-450

* Os ativos não são iguais aos passivos porque não se inclui o capital próprio.

Associadas não consolidadas 2011

Em milhares de EUROS

Nome	Sede	Atividade	Cód. sociedade	Juro do capital próprio acumulado (%)	Ativos	Passivos	Rendimento líquido
A.E.D. RENT	Willebroek	Serviços	BE 0451.899.343	24.88%	34,169	22,609	1,011
BIENCA (Biotechnological Enzymatic Catalyse) sa	Seneffe	farmácia	BE 0446.755.472	46.52%	804	878	-1,490
BNL Food Investments	Luxemburgo	Indústria	-	48.90%	19,256	21,192	-3,133
Brand & Licence Company	Bruxelas	Serviços	BE 0884.499.250	20.00%	222	37	35
CMOSIS	Antwerp	Tecnologia	BE 0893.557.169	23.26%	4,973	1,954	-847
Elysées GNI Finance	Landon(Fr)	Finanças	50501533900029	46.55%	13,546	12,247	-267
Europay Belgium	Bruxelas	Finanças	BE 0434.197.536	20.36%	7,780	6,524	5,276
INAXI	Willebroek	Serviços	BE 0894.141.743	36.44%	11,593	5,727	2,004
GDW Holding	Waregem	Automóvel	BE 0824.392.409	36.61%	40,060	17,604	18,156
M Brussels Village	Bruxelas	Imobiliário	BE 0473.370.886	24.59%	311	178	1
SAS Marnix Invest	Paris	Finanças	-	36.13%	39,817	33,371	1,988
SAS SODIR-Deux	Paris	Finanças	-	40.22%	-	-	-
Sherpa Invest	Bruxelas	Finanças	BE 0878.752.692	20.00%	1,265	628	-53
Sherpa Invest II	Bruxelas	Finanças	BE 0835.148.719	26.67%	-	-	-
Unibioscreen SA	Bruxelas	Farmácia	BE 0466.013.437	24.45%	605	714	-1,670
Vesalius Biocapital I SA SICAR	Luxemburgo	Finanças	LU 0894.571.018	21.65%	29,302	177	-247
Vesalius Biocapital Partners SARL	Luxemburgo	Finanças	LU 0894.571.315	20.00%	3,045	2,882	37
Vesalius Biocapital II SA SICAR	Luxemburgo	Finanças	-	2.50%	-	-	-
Vesalius Biocapital II Partners SARL	Luxemburgo	Finanças	-	20.00%	-	-	-
Euresys (Walltech SA)	Angleur	Tecnologia	BE 0465.945.339	22.81%	6,821	2,362	1,833

* Os ativos não são iguais aos passivos porque não se inclui o capital próprio.

Subsidiárias não totalmente consolidadas – 2011

Em milhares de EUROS

Nome	Sede	Atividade	Cód. sociedade	Juro do capital próprio acumulado (%)	Ativos	Passivos	Rendimento líquido
Aigle Aviation	Luxemburgo	Locação	-	75.00%	75,005	72,247	15
Immomanda SA	Bruxelas	Serviços	BE 0417.331.315	100.00%	1,297	1,155	351
ING Activator Fund	Bruxelas	Finanças	BE 0878.533.255	50.05%	2,992	123	-435
ING Insurance Solutions SA	Bruxelas	Seguros	BE 0453.312.375	100.00%	1,368	439	167
RI Holding (Raket Invest)	Bruxelas	Finanças	-	95.45%	-	-	-
Raket Invest Management	Bruxelas	Finanças	BE 0840.934.768	99.00%	-	-	-

* Os ativos não são iguais aos passivos porque não se inclui o capital próprio.

Movimentos em investimentos em associadas e subsidiárias		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Saldo inicial	53,735	45,447
Incorporações	6,657	16,017
Alterações na composição do grupo	-	-5,313
Transferência	-425	-395
Transferência	3,038	6,389
Provisão para imparidade	-918	-6,562
Alienações - preço de venda	-3,990	-9,650
Mais-valias e menos-valias realizadas através da demonstração de resultados	2,079	7,767
Variações cambiais	-39	67
Outras alterações	-	-32
Saldo final	60,137	53,735

Nota 12: Ativos diversos

Ativos diversos		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Benefícios de colaboradores	48,414	2,600
Serviço de ativos para serviço de direitos	-	-
Taxas pré-pagas	128,785	186,766
Proveitos acumulados (salvo salvo proveitos de juros de ativos financeiros)	60,859	1,866
Metais preciosos, bens e mercadorias	-	-
Adiantamentos diversos	665	619
Diversos	917,426	1,166,691
Total	1,156,149	1,358,542

Adiantamentos diversos" consistem em créditos fiscais, excluindo IRC e IVA. "Diversos" incluem principalmente títulos para cobrança, outros adiantamentos bancários e contas transitórias.

Nota 13: Ativos detidos para venda

Em setembro de 2012, o ING Belgium SA transferiu para o ING Bank NV, Belgian Branch as suas atividades (PLO) de negociação de Opções de Taxa de Juro de "Belgian Vanilla". O valor da carteira transferida foi de EUR 58 milhões. Em 2013, a transferência da atividade de "Non Vanilla" (EXO) está prevista para o terceiro trimestre.

O valor de balanço destas atividades equivale em 31/12/2012 a EUR 14,3 mil milhões. O lucro destas atividades equivale em 31/12/2012 a EUR 34,4 milhões. Estes montantes irão mudar no seguimento de alterações dos dados de mercado.

7.7.1.2 Passivos

Nota 14: Passivos financeiros detidos para negociação

Passivos financeiros detidos para negociação		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Derivados	35,433,614	33,726,253
Posições curtas em títulos de rendimento fixo	405,394	786,032
Posições curtas em instrumentos de capital	3,135	2,419
Acréscimos	2,637,081	3,112,669
Total	38,479,224	37,627,373

A menos-valia DVA sobre passivos financeiros detidos para negociação ascende a EUR 1,26 milhões em 2012 (vs 0,94 milhões em 2011).

Nota 15: Passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor

Passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor				
Em milhares de EUR	Montante escriturado		Diferença entre o montante escriturado e o contratualmente a pagar no vencimento	
	2012	2011	2012	2011
Depósitos a prazo	200,002	382,773	2	131
Certificados de depósito	29,668	141,384	430	1,740
Obrigações não convertíveis – notas estruturadas	2,999,631	3,267,078	128,880	-116,371
Passivos subordinados	75,169	119,032	2,170	3,280
Acréscimos	6,200	24,817	-	-
Total	3,310,670	3,935,084	131,482	-111,220

A menos-valia de DVA sobre passivos financeiros designados ao justo valor levado a perdas e lucros é igual a EUR 25,06 milhões em 2012 (vs uma mais-valia de EUR 154,78 milhões em 2011).

Nota 16: Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

2012

Em milhares de EUR	Bancos centrais	Governos centrais	Instituições de crédito	Outras instituições	Empresas	Retalho	Total
Depósitos à ordem/ Depósitos 'overnight'	-	267,172	6,380,344	6,301,431	14,470,544	9,349,825	36,769,316
Depósitos com vencimento acordado	-	187,152	4,561,537	4,575,447	4,763,637	2,296,220	16,383,993
Depósitos resgatáveis com pré-aviso	-	-	44,600	-	341	3,512	48,453
Depósitos diversos	-	18,942	3,281,674	712,124	3,881,781	37,372,091	45,266,612
Certificados de dívida incluindo obrigações	-	-	-	-	865,918	5,002,696	5,868,614
Passivos subordinados	-	-	198,243	-	-	-	198,243
Passivos financeiros diversos	-	-	3,361	-	-	-	3,361
Juros acumulados	-	1,281	23,876	28,084	26,366	331,615	411,222
Total	-	474,547	14,493,635	11,617,086	24,008,587	54,355,959	104,949,814

2011

Em milhares de EUR	Bancos centrais	Governos centrais	Instituições de crédito	Outras instituições	Empresas	Retalho	Total
Depósitos à ordem/ Depósitos 'overnight'	-	668,542	3,326,467	4,656,025	11,415,906	8,263,527	28,330,467
Depósitos com vencimento acordado	-	194,475	6,519,691	3,605,127	6,361,604	2,802,452	19,483,349
Depósitos resgatáveis com pré-aviso	-	-	311,760	-	323	4,008	316,091
Depósitos diversos	-	20,897	3,017,775	2,055,381	7,055,327	34,481,457	46,630,837
Certificados de dívida incluindo obrigações	-	-	-	-	874,201	4,984,272	5,858,473
Passivos subordinados	-	-	188,572	-	-	-	188,572
Passivos financeiros diversos	-	-	66,382	-	-	-	66,382
Juros acumulados	-	4,782	72,985	55,816	139,086	276,390	549,059
Total	-	888,696	13,503,632	10,372,349	25,846,447	50,812,106	101,423,230

Nota 17: Passivos financeiros associados a ativos transferidos

Transferência de ativos financeiros - 2012

Em milhares de EUROS

	Empréstimo de títulos		Venda e acordo de Recompra	
	Títulos de capital próprio	Títulos de dívida	Títulos de capital próprio	Títulos de dívida
Ativos financ. transferidos	-	-	-	881,997
dos quais detidos para negociação	-	-	-	125,230
dos quais levados a perdas ou lucros pelo justo valor	-	-	-	-
dos quais disponíveis para venda	-	-	-	749,803
dos quais empréstimos e devedores	-	-	-	-
- dos quais diversos	-	-	-	6,964
Passivos financeiros associados	-	-	-	896,513
Montante devido a bancos	-	-	-	886,972
Depósitos de clientes e outros fundos	-	-	-	9,541

Transferência de ativos financeiros - 2011

Em milhares de EUROS

	Empréstimo de títulos		Venda e Recompra	
	Capital	Dívida	Capital	Dívida
Ativos financ. transferidos	-	6,191,549	-	6,369,152
dos quais detidos para negociação	-	-	-	142,065
dos quais levados a perdas ou lucros pelo justo valor	-	-	-	-
dos quais disponíveis para venda	-	5,840,000	-	6,119,215
dos quais empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-
- dos quais diversos	-	351,549	-	107,872
Passivos associados ao montante escriturado	-	-	-	7,663,217
Montante devido a bancos	-	-	-	6,901,828
Depósitos de clientes e outros fundos	-	-	-	761,389

Nota 18: Derivados usados para cobertura

Derivados usados para cobertura

Em milhares de EUROS	2012	2011
Cobertura de justo valor		
IRS	655,052	521,610
Swaps em moedas diferentes	-	-
Diversos	-	-
Acréscimos	85,166	80,673
Cobertura de fluxos de caixa		
IRS	4,793,304	3,531,222
Swaps em moedas diferentes	-	-
Diversos	-	-
Acréscimos	755,771	908,296
Total	6,289,293	5,041,801

Nota 19: Provisões

Provisões 2012

Em milhares de EUROS	Reestruturação					Pensões e outras obrigações de benefícios pós-reforma	Outras provisões	Total
	Benefícios de termo	Outras provisões de reestruturação	Contencioso pendente	Provisões para contencioso fiscal				
Saldo inicial	3,671	12,757	124,519	1,564		14,794	11,075	168,380
Incorporações		22,664	20,895	78		-	121,517*	165,154
Montantes usados	-2,847	-5,253	-12,518	-1,466		-	-643	-22,728
Montantes não usados invertidos no exercício	-354	-1,090	-43,425	-75		-	-3,383	-48,327
Aquisições (alienações) via combinações de negócios	-	-	-	-		-	-	-
Aumento do montante descontado (passagem do tempo) e efeito de alterações na taxa de desconto	-	-	-	-		-	-	-
Variações cambiais	-	1	-	-		-	-	1
Movimentos diversos	-37	3	653	-		-963	-3,817	-4,161
Saldo final	433	29,082	90,124	101		13,831	124,749	258,319

* Dos quais EUR 102,8 milhões para a transferência de atividades do ING Bank NV, Belgian Branch.

Pode ser encontrada mais informação sobre as questões jurídicas pendentes no capítulo 7.8.3.5 'Ações Judiciais'.

Provisões 2011

Em milhares de EUROS	Reestruturação					Pensões e outras obrigações de benefícios pós-reforma	Outras provisões	Total
	Benefícios de termo	Outras provisões de reestruturação	Contencioso pendente	Provisões para contencioso fiscal				
Saldo inicial	6,697	21,418	127,656	1,567		30,612	8,494	196,444
Incorporações	2,697	4,186	7,268	-		-	3,095	17,246
Montantes usados	-5,146	-12,280	-2,477	-		-	-243	-20,146
Montantes não usados invertidos no exercício	-677	-599	-7,928	-		-15,818	-2,315	-27,337
Aquisições (alienações) via combinações de negócios	184	-	-	-		-	1,931	2,115
Aumento do montante descontado (passagem do tempo) e efeito de alterações na taxa de desconto	-	-	-	-		-	-	-
Variações cambiais	-	32	-	-		-	-	32
Movimentos diversos	-84	-	-	-3		-	113	26
Saldo final	3,671	12,757	124,519	1,564		14,794	11,075	168,380

Informações sobre pensões e outros passivos relacionados com colaboradores

O ING Belgium patrocina planos de reforma com benefícios definidos nos principais países em que opera. Estes planos são total ou parcialmente financiados pelo ING. Geralmente, abrangem todos os colaboradores e proporcionam-lhes benefícios, em especial, quando se reformam.

São pagas contribuições anuais aos fundos à taxa que for necessária para financiar de forma adequada os passivos acrescidos dos planos, cujo cálculo é efetuado de acordo com os requisitos legais locais. Em todos os países, os planos cumprem os regulamentos locais aplicáveis sobre investimentos e níveis de financiamento. Em 2013, espera-se que as contribuições a pagar pelo ING Belgium para planos de reforma com benefícios definidos ascendam a EUR 50,8 milhões.

O banco oferece a alguns colaboradores benefícios pós-emprego e pós-reforma. Tratam-se principalmente de benefícios de cuidados de saúde pós-reforma e planos de reforma antecipada de benefícios definidos pós-emprego disponibilizados aos colaboradores e antigos colaboradores.

Certas sociedades do grupo patrocinam planos de pensões de contribuições definidas. Os ativos de todos os planos de contribuições definidas do ING Belgium são detidos em fundos administrados de forma independente. Em geral, as contribuições são calculadas como uma percentagem do vencimento. Devido à recente queda dos mercados, um destes planos de contribuições definidas apresentou, a 31/12/2011, um défice face ao nível de garantia de retorno mínimo avaliado em EUR 2,4 milhões. Todos os outros planos de contribuições definidas encontram-se financiados de acordo com a garantia de retorno mínimo imposta por lei na Bélgica.

Evolução dos planos de pensões de benefícios definidos					
Em milhares de EUROS	2012	2011	2010	2009	2008
Valor atual da obrigação de benefícios definidos	-838,942	-753,601	-763,374	-846,118	-1,007,919
Justo valor do ativo dos planos	606,859	576,060	635,714	664,310	692,202
Excedente (défice) no plano	-232,083	-177,541	-127,660	-181,808	-315,717
Ajustes de experiência resultante de					
- Passivos do plano	-139,888	-29,267	16,034	-33,914	-38,523
- Ativos do plano	33,688	-42,661	-4,559	33,413	-136,855

Síntese de passivos de pensões					
Em milhares de EUROS	2012	2011	2010	2009	2008
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-	-
Mais-valias (menos-valias) não reconhecidas	267,792	-166,466	98,586	112,619	133,070
Obrigação líquida para pensões e outros benefícios pós-reforma	-35,709	-11,074	29,071	69,132	182,645
<i>Dos quais ativos</i>	<i>-48,414</i>	<i>2,600</i>	<i>-508</i>	<i>-507</i>	<i>-416</i>
<i>Dos quais passivos</i>	<i>12,705</i>	<i>-13,674</i>	<i>29,579</i>	<i>69,639</i>	<i>183,061</i>

Movimentos nas obrigações de benefícios definidos					
Em milhares de euros	2012	2011	2010	2009	2008
Saldo inicial	-753,601	-763,374	-846,118	-1,007,916	-1,039,648
Custos de serviço atuais	-16,532	-20,260	-21,316	-29,382	-32,065
Custo de juros	-29,744	-35,594	-39,417	-50,352	-53,195
Contribuição do empregador	-	-	-	-	-
Contribuição do colaborador	-954	-953	-872	-2,497	-2,582
Benefícios pagos	99,896	110,374	129,527	155,962	150,328
Mais-valias e menos-valias atuariais reconhecidas	-	-	-	-	-
Mais-valias e menos-valias atuariais não	-139,891	-29,271	16,034	-33,914	-38,523
Custos de serviço passados reconhecidos	2,362	-4,198	769	-18,762	-76,960
Custos de serviço passados não reconhecidos	-	-	-	-57	-
Alterações na composição do grupo	-	-9,405	3,003	89,539	3,307
Efeito de redução ou liquidação	-	-	87	49,218	93,510
Variações cambiais	-478	-920	-5,071	2,043	-12,088
Saldo final	-838,942	-753,601	-763,374	-846,118	-1,007,916
Mais-valias (menos-valias) atuariais devido a alteração de pressupostos	-135,067	-25,958	7,489	-50,982	7,152
Mais-valias (menos-valias) atuariais devido a ajuste de experiência	-4,821	-3,309	8,545	17,067	-45,675

Movimentos no justo valor dos ativos do plano					
Em milhares de EUR	2012	2011	2010	2009	2008
Saldo inicial	576,060	635,714	664,310	692,202	838,676
Rendibilidade esperada dos ativos do plano	28,788	31,056	33,397	38,614	47,415
Contribuição da entidade patronal	66,854	50,473	70,008	131,683	76,750
Contribuição do empregado	954	1,184	872	2,497	2,582
Benefícios pagos	-99,896	-110,374	-129,527	-155,962	-150,328
Mais-valias e menos-valias atuariais dos ativos do	33,686	-42,664	-4,559	33,413	-136,855
Custos de serviço passados	-	-	-	-	-
Alterações na composição do grupo	170	9,861	-3,180	-76,514	-2,995
Efeito de liquidação	-	-	-	-	5,792
Variações cambiais	243	810	4,393	-1,623	11,165
Saldo final	606,859	576,060	635,714	664,310	692,202

Estratégia de investimento dos planos de pensões

O principal objetivo financeiro do plano de benefícios dos colaboradores do ING Belgium é garantir que os participantes recebam benefícios aquando da reforma. Neste contexto, o objetivo fundamental da gestão financeira do plano é promover a estabilidade e, de uma forma adequada, o crescimento dos fundos aplicados (isto é, o rácio do valor de mercado dos ativos face aos passivos). A estratégia de investimento da carteira de ativos do plano (o fundo) equilibra a necessidade de gerar rendibilidades com a necessidade de controlar o risco, em especial para minimizar a volatilidade dos ativos do plano. Esta estratégia está sob a responsabilidade de cada entidade jurídica independente que os diferentes planos.

A combinação de ativos é reconhecida como o principal mecanismo que influencia a estrutura de recompensa e risco do fundo, na tentativa de se concretizar os objetivos de financiamento do plano. São definidas as alocações alvo desejáveis entre as classes de ativos identificadas e, no âmbito de cada classe de ativos, dá-se uma atenção especial ao equilíbrio da carteira entre setores industriais, geografias, sensibilidade às taxas de juro, dependência do crescimento económico, moeda e outros fatores que podem afetar a rendibilidade dos investimentos.

Os ativos são geridos por sociedades gestoras de investimentos profissionais. Estão vinculadas a mandatos precisos e avaliadas face a índices de referência específicos. Entre os gestores, dá-se particular atenção, entre outros, ao equilíbrio da concentração de títulos, estilo de investimento e confiança em estratégias de investimento ativas específicas. A combinação de ativos do fundo é regularmente revista e está sob a responsabilidade das entidades que gerem o seu fundo.

Ativos do plano					
Em milhares de EUROS	2012	2011	2010	2009	2008
Títulos representativos de capitais próprios	167,910	156,935	188,608	209,639	177,160
Títulos de dívida	337,733	317,759	352,846	369,628	386,952
Bens imóveis	31,138	28,495	33,129	32,417	36,743
Diversos	70,078	72,871	61,131	52,626	91,345
Total	606,859	576,060	635,714	664,310	692,200

"Diversos" inclui montantes que não são investidos em capital próprio, títulos de dívida ou bens imóveis. Essencialmente, representam dinheiro.

Os ativos do plano do ING Belgium não incluem quaisquer imóveis ocupados pelo ING ou instrumentos financeiros próprios, salvo no que respeita a um pequeno número de ações detidas por um fundo-índice ou por um fundo de gestão ativa.

Em 2012, a rendibilidade real do plano de benefícios definidos foi de 13,14 %. A rendibilidade do principal plano de contribuições definidas foi de 14,02 %.

Determinação da rendibilidade esperada dos ativos

A partir de 01/01/2013 e de acordo com a nova norma IAS 19, a rendibilidade esperada dos ativos será considerada como igual à taxa de desconto, ou seja, a taxa de juro para as empresas AA com uma duração de 9 anos.

Medias ponderadas de pressupostos actuários básicos		
Em percentagem a 31 de Dezembro	2012	2011
Taxa de rendibilidade esperada dos ativos do plano	-	5.3
Taxas de desconto	2.3	4.1
Inflação dos preços no consumidor	2.0	2.0
Taxas esperadas de aumentos salariais (excluindo aumentos devido a promoções)	2.0	2.0

Nota 20: Passivos por impostos diferidos

Passivos por impostos diferidos		
Em milhares de EUR	2012	2011
Investimentos	97,022	9,538
Ativos e passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	146,174	312,583
Depreciação	1,203	1,605
Outras provisões	75,285	97,225
Empréstimos e adiantamentos a clientes	54,259	63,786
Ativos tangíveis	100,777	126,617
Diversos	-74,372	44,962
Total	400,348	656,316

Os passivos por impostos diferidos diversos estão principalmente relacionados com pensões e benefícios pós-emprego.

Nota 21: Passivos diversos

Passivos diversos		
Em milhares de EUR	2012	2011
Benefícios de colaboradores	31,902	28,597
Encargos com a segurança social	277,260	285,401
A pagar por bens e serviços fornecidos	61,277	35,377
Encargos acumulados (salvo despesas com juros de passivos financeiros)	234,151	186,389
Proveitos recebidos antecipadamente	147,022	141,928
Dívidas diversas	874,263	1,131,369
Diversos	882,629	779,732
Total	2,508,504	2,588,793

'Dívidas diversas' consiste principalmente em dívidas de pagamento imediato. 'Diversos' abrange principalmente contas transitórias.

Nota 22: Capital social reembolsável a pedido

As quotas dos membros em entidades cooperativas têm algumas características de capital próprio. Atribuem igualmente ao titular o direito de solicitar o resgate de dinheiro, embora esse direito possa estar sujeito a certos limites. Ao abrigo da IFRIC 2, as quotas relativamente aos quais o membro tem o direito de solicitar o resgate são passivos normais. O montante total está relacionado com as quotas dos membros na nossa entidade cooperativa Record Credit Services.

Nota 23: Capital atribuível aos acionistas da sociedade

Capital próprio atribuível aos acionistas da sociedade		
Em milhares de EUR	2012	2011
Capital emitido	2,350,000	2,350,000
Prémio de emissão	451,511	451,511
Reservas de reavaliação	354,105	-503,880
Das quais:		
- reserva de reavaliação de ativos tangíveis	161,301	179,981
- cobertura de investimentos líquidos em reserva de operações no estrangeiro (efetiva)	-98,638	-95,808
- reserva de conversão cambial	91,091	90,069
- reserva de coberturas de fluxos de caixa (efetiva)	-264,973	-364,118
- reserva de reavaliação do justo valor dos ativos financeiros para venda	465,324	-314,004
Reservas incluindo lucros não distribuídos	6,932,621	6,644,971
Lucro ou prejuízo líquido	771,798	863,941
Total	10,860,035	9,806,543

As reservas incluindo ganhos detidos incluem principalmente as reservas disponíveis para distribuição, resultado financeiro transitado, reservas de consolidação e reservas legais.

As reservas de reavaliação consistem em diferentes tipos de reservas. As subsequentes ao reconhecimento inicial e os ativos tangíveis são reavaliados ao justo valor. O excedente da reavaliação é reconhecido no capital próprio, através da reserva de reavaliação dos ativos tangíveis. Uma diminuição

subsequente da reavaliação deve ser cobrada contra esta reserva até ao ponto em que a reserva seja positiva.

As mais-valias e menos-valias que surgem da reavaliação de um instrumento financeiro designado como cobertura são diferidas na reserva de reavaliação de cobertura.

Se uma subsidiária consistir numa operação estrangeira, as diferenças cambiais devem ser reconhecidas no capital próprio através da reserva de conversão cambial.

As mais-valias e menos-valias não realizadas sobre investimentos que são classificadas como disponíveis para venda são reconhecidas no capital próprio à disposição ou quando o ativo sofrer uma imparidade.

Capital		
Em milhares de EUR	Ações ordinárias	
	Número	Montante
2012		
Capital social não emitido autorizado	-	-
Capital social emitido	55,414,550	2,350,000
2011		
Capital social não emitido autorizado	-	-
Capital social emitido	55,414,550	2,350,000

7.7.2 Notas à demonstração de resultados consolidada

Nota 24: Juros credores líquidos

Juros credores líquidos		
Em milhares de EUR	2012	2011
Caixa e disponibilidades de caixa em bancos centrais	9,703	21,635
Ativos financeiros detidos para negociação	11,357,303	13,521,738
Ativos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	54,202	62,242
Ativos financeiros disponíveis para venda	379,069	834,015
Empréstimos e devedores	3,593,013	3,228,847
Derivados utilizados para cobertura	2,420,779	2,465,975
Juros credores	17,814,069	20,134,452
Passivos financeiros detidos para negociação	11,281,135	13,350,328
Passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	48,561	65,480
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	1,280,175	1,517,786
Derivados utilizados para cobertura	2,595,404	2,673,051
Passivos diversos	-	-
Encargos financeiros	15,205,275	17,606,645
Juros credores líquidos	2,608,794	2,527,807
Dos quais (proveitos) ou encargos financeiros líquidos de ativos financeiros com imparidade	1,627	-1,204

Nota 25: Margem líquida de taxas e comissões

Margem líquida de taxas e comissões		
Em milhares de EUR	2012	2011
Taxas e proveitos de comissões	862,150	840,880
Títulos	277,509	300,450
Gestão de ativos	12,036	11,452
Responsabilidades	188,926	192,951
Custódia	28,230	29,220
Serviços de pagamento	113,902	104,738
Comissões de serviço de atividades de titularização	16,474	12,454
Diversos	225,073	189,615
Taxas de encargos de comissões	271,103	263,330
Títulos	34,620	29,958
Gestão de ativos	431	226
Comissões pagas a intermediários	160,403	155,207
Custódia	2,544	3,999
Compensação e liquidação	677	526
Diversos	72,428	73,414
Margem líquida de taxas e comissões	591,047	577,550

"Margens de taxas e comissões diversas" incluem principalmente receitas relacionadas com seguro de vida, seguro não-vida e comissões recebidas pela parte não utilizada das linhas de crédito concedidas. 'Outras taxas de encargos de comissões' dizem respeito principalmente a transferências de pagamentos e responsabilidades de crédito.

Nota 26: Mais-valias/menos-valias realizadas em ativos e passivos financeiros não contabilizados levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor

Mais-valias/menos-valias realizadas em ativos e passivos financeiros não contabilizados levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor		
Em milhares de EUR	2012	2011
Mais-valias realizadas	129,273	118,015
Investimentos e ativos financeiros disponíveis para venda	122,894	118,015
Empréstimos e devedores	6,379	-
Passivos financeiros (salvo elementos detidos para negociação)	-	-
Diversos	-	-
Menos-valias realizadas	-53,161	-7,596
Ativos financeiros disponíveis para venda	-52,910	-7,596
Empréstimos e devedores	-251	-
Passivos financeiros (salvo elementos detidos para negociação)	-	-
Diversos	-	-
Mais-valias (menos-valias) líquidas realizadas	76,112	110,419

Nota 27: Mais-valias e menos-valias líquidas em ativos e passivos financeiros detidos para venda

Mais-valias e menos-valias líquidas em ativos e passivos financeiros detidos para negociação		
Em milhares de EUR	2012	2011
Instrumentos de capital próprio e derivados relacionados	-161,543	-209,322
Instrumentos sobre taxas de juro e derivados relacionados	314,394	-185,702
Negociação cambial	1,724	-6,537
Mercadorias e derivados relacionados	592	777
Derivados de crédito	-24,550	2,076
Passivos de negociação	-	-
Diversos	-5	-
Mais-valias (menos-valias) líquidas	130,612	-398,708

* Salvo fluxos de juros para todos os elementos

Nota 28: Mais-valias/menos-valias líquidas em ativos e passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor

Mais-valias/menos-valias líquidas em ativos e passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor *		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Mais-valias	70,431	293,185
Ativos financeiros ao justo valor levados a perdas ou lucros	33,447	81,351
Passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	36,984	211,834
Menos-valias	-336,220	-133,574
Ativos financeiros ao justo valor levados a perdas ou lucros	-34,140	-84,366
Passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	-302,080	-49,208
Mais-valias (menos-valias) líquidas	-265,789	159,611

* Salvo fluxos de juros para todos os elementos

Nota 29: Ajustes de justo valor na contabilidade para cobertura

Análise dos ajustes de justo valor na contabilidade para cobertura

Em milhares de EUROS	2012		2011	
	Gains	Losses	Gains	Losses
Cobertura de justo valor	1,123,845	1,103,593	500,022	273,604
Alterações do justo valor do elemento coberto	270,197	-	490,991	-
Alterações do justo valor dos derivados de cobertura (incluindo supressão)	853,648	1,103,593	9,031	273,604
Cobertura de fluxos de caixa	18	-	41	-
Alterações do justo valor dos instrumentos de cobertura - parte ineficaz	18	-	41	-
Cobertura do investimento líquido	-	-	-	-
Alterações do justo valor dos instrumentos de cobertura - parte ineficaz	-	-	-	-
Total	1,123,863	1,103,593	500,063	273,604

Transferências da reserva de cobertura de fluxos de caixa para perdas e lucros

Em milhares de EUROS	2012	2011
Até um ano	250,996	214,435
De 1 a 5 anos	181,025	93,456
Mais de 5 anos	-683,609	-646,425

Nota 30: Reavaliações das variações cambiais

Reavaliações das variações cambiais		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Moedas	109,084	-819,958
Swaps de moedas e taxa de juro	-4,300	899,215
Opções cambiais	-15,868	-13,370
Contratos a prazo de taxas de juro	69	494
Total de reavaliações das variações cambiais	88,985	66,381

Nota 31: Mais-valias/menos-valias obtidas com o desreconhecimento de ativos, salvo os detidos para venda

Mais-valias/menos-valias obtidas com o desreconhecimento de ativos, salvo os detidos para venda		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Mais-valias realizadas	3,403	189
Desreconhecimento de ativos fixos tangíveis	3,403	189
Desreconhecimento de investimentos em associadas, joint ventures e subsidiárias	-	-
Menos-valias realizadas	-3,176	-5,113
Desreconhecimento de ativos fixos tangíveis	-3,168	-2,778
Desreconhecimento de investimentos em associadas, joint ventures e subsidiárias	-8	-2,335
Total	227	-4,924

Nota 32: Outros proveitos de exploração líquidos

Outros proveitos de exploração líquidos		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Proveitos	125,301	132,257
Ativos fixos tangíveis e imóveis de investim ento mensurados com o modelo de reavaliação	262	932
Proveitos de arrendamentos de imóveis de investimento	467	480
Locações operacionais	1,302	914
Diversos	123,270	129,931
Despesas	108,280	75,235
Ativos fixos tangíveis e imóveis de investim ento mensurados com o modelo de reavaliação	-	-
Diversas	108,280	75,235
Total líquido	17,021	57,022

"Proveitos diversos" incluem, entre outros, retrocessões recebidas de transações dos mercados financeiros e montantes recuperados de empréstimos adquiridos pela entidade Fiducré. "Despesas diversas" incluem principalmente retrocessões pagas sobre transações dos mercados financeiros.

Nota 33: Despesas de pessoal

Discriminação das despesas de pessoal		
Em milhares de EUR	2012	2011
Vencimentos e salários	719,760	690,046
Encargos com a segurança social	194,962	183,553
Reformas e despesas similares ⁽¹⁾⁺⁽²⁾	57,781	62,413
Pagamentos em ações	15,194	17,873
Diversas	187,782	220,709
Total	1,175,479	1,174,594

Análise de custos de pensões		
Em milhares de EUR	2012	2011
Custos de serviço atuais	16,532	20,260
Custos de serviço passados	-2,362	4,198
Encargos financeiros	29,744	35,594
Rendibilidade esperada dos ativos	-28,788	-31,056
Amortização de custos de serviço passado não reconhecidos	-	-
Amortização de mais-valias/menos-valias atuariais não reconhecidas	5,032	3,624
Efeito de redução ou liquidação	-	-
Planos pós-emprego de benefícios definidos ⁽¹⁾	20,157	32,620
Planos de contribuições definidas ⁽²⁾	37,624	29,793
Das quais, contribuições definidas para os gestores de topo	11,760	11,249

Os planos de benefícios definidos são detidos pelo ING Belgium, ING Lease, Record Group, ING Contact Centre e ING Luxembourg.

Nota 34: Custos gerais e administrativos

Custos gerais e administrativos		
Em milhares de EUR	2012	2011
Despesas de marketing	38,253	38,902
Honorários profissionais	28,835	24,117
Despesas de TI	118,729	116,325
Reparação e manutenção	48,993	49,035
Despesas de alojamento	45,202	37,847
Impostos diversos *	126,562	111,171
Despesas gerais cobradas por partes relacionadas	29,434	25,201
Diversos	187,730	211,154
Total	623,738	613,752

* 'Impostos diversos' inclui EUR 22,7 milhões relacionados com a 'taxa de subscrição – tax d'abonnement' sobre os depósitos isentos de imposto, a qual é pagável em 2013.

'Diversos' abrange entre outras as despesas relacionadas com telecomunicações, frete, limpeza, material de escritório, contribuições para o sistema Nacional de Seguro de Depósitos e Contribuições para a Estabilidade Financeira.

Nota 35: Imparidades

Discriminação por tipos de ativos com imparidade		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Perdas por imparidades em ativos financeiros não contabilizados levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	217,678	398,234
Investimentos e ativos financeiros disponíveis para venda	11,502	248,129
Empréstimos e devedores	206,176	150,105
Imparidades diversas	7,214	13,564
Ativos fixos tangíveis	4,008	5,557
Imóveis de investimento	-	-
Goodwill e ativos intangíveis	2,287	1,445
Diversos	-	-
Investimentos em associadas e joint ventures contabilizados segundo o método de equivalência patrimonial	918	6,562
Total	224,892	411,798

Montante escriturado de ativos financeiros com imparidade		
Em milhares de EUR	2012	2011
Títulos representativos de capitais próprios	15,058	20,332
Títulos de dívida	10,047	52,783
Empréstimos e adiantamentos	1,766,606	1,535,833
Outros ativos financeiros	251,090	583,617
Total	2,042,801	2,192,565

Nota 36: Despesas de imposto sobre o rendimento relativas a ganhos ou perdas de operações permanentes

Discriminação dos encargos com imposto sobre o rendimento		
Em milhares de EUR	2012	2011
Encargos com impostos atuais	294,584	137,968
Imposto atual para o exercício	326,263	139,358
Ajustes para o imposto atual de exercícios anteriores	-31,679	-1,390
Menos-valias fiscais não reconhecidas anteriormente, créditos fiscais, diferenças temporárias que reduzem o imposto atual	-	-
Despesas com impostos diferidos	-14,747	43,252
Impostos diferidos resultantes do exercício atual	-14,127	43,036
Impostos diferidos resultantes de mudanças das taxas fiscais	-620	216
Impostos diferidos resultantes da inversão de ativos por impostos diferidos	-	-
Menos-valias fiscais não reconhecidas anteriormente, créditos fiscais, diferenças temporárias que reduzem o imposto diferido	-	-
Despesas com impostos diversos	-	-
Encargos (proveitos) de impostos relacionados com mudanças nas políticas contabilísticas e erros na conta de resultados	-	-
Impostos relacionados com mais-valias ou menos-valias da supressão de uma operação	-	-
Encargo de impostos sobre o rendimento de operações suprimidas	-	-
Total dos encargos do imposto sobre o rendimento	279,837	181,220

Despesas do imposto sobre o rendimento relacionadas com investimentos em subsidiárias, associadas e joint ventures		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Passivos por impostos diferidos reconhecidos em diferenças temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, associadas e joint ventures	1,551	1,258
Montante do dividendo decidido a pagar no exercício seguinte *	91,291	74,051
Parte do dividendo sujeita a imposto sobre o rendimento	4,565	3,703
Taxa do imposto da empresa mãe sobre resultados distribuídos	33.99%	33.99%
Imposto sobre o dividendo decidido a pagar no exercício seguinte	1,551	1,258
Passivos por impostos diferidos não reconhecidos sobre proveitos não remetidos de subsidiárias, associadas e joint ventures	19,997	20,993
Quota da empresa mãe de proveitos não remetidos no final do exercício	1,267,946	1,309,309
Proveitos não remetidos sobre os quais não foram reconhecidos passivos fiscais	1,176,655	1,235,257
Parte do dividendo que seria sujeito a imposto sobre o rendimento se pago	58,833	61,763
Taxa do imposto da empresa mãe utilizada sobre resultados não distribuídos	33.99%	33.99%
Imposto sobre o rendimento não reconhecido sobre proveitos não remetidos	19,997	20,993

* estimativa com base na atual relação lucros/dividendos

Reconciliação da taxa fiscal legal com a taxa fiscal efetiva		
Em milhares de EUROS	2012	2011
Resultado antes da despesa fiscal utilizando a taxa legal	1,051,855	1,045,043
Taxa fiscal legal	33.99%	33.99%
Montante da taxa fiscal	357,525	355,210
Efeito fiscal das taxas noutras jurisdições	-5,622	-39,597
Efeito fiscal de receitas não tributáveis	-28,099	-169,340
Efeito fiscal de despesas dedutíveis não tributáveis	32,175	123,071
Efeito fiscal da utilização de menos-valias fiscais não reconhecidas anteriormente	-	-
Efeito fiscal sobre benefício fiscal não anteriormente reconhecido em perdas e lucros	-	-
Efeito fiscal de reavaliação dos ativos por impostos diferidos não reconhecidos	-	-
Efeito fiscal da alteração das taxas fiscais	-620	216
Efeito fiscal de provisões a mais ou a menos em exercícios anteriores	-3,590	-100
Efeito fiscal de juro nocional	-71,581	-83,700
Outro aumento (redução) do encargo fiscal legal	-351	-4,540
Montante do imposto efetivo	279,837	181,220
Taxa fiscal efetiva	26.60%	17.34%

7.7.3 Informações adicionais

7.7.3.1 Justo valor de ativos e passivos financeiros

Os justos valores estimados correspondem aos montantes nos quais os instrumentos financeiros podiam ter sido vendidos numa base equitativa à data do balanço entre partes conhecedoras e com vontade em transações segundo as condições de equidade. O justo valor dos ativos e passivos financeiros baseia-se em cotações bolsistas, caso se aplique. Considerando que não existem mercados de negociação substanciais para todos estes instrumentos financeiros, desenvolveu-se várias técnicas para estimar os seus justos valores aproximados. Estas técnicas são, por natureza, subjetivas e envolvem vários pressupostos sobre a taxa de desconto e as estimativas do montante e tempestividade dos fluxos de caixa futuros antecipados. Os justos valores estimados podem ser significativamente afetados se estes pressupostos forem alterados. Consequentemente, os justos valores poderão não ser indicativos do valor líquido que pode ser realizado. Paralelamente, o cálculo do justo valor estimado baseia-se nas condições de mercado num ponto específico no tempo e poderá não ser indicativo de justos valores.

O ING Belgium relata ativos e passivos que são mensurados ao justo valor numa hierarquia de três níveis:

- Nível 1 cotações publicadas num mercado ativo;
- Nível 2 técnica de avaliação suportada por informações do mercado;
- Nível 3 técnica de avaliação não suportada por informações do mercado.

Considera-se que um instrumento financeiro é cotado num mercado ativo se estiverem disponíveis pronta e regularmente junto de uma bolsa, intermediário, corretor, grupo do setor, serviço de cotações ou agência reguladora, e essas cotações representarem transações de mercado reais e regulares numa base equitativa.

Se o justo valor for inferior ao valor do balanço, foi realizada uma revisão para se determinar se o montante escriturado é recuperável.

Justo valor de instrumentos financeiros				
Em milhares de EUROS	2012		2011	
	Justo valor	Montante escriturado	Justo valor	Montante escriturado
Caixa e disponibilidades de caixa em bancos centrais	1,492,232	1,492,232	2,570,104	2,570,104
Ativos financeiros detidos para negociação	39,846,248	39,846,248	37,342,546	37,342,546
Ativos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	278,008	278,008	498,242	498,242
Ativos financeiros disponíveis para venda	20,704,980	20,704,980	21,221,861	21,221,861
Empréstimos e devedores	99,486,436	97,733,996	100,934,423	99,772,643
Outros ativos financeiros	5,441,053	5,441,053	4,180,595	4,180,595
Passivos financeiros detidos para negociação	38,479,224	38,479,224	37,627,373	37,627,373
Investimentos e passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	3,310,670	3,310,670	3,935,084	3,935,084
Passivos financeiros mensurados ao custo	105,715,987	104,949,814	101,819,371	101,423,230
Passivos financeiros diversos	7,185,807	7,185,807	12,705,017	12,705,017

Hierarquia do justo valor			
Em milhares de EUROS		2012	2011
Ativos			
Ativos financeiros detidos para negociação	Total	39,846,248	37,342,546
Títulos de capital próprio, títulos de dívida, empréstimos e adiantamentos	Sub-total	2,531,789	775,678
	Nível 1	2,478,976	774,096
	Nível 2	52,813	1,582
	Nível 3	-	-
Derivados	Sub-total	37,314,459	36,566,868
	Nível 1	2,510,044	66,171
	Nível 2	34,496,316	36,194,055
	Nível 3	308,099	306,642
Ativos financeiros designados ao justo valor levados a perdas e lucros	Total	278,008	498,242
Títulos de capital próprio e títulos de dívida	Sub-total	278,008	498,242
	Nível 1	71,431	107,099
	Nível 2	206,577	391,143
	Nível 3	-	-
Derivados	Sub-total	-	-
	Nível 1	-	-
	Nível 2	-	-
	Nível 3	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	Total	20,704,980	21,221,861
Títulos de dívida	Sub-total	20,629,061	21,153,442
	Nível 1	19,600,086	20,153,281
	Nível 2	352,574	42,517
	Nível 3	676,401	957,643
Títulos representativos de capitais próprios	Sub-total	75,919	68,419
	Nível 1	10,975	13,341
	Nível 2	55,353	45,004
	Nível 3	9,591	10,074
Outros ativos financeiros	Total	5,441,053	4,180,595
Derivados utilizados para cobertura	Sub-total	5,260,601	4,070,067
	Nível 1	72	602
	Nível 2	5,260,529	4,069,465
	Nível 3	-	-
Variações do justo valor de elementos cobertos na cobertura da carteira de risco da taxa de juro		180,452	110,528
	Nível 1	135,214	79,697
	Nível 2	45,238	30,831
	Nível 3	-	-

Hierarquia do justo valor			
Em milhares de EUROS		2012	2011
Passivos			
Passivos financeiros detidos para negociação	Total	38,479,224	37,627,373
<i>Posições curtas em títulos de rendimento fixo</i>	Sub-total	413,944	790,706
	Nível 1	413,944	790,706
	Nível 2	-	-
	Nível 3	-	-
<i>Derivados</i>	Sub-total	38,065,280	36,836,667
	Nível 1	340,049	6,980
	Nível 2	37,444,628	36,592,769
	Nível 3	280,603	236,918
Investimentos e passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	Total	3,310,670	3,935,084
<i>Depósitos a prazo, certificados de depósito, obrigações não convertíveis -notas estruturadas e passivos subordinados</i>	Sub-total	3,310,670	3,935,084
	Nível 1	-	-
	Nível 2	3,310,670	3,935,084
	Nível 3	-	-
<i>Derivados</i>	Sub-total	-	-
	Nível 1	-	-
	Nível 2	-	-
	Nível 3	-	-
Passivos financeiros associados a ativos e derivados transferidos utilizados para cobertura	Total	7,185,807	12,705,018
<i>Passivos financeiros associados a ativos transferidos</i>	Sub-total	896,513	7,663,217
	Nível 1	-	-
	Level 2	896,513	7,663,217
	Nível 3	-	-
<i>Derivados utilizados para cobertura</i>	Sub-total	6,289,294	5,041,801
	Nível 1	100,119	89,942
	Nível 2	6,189,175	4,951,859
	Nível 3	-	-

Transferências significativas entre o nível 1 e o nível 2 do justo valor

Em milhares de EUROS	2012			
	Até ao nível 1	Do nível 1	Até ao nível 2	Do nível 2
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Títulos de capital próprio, títulos de dívida, empréstimos e adiantamentos	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-
Ativos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	-	-	-	-
Títulos de capital próprio e títulos de dívida	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	84,839	-103,766	103,766	-84,839
Títulos de dívida	84,839	-103,766	103,766	-84,839
Títulos representativos de capitais próprios	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-	-
Derivados para cobertura	-	-	-	-
Variações do justo valor de elementos cobertos na cobertura da carteira de risco da taxa de juro	-	-	-	-
Passivo	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Posições curtas em títulos de rendimento fixo	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-
Passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	-	-	-	-
Depósitos a prazo, certificados de depósito, obrigações não convertíveis, notas estruturadas e passivos subordinados	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-
Passivos financeiros associados a ativos e derivados	-	-	-	-
Transferidos utilizados para cobertura	-	-	-	-
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	-	-	-
Derivados utilizados para cobertura	-	-	-	-

Justo valor nível 3 - 2012									
Em milhares de EUR									
	Saldo inicial	Aquisições	Vendas	Liquidações	Emissões	Transfer. para nível 3	Transfer. do nível 3	Reavaliações	Saldo final
Ativo									
Ativos financeiros detidos para negociação	306,642	-	-	-	-	-	-	1,457	308,099
Títulos de capital próprio, títulos de dívida, empréstimos e adiantamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados	306,642							1,457	308,099
Ativos financeiros levados a perdas ou lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	967,717	52,858	399,500			207,000	-283,696	141,613	685,992
Instrumentos de dívida	957,643	52,858	-399,500	-	-	207,000	-283,696	142,096	676,401
Instrumentos de capital próprio	10,074	-	-	-	-	-	-	-483	9,591
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados utilizados para cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mudanças no justo valor dos elementos cobertos na carteira de cobertura do risco de taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação	236,918	-	-	-	-	-	-	43,301	280,219
Posições curtas em títulos de rendimento fixo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados	236,918							43,301	280,219
Passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo, certificados de depósito, obrigações não convertíveis -notas estruturadas e passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros associados a ativos e derivados transferidos utilizados para cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados utilizados para cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Total de mais-valias e menos-valias para o exercício para mensurações do justo valor no nível 3 2012

Em milhares de EUROS	Mais-valias	Menos-valias	Mais-valias ou menos-valias relacionadas com ativos e passivos detidos no final do período
Demonstração de resultados			
Mais-valias e menos-valias em ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Mais-valias/menos-valias em ativos e passivos financeiros levados a perdas ou lucros pelo seu justo valor	-	-	-
Ajustes de justo valor na contabilidade para cobertura	-	-	-
Outros proveitos integrais			
Reserva de reavaliação disponível para venda	-	-24,294	-24,294
Coberturas de fluxos de caixa	-	-	-
Impacto de pressupostos alternativos com possibilidade de mudar significativamente o justo valor	-	-	-

7.7.3.1.1 Justo valor de ativos financeiros

Os seguintes métodos e pressupostos foram utilizados pelo ING Belgium para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros.

7.7.3.1.1.1 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

O montante escriturado de caixa é igual ao seu justo valor.

7.7.3.1.1.2 Ativos financeiros ao justo valor levados a perdas ou lucros detidos para negociação

Os justos valores de títulos na carteira de negociação e outros ativos ao justo valor levados a perdas e lucros baseiam-se em cotações de mercado, se houver. No que respeita aos títulos que não são negociados de forma ativa, os justos valores são estimados com base em modelos de apreçamento de fluxos de caixa descontados internos, levando em conta pressupostos de fluxos de caixa atuais e solvabilidade das contrapartes.

7.7.3.1.1.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os justos valores de títulos de capital próprio baseiam-se em cotações de mercado ou, se não houver, nos valores de mercado estimados geralmente baseados em cotações de títulos idênticos. Os justos valores para títulos de rendimento fixo baseiam-se em cotações de mercado, se houver. No que respeita aos títulos que não são ativamente negociados, os justos valores são estimados com base em valores obtidos de serviços de apreçamento privados ou através do desconto de fluxos de caixa futuros esperados, recorrendo a uma taxa de mercado atual aplicável ao rendimento, qualidade do crédito e vencimento do investimento.

7.7.3.1.1.4 Empréstimos e adiantamentos

No que respeita aos empréstimos e adiantamentos cujo preço é reformulado frequentemente e não registaram nenhuma alteração significativa no risco de crédito, os montantes escriturados representam uma estimativa razoável dos justos valores. Os justos valores de outros empréstimos são estimados recorrendo ao desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, utilizando as taxas de juro oferecidas para empréstimos idênticos a mutuários com notações de crédito semelhantes. Os justos valores de empréstimos não produtivos estimam-se descontando-se os fluxos de caixa esperados das recuperações.

Os justos valores de empréstimos hipotecários são estimados recorrendo ao desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, utilizando as taxas de juro atualmente oferecidas para empréstimos idênticos a mutuários com notações de crédito semelhantes. Os justos valores de empréstimos de taxa fixa são calculados através do desconto dos fluxos de caixa às taxas de juro cobradas a empréstimos com política idêntica atualmente emitidos. Os empréstimos com características idênticas são agregados para efeitos dos cálculos. Os justos valores de empréstimos de políticas de taxa variável aproximam os seus valores escriturado.

7.7.3.1.1.5 Ativos financeiros diversos

O montante escriturado de ativos financeiros diversos aproxima o seu justo valor.

7.7.3.1.2 Justo valor de passivos financeiros

Os seguintes métodos e pressupostos foram utilizados pelo ING Belgium para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros.

7.7.3.1.2.1 Passivos financeiros ao custo amortizado

O justo valor dos passivos financeiros ao custo amortizado é estimado utilizando-se fluxos de caixa descontados com base nas taxas de juro que se aplicam a instrumentos idênticos.

7.7.3.1.2.2 Passivos financeiros ao justo valor levados a perdas ou lucros detidos para negociação

Os justos valores de títulos na carteira de negociação e outros passivos ao justo valor levados a perdas ou lucros baseiam-se em cotações de mercado, se houver. No que respeita aos títulos que não são negociados de forma ativa, os justos valores são estimados com base em modelos de apreçamento de fluxos de caixa descontados internos, levando em conta pressupostos de fluxos de caixa atuais e solvabilidade das contrapartes.

7.7.3.1.2.3 Passivos financeiros diversos

O montante escriturado de passivos diversos aproxima o seu justo valor.

Divisão por método para cálculo do justo valor - 2012

Em percentagem	Cotações publicadas	Avaliação técnica suportada por inform. do mercado	Avaliação técnica não suportada por inform. do mercado
ATIVO			
Ativos financeiros detidos para negociação	12.52%	86.71%	0.77%
Ativos financeiros ao justo valor levados a perdas e lucros	25.69%	74.31%	-
Disponíveis para investimentos de venda	94.72%	1.97%	3.31%
Outros ativos financeiros	2.49%	97.51%	-
PASSIVO			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.96%	97.31%	0.73%
Passivos financeiros levados a perdas e lucros pelo seu justo valor	-	100.00%	-
Passivos financeiros associados a ativos e derivados transferidos utilizados para cobertura	1.39%	98.61%	-
* Nesta categoria, foram incluídos contratos de recompra inversa. Considerando que se tratam de transações de curto prazo, o valor nocional é igual a justo valor.			

Divisão por método para cálculo do justo valor - 2011

Em percentagem	Cotações publicadas	Avaliação técnica suportada por inform. do mercado	Avaliação técnica não suportada por inform. do mercado
ATIVO			
Ativos financeiros detidos para negociação	2.25%	96.93%	0.82%
Ativos financeiros ao justo valor levados a perdas e lucros	21.50%	78.50%	-
Disponíveis para investimentos de venda	95.03%	0.41%	4.56%
Outros ativos financeiros	1.92%	98.08%	-
PASSIVO			
Passivos financeiros detidos para negociação	2.12%	97.25%	0.63%
Passivos financeiros levados a perdas e lucros pelo seu justo valor	-	100.00%	-
Passivos financeiros associados a ativos e derivados transferidos utilizados para cobertura	0.71%	99.29%	-

* Nesta categoria, foram incluídos contratos de recompra inversa. Considerando que se tratam de transações de curto prazo, o valor nocional é igual a justo valor.

7.7.3.2 Compromissos extrapatrimoniais

No decurso normal do negócio, o ING Belgium participa em atividades cujos riscos não se encontram refletidos total ou parcialmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As garantias referem-se a garantias substitutas de crédito e não crédito. As garantias substitutas de crédito são garantias prestadas pelo ING Belgium relativamente aos créditos concedidos a clientes por terceiros. Espera-se que muitas delas vençam sem serem utilizadas e, por isso, não representam necessariamente saídas de caixa futura.

Em geral, estas garantias têm uma natureza de curto prazo. Paralelamente aos elementos incluídos dos passivos eventuais, o ING Belgium emitiu garantias na qualidade de participante de acordos coletivos de órgãos setoriais nacionais e na qualidade de participante em esquemas de garantia coletiva exigidos pelo governo que se aplicam em vários países.

As cartas de crédito irrevogáveis garantem principalmente pagamentos a terceiros relativamente a transações comerciais internacionais e nacionais de um cliente com vista em financiar a remessa de bens. O risco de crédito do ING Belgium nestas transações é limitado porque estas transações são colateralizadas pela mercadoria remetida e têm curta duração.

Os passivos eventuais diversos podem relacionar-se com a aceitação de promissórias, tendo uma duração curta.

As facilidades irrevogáveis constituem principalmente partes não utilizadas de linhas de crédito irrevogáveis concedidas a clientes empresariais. Muitas destas facilidades têm um prazo fixo e são remuneradas a taxa variável. O risco de crédito do ING Belgium nestas transações é limitado. A parte que não é utilizada das linhas de crédito irrevogáveis é em grande medida garantida por ativos dos clientes ou contragarantias pelos governos centrais e órgãos isentos o abrigo dos requisitos legais. As facilidades irrevogáveis incluem igualmente compromissos assumidos de compra de títulos a emitir por emitentes públicos e privados.

Descriminação de compromissos extrapatrimoniais		
Em milhares de EUR	2012	2011
Compromissos de empréstimos		
Concedidos	32,703,760	27,468,662
Recebidos	-	-
Garantias financeiras		
Garantias prestadas	12,853,000	14,683,111
Garantias recebidas	109,520,888	104,084,753
Derivados de crédito concedidos	-	-
Derivados de crédito recebidos	199,258	348,895
Compromissos diversos		
Concedidos	-	-
Recebidos	69,235	100,061

O ING Belgium arrenda ativos a terceiros ao abrigo de locações operacionais na qualidade de locador. Nenhuma locação operacional separada apresenta termos e condições que afetem de forma importante o montante, a tempestividade ou a certeza dos fluxos de caixa consolidados do ING Belgium. Os pagamentos de locações mínimos futuros a receber ao abrigo de locações operacionais não canceláveis são os seguintes:

Pagamentos de locações mínimos futuros por vencimento		
Em milhares de EUROS	2012	2011
No espaço de 1 ano	719,213	678,032
Superior a 1 ano mas inferior a 5 anos	1,644,888	1,536,114
Superior a 5 anos	966,649	936,539
Total	3,330,750	3,150,685

7.7.3.3 Pagamentos em ações

Através do plano Participação no Capital Próprio a Longo Prazo (L eo), que existe desde 2004, o ING Group NV oferece opções sobre ações e ações por desempenho a vários colaboradores em todo o mundo.

As principais características do Leo são as seguintes:

Opções por ações:

- atribui ao participante o direito de comprar um número de ações do ING Group NV que é igual ao número de opções detidas a um preço de exercício predefinido;
- um prazo de exercício de 10 anos a contar da data da receção da opção, que pode ser reduzido até cinco anos por iniciativa do participante;
- um período de aquisição de direitos de três anos a contar da receção da opção;
- exercício por via da entrega de ações do ING Group NV ao participante, seguido imediatamente da sua venda ou sua colocação numa conta de corretagem após pagamento do preço de exercício.

Ações por desempenho:

- oferta de um número de ações por desempenho das ações do ING Group NV para o qual o número final de ações por desempenho depende da posição relativa da Rendibilidade Total dos Acionistas do ING (TSR) no seio da TSR dos concorrentes do ING Group;
- direitos adquiridos no final do período de desempenho de três anos;
- liquidação efetuada com base numa escolha de distribuição (vender todas/reter todas/vender algumas).

Em 2011, foi introduzido um novo plano de pagamento baseado em ações designado por "Plano de Desempenho Sustentável a Longo Prazo" (LSPP). Este plano substitui o anterior plano Leo. (Os planos existentes que continuam em execução não são alterados).

As principais características do LSPP são as seguintes:

- um plano de ações a 100 %;
- direito adquirido depende da meta de desempenho do ING Group;
- aquisição do direito a diferentes níveis: 1/3 após o primeiro ano, 1/3 após o segundo ano, 1/3 após o terceiro ano.

Movimentos em opções por ações

em EUR	Opções pendentes		Média ponderada do preço do exercício (em EUR)	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	10,656,367	12,347,940	14.29	15.97
Transferência*	-18,962	470,677	15.01	17.55
Concedidas	-	-	-	-
Exercidas	-110,132	-12,934	2.90	4.83
Caducadas	-192,894	-305,647	11.92	13.11
Emissão de direitos	-	-	-	-
Expiradas	-1,166,381	-1,843,669	22.59	26.82
Saldo final	9,167,998	10,656,367	13.40	14.29

* A evolução na transferência de 2011 deve-se principalmente à aquisição do ING Lease Belgium e ING Lease Luxembourg.

Síntese de opções pendentes e exercíveis

Amplitude do preço de exercício em EUROS	Opções pendentes em 31 de Dezembro de 2012	Média ponderada da vida contratual restante	Média ponderada do preço de exercício	Opções a serem exercidas em 31 de Dezembro de 2012	Média ponderada da vida contratual restante	Média ponderada do preço de exercício
00.00 - 05.00	1,656,124	1.87	2.75	1,656,124	1.87	2.75
05.00 - 10.00	2,531,015	5.51	7.88	620,363	0.26	9.63
10.00 - 15.00	648,240	1.27	14.37	648,240	1.27	14.37
15.00 - 20.00	2,451,979	1.70	17.39	2,451,979	1.70	17.39
20.00 - 25.00	918,500	0.38	24.17	918,500	0.38	24.17
25.00 - 30.00	962,140	3.23	25.17	962,140	3.23	25.17
30.00 - 35.00	-	-	-	-	-	-
35.00 - 40.00	-	-	-	-	-	-

Pagamentos em ações

Em milhares de EUR	2012	2011
Encargo resultante de pagamentos em ações	10,977	13,345
Encargo resultante de vendas a dinheiro	-	-
- total do montante nominal no final do exercício	-	-
- total do valor intrínseco no final do exercício	-	-

O justo valor de opções atribuídas é registado como encargo dos custos de pessoal e é alocado durante o período de aquisição de direitos das opções. O justo valor dessas opções é determinado utilizando-se uma simulação Monte Carlo. Este modelo tem em conta a taxa de juro sem risco (2,02 % - 4,62 %), a duração estimada das opções (5 a 9 anos), o preço de exercício, o preço atual da ação (EUR 2,90 – EUR 26,05), a volatilidade estimada dos certificados a ação do ING Group (25,00 % - 84,00 %) e a rendibilidade estimada do dividendo (0,94 % - 8,99 %).

7.7.3.4 Informações sobre partes relacionadas

Balanço 2012

Em milhares de euros	Principal	Subsidiárias	Associadas	Joint ventures em que a entidade é investidor	Outras partes relacionadas
ATIVO	29,478,367	16,380	17	-	1,523,901
Empréstimos e adiantamentos	9,323,429	14,294	-	-	1,523,901
Depósitos à ordem	381,296	-	-	-	4,551
Empréstimos a prazo	8,834,433	14,294	-	-	1,516,011
Locações financeiras	-	-	-	-	-
Crédito ao consumo	-	-	-	-	285
Empréstimos hipotecários	-	-	-	-	3,030
Diversos	107,700	-	-	-	24
Instrumentos de capital próprio	204,728	2,086	17	-	-
Títulos de negociação	-	-	-	-	-
Títulos de investimento	204,728	2,086	17	-	-
Contas a receber diversas	19,950,210	-	-	-	-
PASSIVO	33,814,765	1,713	2,434	-	151,989
Depósitos	10,011,870	1,713	2,434	-	151,989
Depósitos	9,191,550	1,713	2,434	-	151,989
Outros créditos obtidos	820,320	-	-	-	-
Passivos financeiros diversos	-	-	-	-	-
Certificados de dívida	15,809,937	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	-	-	-
Pagamentos em ações	-	-	-	-	-
Concedidas	-	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-	-
Passivos diversos	7,992,958	-	-	-	-
Garantias emitidas pelo grupo	359,542	-	62	-	-
Garantias recebidas pelo grupo by the	47,474	-	-	-	-
Provisões para dívidas incobráveis	-	-	-	-	-

Demonstração de resultados		
Em milhares de EUR	2012	2011
Despesas	2,792,533	3,435,452
Encargos financeiros	1,810,500	1,576,829
Moedas	7,395	6,215
Taxas e comissões	52,380	29,062
Prestação de serviços	-	-
Compra de bens, imóveis e outros ativos	-	-
Transmissões	-	-
Diversos	922,258	1,823,346
Proveitos	1,534,757	2,234,542
Juros credores	1,449,725	1,297,113
Moedas	11,253	44,254
Taxas e comissões	30,864	15,034
Rendimento dos dividendos	-	-
Receção de serviços	-	-
Venda de bens, imóveis e outros ativos	-	-
Transmissões	-	-
Diversos	42,915	878,141
Despesas para o exercício corrente relativas a dívidas incobráveis ou duvidosas	-	-

7.7.3.5 Ações judiciais

O ING Belgium e as suas subsidiárias estão envolvidos em processos contenciosos na Bélgica e noutros países que envolvem reclamações por aqueles apresentadas por e contra aqueles, emergentes do decurso normal dos seus negócios, incluindo as suas atividades de mutuantes, investidores e contribuintes fiscais. Em algumas das referidas ações, estão em causa montantes de grande volume e de valor indeterminado, incluindo sanções pecuniárias punitivas e outras. Embora não seja viável prever-se ou determinar-se o resultado de todas as ações em curso ou eventuais, a equipa de gestão considera que o seu resultado não terá um efeito negativo importante na posição ou resultados de exploração do ING Belgium.

Na Bélgica, estas ações judiciais englobam um litígio em curso sobre uma alegada responsabilidade do banco no quadro de uma fraude praticada por um terceiro relacionada com a utilização fraudulenta de fundos cobrados pelo referido terceiro.

Paralelamente, estas ações envolvem vários litígios sobre alegadas responsabilidades do banco no âmbito de esquemas de transações de empresas de transporte de valores designadas de fraudulentas, sendo que algumas envolvem ações penais intentadas contra alguns colaboradores do ING Belgium.

Foram ainda intentadas ações judiciais contra o ING Belgium por um grupo de investidores encabeçado por um advogado e uma sociedade especializada neste tipo de ações relativamente a investimentos especulativos em derivados financeiros.

O ING Belgium foi processado por um prestador de serviços TI com o qual tinha celebrado um contrato sobre a terceirização da conservação e execução de ordens em relação a instrumentos financeiros. Tendo sido insatisfatório o desempenho relativo a este contrato por parte do prestador, o ING Belgium pôs fim a tal colaboração, de acordo com as disposições do contrato celebrado entre as partes, o qual é contestado pelo prestador.

O Record Bank, subsidiária do ING Belgium, recebeu citações múltiplas de clientes de agentes independentes. Estes agentes independentes, sem conhecimento do Record Bank, receberam fundos dos seus clientes para serem investidos num terceiro com o qual o Record Bank não tem qualquer ligação nem relação comercial. Entretanto, este terceiro abriu falência e o Ministério Público intentou uma ação penal.

No Luxemburgo, o ING Luxembourg está confrontado com diversos litígios sobre uma alegada responsabilidade do banco no quadro de uma fraude de um antigo colaborador na área de cobrança de fundos fraudulenta.

O ING Luxembourg está envolvido em dois casos que dizem respeito a supostas operações fraudulentas em relação a dinheiros de empresas: 1 caso em que o Banco e um ex-funcionário são processados perante o tribunal criminal na Bélgica e 1 caso em que o banco foi processado pelas autoridades fiscais perante o tribunal cível.

7.7.3.6 Remuneração do auditor

A Ernst & Young Bedrijfsrevisoren BCVBA (Réviseurs d'entreprises SCCRL) é o auditor do ING Belgium. O seguinte quadro apresenta honorários de auditoria e outros do grupo para o exercício de 2011.

Remuneração do auditor	
Em milhares de EUROS	2012
Os auditores e os parceiros de trabalho profissionais relacionados	
1. Honorários dos auditores	2,468
1.1 Honorários para o exercício do mandato de auditoria	1,807
1.2 Honorários para deveres extraordinários ou missões especiais para o grupo	661
a. Outras missões de controlo	661
b. Missões de consultoria fiscal	-
c. Outras missões não relacionadas com auditoria	-
2. Honorários dos parceiros de trabalho profissionais	696
2.1 Honorários para o exercício do mandato de auditoria	444
2.2 Honorários para deveres extraordinários ou missões especiais para o grupo	252
a. Outras missões de controlo	50
b. Missões de consultoria fiscal	159
c. Outras missões não relacionadas com auditoria	43

Todos os honorários foram expressamente aprovados pelo Comité de Auditoria do ING Belgium SA/NV e pelo Comité de Auditoria do ING Group N.V. (Amesterdão)

7.7.4 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

7.7.4.1 Discriminação da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração

A Assembleia Geral Ordinária realizada a 25 de abril de 2011 fixou a remuneração de cada membro do Conselho de Administração em EUR 32 000. A partir do exercício fiscal de 2011, este montante subiu para EUR 35 000. Esta remuneração é paga aos Administradores executivos e não executivos.

Por decisão do Conselho de Administração, os membros nomeados Administradores Honorários têm direito a uma pensão de EUR 300 por cada ano no cargo, estando sujeita a um máximo de EUR 500. O Conselho de Administração, a 29 de julho de 2011, decidiu deixar de atribuir posições honorárias (ou as vantagens financeiras resultantes) no futuro.

Os membros do Conselho de Administração não executivos não têm direito a nenhuma indemnização por destituição.

A remuneração total alocada aos Administradores do Conselho de Administração para 2012 foi de EUR 620.000.

A remuneração total alocada como pensão a administradores honorários em 2012 ascendeu a EUR 86.800.

7.7.4.2 Empréstimos e adiantamentos a membros do Conselho de Administração

Empréstimos e adiantamentos a membros do Conselho de Administração		
Em milhares de EUR	2012	2011
Empréstimos e adiantamentos	435	347

Os empréstimos e adiantamentos concedidos a membros do Conselho de Administração obedecem às condições de mercado.

7.7.4.3 Discriminação da remuneração paga aos membros da Comissão Executiva

As recentes alterações das regras em vigor no setor financeiro obrigaram à adoção de novas políticas remuneratórias aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2011.

Desde então, a remuneração total dos membros da Comissão Executiva foi revista e, presentemente, é constituída por dois componentes principais:

- o salário base, que representa o rendimento anual garantido total;
- uma remuneração variável, cujo pagamento é efetuado em duas partes: uma parte à cabeça e uma parte diferida.
 - o a parte à cabeça é metade em dinheiro e metade em ações do ING Group ou instrumentos financeiros idênticos. A última metade é retida pelo prazo de um ano;
 - o a parte diferida com o prazo de diferimento de três anos aplicando-se de um calendário de atribuição de direitos de vários níveis. Cada alocação anual é metade em dinheiro e metade em ações do ING Group ou instrumentos financeiros idênticos. Contudo, a última metade tem de ser retida pelo prazo de um ano.

A remuneração variável é atribuída sob a condição suspensiva da não ocorrência de nenhuma das seguintes circunstâncias: comportamento indevido ou erro grave, ato ilícito, fraude, falha importante da gestão de riscos, alterações significativas do Capital de Base económico e regulamentar, conduta específica que tenha dado origem à reformulação importante das contas anuais do Grupo ou prejuízo importante.

Além do salário base e planos de incentivos, os membros da Comissão Executiva gozam igualmente de benefícios idênticos aos concedidos à maioria dos colaboradores do ING Belgium, como seguro de saúde, seguro de vida, uso de viaturas da empresa e subsídios de representação.

Discriminação da remuneração paga aos membros da Comissão Executiva		
Em milhares de EUR	2012	2011
Benefícios do funcionário a curto prazo	3,293	3,128
Benefícios pós-emprego	664	1,014
Outros benefícios a longo prazo	345	353
Benefícios de rescisão	-	-
Pagamentos em ações	862	880
Total	5,164	5,375

7.7.4.4 Plano de pensões para os membros da Comissão Executiva

As pensões dos membros (não-expatriados) da Comissão Executiva baseiam-se no plano de seguros de grupo de contribuições definidas, de acordo com a apólice contratada à AXA Belgium SA/NV.

7.7.4.5 Outras disposições contratuais relativas à remuneração dos membros da Comissão Executiva

Se a função de uma pessoa na qualidade de membro da Comissão Executiva for extinta, salvo os casos de reforma, destituição ou comportamento indevido, a remuneração a pagar será igual a 12 meses o valor do salário base. No caso de rescisão por outra razão que não o desempenho, o Conselho de Administração pode decidir prolongar a remuneração por um máximo de 18 meses (salário base e variável).

No caso de doença de longa duração, o membro da Comissão Executiva receberá 100 % do seu último salário base durante os primeiros 12 meses, 90 % durante os 12 meses seguintes e 50 % a seguir.

Em 2012, não foram pagos subsídios por extinção ou doença de longa duração.

8 Verslag van de commissaris aan de algemene vergadering der aandeelhouders van ING België NV over de geconsolideerde jaarrekening over het boekjaar afgesloten op 31 December 2012

Het verslag van de Commissaris betreft hoofdstuk 3 'Rapport van de Raad van Bestuur over de geconsolideerde rekeningen van ING België NV' en hoofdstuk 7 'De Geconsolideerde jaarrekeningen'.

Verslag van de commissaris aan de algemene vergadering der aandeelhouders van ING België nv over de geconsolideerde jaarrekening over het boekjaar afgesloten op 31 december 2012

Overeenkomstig de wettelijke bepalingen, brengen wij u verslag uit in het kader van ons mandaat van commissaris. Dit verslag omvat ons oordeel over de geconsolideerde jaarrekening evenals de vereiste bijkomende vermeldingen.

Verklaring zonder voorbehoud over de geconsolideerde jaarrekening

Wij hebben de controle uitgevoerd van de geconsolideerde jaarrekening van ING België nv en haar dochterondernemingen (samen "de Groep") over het boekjaar afgesloten op 31 december 2012, opgesteld in overeenstemming met de International Financial Reporting Standards (IFRS) zoals aanvaard binnen de Europese Unie, en met de in België van toepassing zijnde wettelijke en bestuursrechtelijke voorschriften. Deze geconsolideerde jaarrekening bestaat uit (i) de geconsolideerde balans afgesloten op 31 december 2012, (ii) de geconsolideerde resultatenrekening, het geconsolideerd kasstroomoverzicht, het mutatieoverzicht van het geconsolideerd eigen vermogen en het overzicht van de geconsolideerde gerealiseerde en niet-gerealiseerde resultaten voor het boekjaar afgesloten op 31 december 2012, en (iii) het overzicht van de belangrijkste waarderingsregels en andere toelichtingen. Het geconsolideerde balanstotaal bedraagt 168.190.291 duizenden euro en de geconsolideerde winst van het boekjaar, aandeel van de Groep, bedraagt 771.798 duizenden euro.

Verantwoordelijkheid van de raad van bestuur voor het opstellen en de getrouwe weergave van de geconsolideerde jaarrekening

Het opstellen van de geconsolideerde jaarrekening valt onder de verantwoordelijkheid van de raad van bestuur. Deze verantwoordelijkheid omvat: het opzetten, implementeren en in stand houden van een interne controle met betrekking tot het opstellen en de getrouwe weergave van de geconsolideerde jaarrekening die geen afwijkingen van materieel belang als gevolg van fraude of het maken van fouten bevat; het kiezen en toepassen van geschikte waarderingsregels, en het maken van boekhoudkundige schattingen die onder de gegeven omstandigheden redelijk zijn.

Verslag van de commissarissen van 22 maart 2013 over de geconsolideerde jaarrekening van ING België nv over het boekjaar afgesloten op 31 december 2012 (vervolg)

Verantwoordelijkheid van de commissarissen

Het is onze verantwoordelijkheid een oordeel over deze geconsolideerde jaarrekening tot uitdrukking te brengen op basis van onze controle. Wij hebben onze controle uitgevoerd overeenkomstig de wettelijke bepalingen en volgens de internationale auditstandaarden (ISA's). Deze controlenormen vereisen dat onze controle zo wordt georganiseerd en uitgevoerd dat een redelijke mate van zekerheid wordt verkregen dat de geconsolideerde jaarrekening geen afwijkingen van materieel belang bevat.

Overeenkomstig deze controlenormen hebben wij controlewerkzaamheden uitgevoerd ter verkrijging van controle-informatie over de in de geconsolideerde jaarrekening opgenomen bedragen en toelichtingen. De keuze van deze controlewerkzaamheden hangt af van onze beoordeling alsook van onze inschatting van het risico dat de geconsolideerde jaarrekening afwijkingen van materieel belang bevat als gevolg van fraude of het maken van fouten. Bij het maken van onze risico-inschatting houden wij rekening met de bestaande interne controle van de Groep met betrekking tot het opstellen en de getrouwe weergave van de geconsolideerde jaarrekening ten einde in de gegeven omstandigheden de gepaste werkzaamheden te bepalen, maar niet om een oordeel te geven over de effectiviteit van de interne controle van de Groep. Wij hebben tevens de gegrondheid van de waarderingsregels en van de consolidatiegrondslagen, de redelijkheid van de betekenisvolle boekhoudkundige schattingen gemaakt door de Groep, alsook de voorstelling van de geconsolideerde jaarrekening, als geheel beoordeeld. Ten slotte hebben wij van de raad van bestuur en van de verantwoordelijken van de Groep de voor onze controlewerkzaamheden vereiste ophelderingen en inlichtingen verkregen. Wij zijn van mening dat de door ons verkregen controle-informatie een redelijke basis vormt voor het uitbrengen van ons oordeel.

Oordeel

Naar ons oordeel geeft de geconsolideerde jaarrekening afgesloten op 31 december 2012 een getrouw beeld van het vermogen en de financiële toestand van de Groep per 31 december 2012, en van zijn resultaten en kasstromen voor het boekjaar afgesloten op die datum, in overeenstemming met de IFRS zoals aanvaard binnen de Europese Unie, en met de in België van toepassing zijnde wettelijke en bestuursrechtelijke voorschriften.

Bijkomende vermeldingen

Het opstellen en de inhoud van het geconsolideerd jaarverslag vallen onder de verantwoordelijkheid van de raad van bestuur.

*Verslag van de commissarissen van 22 maart 2013 over de geconsolideerde
jaarrekening van ING België nv over het boekjaar
afgesloten op 31 december 2012 (vervolg)*

In het kader van ons mandaat, is het onze verantwoordelijkheid om, in alle van materieel belang zijnde opzichten, de naleving van bepaalde wettelijke en reglementaire verplichtingen na te gaan. Op grond hiervan doen wij de volgende bijkomende verklaring die niet van aard is om de draagwijdte van ons oordeel over de geconsolideerde jaarrekening te wijzigen:

Het geconsolideerd jaarverslag behandelt de door de wet vereiste inlichtingen en stemt overeen met de geconsolideerde jaarrekening. Wij kunnen ons echter niet uitspreken over de beschrijving van de voornaamste risico's en onzekerheden waarmee de gezamenlijke in de consolidatie opgenomen ondernemingen worden geconfronteerd, alsook van hun positie, hun voorzienbare evolutie of de aanmerkelijke invloed van bepaalde feiten op hun toekomstige ontwikkeling. Wij kunnen evenwel bevestigen dat de verstrekte gegevens geen onmiskenbare inconsistenties vertonen met de informatie waarover wij beschikken in het kader van ons mandaat.

Brussel, 22 maart 2013

Ernst & Young Bedrijfsrevisoren bcvba
Commissaris
vertegenwoordigd door

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large loop followed by a vertical stroke and a horizontal line extending to the right.

Jean-François Hubin
Venoot

13JFH0102

9 Rapport du Commissaire à l'Assemblée Générale des Actionnaires de la Société ING Belgique SA sur les comptes consolidés pour l'exercice clôturé le 31 décembre 2012

Le rapport du Commissaire concerne le chapitre 3 'Rapport du Conseil d'Administration sur les comptes consolidés d'ING Belgium SA' et le chapitre 7 'Comptes Annuels consolidés' du rapport annuel.

Rapport du commissaire à l'assemblée générale des actionnaires de la société ING Belgique sa sur les comptes consolidés pour l'exercice clos le 31 décembre 2012

Conformément aux dispositions légales, nous vous faisons rapport dans le cadre de notre mandat de commissaire. Ce rapport inclut notre opinion sur les comptes consolidés ainsi que les mentions et informations complémentaires requises.

Attestation sans réserve des comptes consolidés

Nous avons procédé au contrôle des comptes consolidés de ING Belgique sa et de ses filiales (le «Groupe») pour l'exercice clos le 31 décembre 2012, établis conformément aux normes internationales d'information financière (IFRS), telles qu'adoptées dans l'Union européenne, et aux dispositions légales et réglementaires applicables en Belgique. Ces comptes comprennent (i) l'état consolidé de situation financière arrêté au 31 décembre 2012, (ii) le compte de résultats consolidé, l'état consolidé des flux de trésorerie, l'état consolidé des variations des capitaux propres et l'état consolidé du résultat global pour l'exercice clos à cette date, et (iii) les annexes reprenant le résumé des principales règles d'évaluation et d'autres notes explicatives. Le total du bilan consolidé s'élève à 168.190.291 milliers d'euros et le compte de résultats consolidé se solde par un bénéfice de l'exercice, part du Groupe, de 771.798 milliers d'euros.

Responsabilité du conseil d'administration dans l'établissement et la présentation sincère des comptes consolidés

L'établissement des comptes consolidés relève de la responsabilité du conseil d'administration. Cette responsabilité comprend: la conception, la mise en place et le suivi d'un contrôle interne relatif à l'établissement et la présentation sincère de comptes consolidés ne comportant pas d'anomalies significatives, que celles-ci résultent de fraudes ou d'erreurs; le choix et l'application de règles d'évaluation appropriées, ainsi que la détermination d'estimations comptables raisonnables au regard des circonstances.

Responsabilité du commissaire

Notre responsabilité est d'exprimer une opinion sur ces comptes consolidés sur la base de notre contrôle. Nous avons effectué notre contrôle conformément aux dispositions légales et selon les normes internationales d'audit (ISA). Ces normes de révision requièrent que notre contrôle soit organisé et exécuté de manière à obtenir une assurance raisonnable que les comptes consolidés ne comportent pas d'anomalies significatives.

Conformément aux normes de révision précitées, nous avons mis en œuvre des procédures de contrôle en vue de recueillir des éléments probants concernant les montants et les informations fournis dans les comptes consolidés. Le choix de ces procédures relève de notre jugement, de même que l'évaluation du risque que les comptes consolidés contiennent des anomalies significatives, que celles-ci résultent de fraudes ou d'erreurs.

Dans le cadre de cette évaluation du risque, nous avons tenu compte du contrôle interne en vigueur au sein du Groupe pour l'établissement et la présentation sincère des comptes consolidés afin de définir les procédures de contrôle appropriées en la circonstance, et non dans le but d'exprimer une opinion sur l'efficacité du contrôle interne du Groupe. Nous avons également évalué le bien-fondé des règles d'évaluation, le caractère raisonnable des estimations comptables significatives faites par le Groupe, ainsi que la présentation des comptes consolidés dans leur ensemble. Enfin, nous avons obtenu du conseil d'administration et des préposés du Groupe les explications et informations requises pour notre contrôle. Nous estimons que les éléments probants recueillis fournissent une base raisonnable à l'expression de notre opinion.

Opinion

A notre avis, les comptes consolidés clos le 31 décembre 2012 donnent une image fidèle du patrimoine et de la situation financière du Groupe arrêtés au 31 décembre 2012, ainsi que de ses résultats et de ses flux de trésorerie pour l'exercice clos à cette date, conformément aux normes IFRS, telles qu'adoptées dans l'Union européenne, et aux dispositions légales et réglementaires applicables en Belgique.

Mentions complémentaires

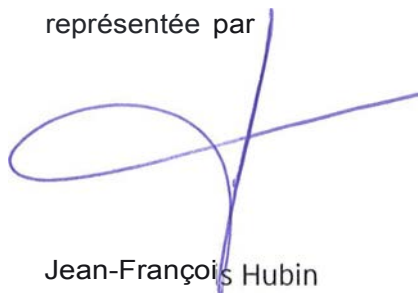
L'établissement et le contenu du rapport de gestion sur les comptes consolidés relèvent de la responsabilité du conseil d'administration.

Dans le cadre de notre mandat, notre responsabilité est de vérifier, dans tous les aspects significatifs, le respect de certaines obligations légales et réglementaires. Sur cette base, nous faisons la déclaration complémentaire suivante qui n'est pas de nature à modifier la portée de notre opinion sur les comptes consolidés:

- Le rapport de gestion sur les comptes consolidés traite des informations requises par la loi et concorde avec les comptes consolidés. Toutefois, nous ne sommes pas en mesure de nous prononcer sur la description des principaux risques et incertitudes auxquels l'ensemble des entreprises comprises dans la consolidation sont confrontées, ainsi que de leur situation, de leur évolution prévisible ou de l'influence notable de certains faits sur leur développement futur. Nous pouvons néanmoins confirmer que les renseignements fournis ne présentent pas d'incohérences manifestes avec les informations dont nous avons connaissance dans le cadre de notre mandat.

Bruxelles, le 22 mars 2013

Ernst & Young Réviseurs d'Entreprises scrl
Commissaire
représentée par

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'H' followed by a horizontal stroke.

Jean-François Hubin
Associé

13JFH0102

10 Relatório do Revisor Oficial de Contas à Assembleia Geral de Acionistas do ING Belgium NV/SA sobre as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo a 31 de dezembro de 2012

O relatório do Revisor Oficial de Contas refere-se ao Capítulo 3 "Relatório do Conselho de Administração sobre as Contas Consolidadas do ING Belgium SA/NV", e Capítulo 7 "Contas Anuais Consolidadas".

Tradução livre dos originais em neerlandês e francês.

Tradução livre dos originais em neerlandês e francês

Relatório do Revisor Oficial de Contas à Assembleia Geral de Acionistas do ING Belgium NV/SA sobre as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo a 31 Dezembro de 2012

De acordo com os requisitos legais, apresentamos informações sobre o desempenho do nosso mandato de revisor oficial de contas. O presente relatório contém o nosso parecer sobre as demonstrações financeiras, assim como os comentários adicionais necessários.

Parecer sem reservas sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Procedemos à auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ING Belgium NV/SA e suas subsidiárias (em conjunto designadas por "Grupo") para o exercício findo a 31 de dezembro de 2012, elaborado em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), segundo a adoção por parte da União Europeia, e com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis na Bélgica. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem (i) a demonstração consolidada da posição financeira a 31 de dezembro de 2012, (ii) as demonstrações de resultados consolidadas, fluxos de caixa, alterações do capital próprio e proveitos integrais para o exercício findo naquela data, e (iii) síntese das políticas contabilísticas importantes e outras notas explicativas. O balanço consolidado apresenta ativos totais de 168.190.291 milhares de euros e a demonstração de resultados consolidada apresenta um resultado para o ano, quota do Grupo, de 771.798 milhares de euros.

Responsabilidade do Conselho de Administração pela elaboração e apresentação justa das demonstrações financeiras consolidadas

O Conselho de Administração é responsável pela elaboração e apresentação justa das demonstrações financeiras consolidadas. Esta responsabilidade abrange o seguinte: conceção, implementação e manutenção do controlo interno necessário à elaboração e apresentação justa das demonstrações financeiras consolidadas isentas de inexatidões importantes, de vido a fraude ou erro; seleção e aplicação das políticas contabilísticas adequadas; e realização de estimativas contabilísticas razoáveis tendo em conta as circunstâncias.

Responsabilidade do revisor oficial de contas

A nossa responsabilidade consiste em expressar um parecer sobre as referidas demonstrações de financeiras consolidadas com base no nosso exame. Realizámos a nossa auditoria em conformidade com os requisitos legais e as normas internacionais de auditoria (ISA). As referidas normas exigem o planeamento e a realização da auditoria de modo a obtermos garantias suficientes sobre a inexistência de erros significativos nas demonstrações financeiras.

Em conformidade com estas normas, realizámos procedimentos para obtenção de provas de auditoria sobre os montantes e apresentações nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do nosso julgamento, incluindo a avaliação dos riscos de erros significativos das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou falha. Na realização das avaliações dos riscos, considerámos que o controlo interno é importante para a preparação e apresentação justa das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo com vista a conceber procedimentos de auditoria que sejam adequados, tendo por base as circunstâncias prevaletentes, mas não para efeitos de expressar um parecer sobre a eficácia do controlo interno do Grupo. Avaliámos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas, a razoabilidade das estimativas contabilísticas significativas realizadas pelo Grupo e a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas como um todo. Finalmente, recebemos do Conselho de Administração e dos dirigentes do Grupo as explicações e as informações necessárias para procedermos aos nossos procedimentos de auditoria. Consideramos que as provas que obtivemos são suficientes e adequadas para fundamentarem o nosso parecer.

Parecer

Consideramos que as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2012 dão uma visão verdadeira e justa da posição financeira do Grupo a 31 de dezembro de 2012 e dos resultados das suas operações e fluxos de caixa em conformidade com as IFRS adotadas pela União Europeia, assim como com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis na Bélgica.

Comentários adicionais

A apresentação e a avaliação das informações que devem ser incluídas no relatório dos Administradores sobre as demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do referido Conselho de Administração.

No quadro do nosso mandato de auditoria, a nossa responsabilidade é verificar a conformidade, em todos os aspetos, com certas obrigações legais e regulamentares. Com base nisto, apresentamos os seguintes comentários adicionais, os quais não alteram a esfera da nossa opinião acerca das demonstrações financeiras consolidadas:

O relatório dos Administradores sobre as demonstrações financeiras consolidadas versa as informações exigidas por lei e está em conformidade com as demonstrações financeiras consolidadas. Todavia, não estamos em posição de comentar a descrição dos principais riscos e incertezas que as entidades que fazem parte da consolidação enfrentam, nem a sua situação financeira, a evolução previsível ou a influência significativa de certos factos sobre o seu desenvolvimento futuro. Porém, podemos confirmar que os assuntos apresentados não apresentam nenhuma inconsistência óbvia com as informações de que tomámos conhecimento no decurso da realização do nosso mandato.

Bruxelas, 22 de março de 2013

Ernst & Young Revisores viseurs d'Entreprises scrl
Revisor Oficial de Contas
representado por

Jean-François Hubin
Partner

13JFH0102